



UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS DO ARAGUAIA TOCANTINS
LICENCIATURA E BACHARELADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

ELLEN MAYARA PEREIRA LEITE

**O DIREITO À CIDADE NA SOCIEDADE CAPITALISTA: UM ESTUDO SOBRE AS
CONDIÇÕES DE VIDA NA CIDADE A PARTIR DA REALIDADE DO BAIRRO
AMAPÁ EM MARABÁ/PA**

Marabá-Pará
2017



UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS DO ARAGUAIA TOCANTINS
LICENCIATURA E BACHARELADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

ELLEN MAYARA PEREIRA LEITE

**O DIREITO À CIDADE NA SOCIEDADE CAPITALISTA: UM ESTUDO SOBRE AS
CONDIÇÕES DE VIDA NA CIDADE A PARTIR DA REALIDADE DO BAIRRO
AMAPÁ EM MARABÁ/PA**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)
apresentado ao Curso de Ciências Sociais de
Marabá/Instituto de Ciências Humanas, da
Universidade Federal do Sul e Sudeste do
Pará, para a obtenção do grau em Bacharelado
e Licenciatura Plena em Ciências Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Cloves Barbosa

Marabá-Pará
2017

ELLEN MAYARA PEREIRA LEITE

O DIREITO À CIDADE NA SOCIEDADE CAPITALISTA: UM ESTUDO SOBRE AS
CONDIÇÕES DE VIDA NA CIDADE A PARTIR DA REALIDADE DO BAIRRO
AMAPÁ EM MARABÁ/PA

Trabalho de Conclusão de Curso, submetido
ao curso de Ciências Sociais da Unifesspa,
com o objetivo de obtenção do grau de
Bacharel e Licenciado em Ciências Sociais,
sendo-lhe atribuído o conceito
“_____”, pela banca examinadora.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Cloves Barbosa
(Orientador e Presidente da Banca)

Prof. Dr.
(Examinador I)

Prof. Dr.
(Examinador II)

Data da defesa: ____/____/____

Marabá
2017

À Deus que me deu forças para continuar, aos meus pais que sempre acreditaram em mim e ao meu noivo que não me deixou desistir.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer à Deus que me permitiu alcançar mais esse objetivo de vida, me deu forças para continuar mesmo quando eu queria desistir, e sabedoria para fazer as escolhas certas. À minha família, em especial aos meus pais Neide e Edivaldo que sempre acreditaram em mim e me empurraram adiante, me dando todo o apoio e amor necessários para que eu conseguisse seguir em frente e terminar este curso, e ao meu noivo Denis, que foi a minha fortaleza nessa etapa final, acreditou em mim mesmo quando eu não acreditei, sendo tolerante com meus surtos de baixa autoestima e me resgatando quando eu mais precisei.

Agradeço também aos meus professores, que tanto contribuíram para minha formação acadêmica e pessoal, vocês me ensinaram a ver o mundo com outros olhos, sem as vendas que teimam em nos impor, a ser capaz de falar e lutar pelo que acredito, a ser crítica e não consumir e reproduzir ideias prontas, enfim, sem vocês eu não teria chegado até e principalmente, não seria a pessoa que me tornei, vocês são parte do que sou hoje. Agradeço especialmente ao meu orientador, Professor Dr. Cloves Barbosa, que foi fundamental em toda a minha trajetória como estudante de Ciências Sociais, nos ensinou de forma simples e descomplicada, com uma didática que é só dele, e principalmente, acreditou em mim e me deu a oportunidade de desenvolver e estudar aquilo que me dá prazer.

Aos moradores do bairro Amapá que foram fundamentais para a realização deste trabalho, acreditaram e se dispuseram a contribuir com essa pesquisa, saibam que compartilho do mesmo sentimento de pertencimento e de amor pelo bairro que vocês demonstraram ao longo da pesquisa, muito obrigada por tudo, sem vocês esse trabalho não seria realizado.

Um agradecimento especial ao grande mestre professor Msc. Fábio Rogério Rodrigues Gomes, profissional e pessoa excepcional que acreditou em mim desde o ensino médio e me deu oportunidade de crescer acadêmica e profissionalmente sendo fundamental também durante minha jornada neste curso, principalmente durante a realização do meu estágio curricular. Fábio, você foi meu professor, meu diretor, meu chefe, meu amigo, mas acima de tudo, sempre será um exemplo para mim. Agradeço também à Lúcia Martins, Assistente Social que conheci há alguns anos e aprendi a admirar, sempre disposta a me ajudar e contribuir para minha formação, foi você que despertou em mim o desejo de estudar a questão urbana e me apresentou esse campo de estudo, saiba que o tempo que passei trabalhando ao seu lado, nunca será esquecido, assim como tudo o que aprendi com você.

Enfim, à todos aqueles que contribuíram direta ou indiretamente para que eu alcançasse esse objetivo e sentisse a felicidade que estou sentindo agora, meu muito obrigada.

RESUMO

Os problemas vivenciados pela população urbana fizeram emergir um direito eminentemente urbano denominado Direito à Cidade que corresponde ao direito à uma vida digna para a população urbana e está previsto em leis brasileiras como o Estatuto da Cidade. Contudo, considerando que vivemos em uma sociedade capitalista assentada sobre a propriedade privada, e que o Estado nesse contexto trabalha para a manutenção desse sistema garantindo a infraestrutura necessária para reprodução e acumulação do Capital e não para promoção do bem comum, faz-se necessário questionar se o Direito à Cidade se concretiza ou pode se concretizar na sociedade capitalista. Assim esse trabalho objetiva compreender o que é o Direito à Cidade, qual sua importância, sua aplicabilidade na sociedade capitalista e o papel da luta popular para concretização do mesmo, além disso este se justifica principalmente pela carência de trabalhos sociológicos que investiguem o impacto que a infraestrutura e os serviços públicos exercem sobre a vida da população urbana, especialmente na cidade de Marabá. Para tal foi realizada revisão bibliográfica e pesquisa de campo no bairro Amapá com o intuito de reconhecer a infraestrutura e os serviços públicos existente no bairro e a partir disso identificar se o Direito à Cidade se concretiza na prática. Ao final do trabalho será discutida a dimensão utópica do Direito à Cidade na sociedade capitalista e o papel da luta popular para alcançar melhores condições de vida na cidade e promover uma transformação na sociedade que torne possível a concretização desse direito em sua plenitude.

Palavras-chave: Direito à Cidade; Estado; Capitalismo.

ABSTRACT

The problems experienced by the urban population have given rise to an eminently urban right called the Right to the City which corresponds to the right to a decent life for the urban population and is provided for in Brazilian laws such as the City Statute. However, considering that we live in a capitalist society based on private property, and that the State in this context works for the maintenance of this system guaranteeing the necessary infrastructure for reproduction and accumulation of Capital and not for the promotion of the common good, it is necessary to question If the Right to the City is concretized or can be realized in capitalist society. Thus, this work aims to understand what is the Right to the City, its importance, its applicability in capitalist society and the role of popular struggle to achieve it, and this is justified mainly by the lack of sociological works that investigate the impact that the Infrastructure and public services, exert on the life of the urban population, especially in the city of Marabá. For this purpose, a bibliographical review and field survey was carried out in the Amapá neighborhood in order to recognize the existing public infrastructure and services in the neighborhood and to determine if the Right to the City is implemented in practice. At the end of the work the utopian dimension of the Right to the City in capitalist society and the role of the popular struggle will be discussed to achieve better conditions of life in the city and to promote a transformation in society that makes possible the realization of this right in its fullness.

Keywords: Right to the City; State; Capitalism.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Imagem 01 – Visão aérea do pontal onde surgiu a cidade de Marabá	29
Imagem 02 – Garimpo de diamantes em Marabá.....	31
Imagem 03 – Manoel Lima Máximo – Manoel Baladeira	37
Imagem 04 – Print com imagem de satélite da área do bairro Amapá	38
Imagem 05 – Travessia no porto das canoinhas	41
Imagem 06 – Maria das Neves Neres da Silva – Dona Teté	42
Imagem 07 – Avião no aeroporto de Marabá	43
Imagem 08 – Print do cronograma de consulta à comunidade para revisão do plano diretor de Marabá.....	52
Imagem 09 – Gráfico situação de ocupação dos imóveis.....	56
Imagem 10 – Titularidade dos imóveis dos entrevistados.....	57
Imagem 11 – Gráfico tipo de construção das residências dos entrevistados.....	57
Imagem 12 – Padrão de construção das casas do bairro.....	58
Imagem 13 – Gráfico quantidade de pessoas por residência	59
Imagem 14 – Fotos do asfalto e da erosão nas ruas do bairro Amapá	60
Imagem 15 – Gráfico energia elétrica nas residências	60
Imagem 16 – Gráfico áreas de lazer públicas existentes no bairro.....	61
Imagem 17 – Gráfico abastecimento de água no bairro Amapá.....	62
Imagem 18 – Gráfico rede de esgoto	63
Imagem 19 – Central de tratamento de esgoto no bairro Amapá	63
Imagem 20 – Gráfico eliminação de dejetos	64
Imagem 21 – Esgoto escorrendo a céu aberto no bairro Amapá	64
Imagem 22 – Gráfico descarte de lixo.....	65
Imagem 23 – Lixo em via pública no bairro Amapá.....	65
Imagem 24 – Fotos que atestam a precariedade da acessibilidade no bairro Amapá.....	66
Imagem 25 – Faixa de pedestre em frente a escola Basílio Miguel	67
Imagem 26 – Passarela	69
Imagem 27 – Gráficos policiamento e segurança.....	70
Imagem 28 – Posto de saúde Pedro Cavalcante	71
Imagem 29 – Futuras instalações da UPA.....	72
Imagem 30 – Escola Basílio Miguel.....	72
Imagem 31 – Escola de música	73

Imagem 32 – Fotos de órgãos públicos e empresas privadas existentes na parte mais valorizada do bairro Amapá 75

Imagem 33 – Fotos das instalações da associação de moradores do bairro Amapá..... 77

Imagem 34 – Gráfico conhecimento sobre a existência da associação de moradores do bairro Amapá.....77

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 – Evolução populacional de Marabá/Pará/Brasil.....	33
Tabela 02 – Distribuição da população marabaense entre a zona urbana e rural	34
Tabela 03 – Principais problemas urbanos identificados no bairro Amapá	74

LISTA DE ABREVIATURAS

PGC – Programa Grande Carajás

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INFRAERO – Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

PIC – Programa Integrado de Colonização

VARIG – Viação Aérea Rio Grandense

VOTEC – Voos Técnicos e Executivos

DAC – Departamento de Aviação Civil

FAB – Força Aérea Brasileira

INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social

DNIT – Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte

MPU – Ministério Público da União

HEMOPA – Fundação Centro de Hemoterapia e Hematologia do Pará

PEC – Proposta de Emenda Constitucional

PAC – Programa de Aceleração do Crescimento

PMCMV – Programa Minha Casa Minha Vida

SNHIS – Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social

FNHIS – Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social

IPTU – Imposto Predial e Territorial Urbano

COSANPA – Companhia de Saneamento do Pará

CRAS – Centro de Referência da Assistência Social

UPA – Unidade de Pronto Atendimento

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	13
2. CAPÍTULO 1 - CIDADE, URBANIZAÇÃO E O ADVENTO DO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA.....	15
3. CAPÍTULO 2 - O PROCESSO DE SURGIMENTO DAS CIDADES E DE URBANIZAÇÃO NO BRASIL/MARABÁ/AMAPÁ.....	24
3.1 HISTÓRICO DE URBANIZAÇÃO DE MARABÁ.....	28
3.2 HISTÓRICO DE OCUPAÇÃO E URBANIZAÇÃO DO BAIRRO AMAPÁ.....	36
4. CAPÍTULO 3 – O DIREITO À CIDADE NA SOCIEDADE BURGUESA E O PAPEL DO ESTADO NESSE PROCESSO.....	46
5. CAPÍTULO 4 – O DIREITO À CIDADE NA PRÁTICA: UM DIAGNÓSTICO DA INFRAESTRUTURA E DOS SERVIÇOS PÚBLICOS EXISTENTES NO BAIRRO AMAPÁ ATUALMENTE E O IMPACTO DESSES NA VIDA DA POPULAÇÃO.....	55
5.1 MORADIA.....	56
5.2 INFRAESTRUTURA PÚBLICA.....	59
5.3 SANEAMENTO BÁSICO.....	62
5.4 ACESSIBILIDADE URBANA.....	66
5.5 MOBILIDADE URBANA	67
5.6 SERVIÇOS PÚBLICOS	70
5.7 SÍNTESE DO DIAGNÓSTICO DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS DO BAIRRO AMAPÁ.....	73
6. CAPÍTULO 5 – O DIREITO À CIDADE NA SOCIEDADE CAPITALISTA: UMA UTOPIA QUE SOMENTE PODE SER ALCANÇADA EM SUA PLENITUDE ATRAVÉS DA LUTA DA POPULAÇÃO E DE UMA PROFUNDA TRANSFORMAÇÃO SOCIAL.....	80
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	85
REFERÊNCIAS	87
APÊNDICES	90
APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO SEMIESTRUTURADO	90

APÊNDICE B – ENTREVISTA MANOEL LIMA MÁXIMO (MANOEL BALADEIRA)..	91
APÊNDICE C – ENTREVISTA WILZA CLÉLIA FRAGAS CARVALHO.....	100
APÊNDICE D - ENTREVISTA ANTÔNIO ALVES DA SILVA (TÁ NA HORA).	108
APÊNDICE E – ENTREVISTA MARIA DAS NEVES NERES DA SILVA (DONA TETÉ)..	
.....	111

1. INTRODUÇÃO

O direito à cidade pode ser entendido como o direito à uma vida digna na cidade, para que esse direito se concretize é necessário que a população tenha acesso à moradia, infraestrutura e serviços públicos coletivos que lhes garanta uma melhor qualidade de vida nas cidades.

No Brasil esse direito está previsto em legislações como a Lei nº 10.257 de 10 de julho de 2001, mais conhecida como Estatuto da Cidade, que aponta alguns instrumentos que podem ser colocados em prática para promover a melhoria da qualidade de vida da população que reside nas cidades e responsabiliza o Estado pela elaboração e implementação dessa política urbana.

No entanto, considerando que a nossa sociedade está assentada sobre um modo de produção capitalista que se beneficia da propriedade privada, da desigualdade e da exploração de uns pelos outros, faz-se necessário perguntar se o Direito à Cidade se concretiza nas cidades fruto desse modo de produção excludente por natureza.

Assim alguns dos objetivos desse trabalho são: identificar se o Direito à Cidade se concretiza ou pode se concretizar na sociedade burguesa a partir da realidade do bairro Amapá; compreender o que é o direito à Cidade, o que ele compreende e qual sua importância para a população urbana; identificar as legislações brasileiras que preveem esse direito e qual sua aplicação na realidade urbana atual; compreender o papel do Estado burguês na construção ou não do direito à cidade; fazer um levantamento da história do bairro Amapá e da infraestrutura e serviços públicos existentes no bairro atualmente; compreender se o Direito à Cidade é acessado pela população desse bairro; discutir o caráter utópico do Direito à Cidade na sociedade capitalista e o papel da luta popular para a concretização desse direito.

Para além disso, apesar dos problemas que podemos observar no cotidiano urbano como falta de moradia, saneamento, mobilidade, acessibilidade, saúde, educação, lazer e muito mais, as pesquisas sobre a política urbana e seu impacto para a vida da população que reside nas cidades tem sido realizadas no Brasil em sua maioria por juristas, geógrafos e urbanistas e poucos sociólogos tem pesquisado sobre esse tema. Na nossa região por exemplo há muitos trabalhos sobre o impacto das medidas governamentais e do avanço do capital sobre a população rural, contudo, quando partimos para o urbano pouco se tem pesquisado a respeito, tornando esse trabalho fundamental para a discussão e compreensão dos problemas urbanos e as condições de vida a que são submetidos os moradores das cidades, especialmente da cidade de Marabá e do bairro Amapá.

Desta forma, para o desenvolvimento do presente trabalho foram utilizadas pesquisas bibliográficas e de campo, além da história oral que foi usada com o intuito de reconstituir a história de surgimento e conformação do bairro Amapá. A pesquisa bibliográfica baseou-se na leitura e fichamento de textos de autores clássicos e atuais que tratam sobre temas como capitalismo, cidade, urbanização, direito à cidade, questão urbana e sobre a história do município de Marabá, tais como: Karl Marx, Friedrich Engels, Henri Lefebvre, David Harvey,

Ermínia Maricato, Maria Encarnação Sposito, Ana Fani Alassandri Carlos, Arlete Moysés Rodrigues, José Jonas Almeida, dentre outros. Quanto a pesquisa de campo essa foi realizada no bairro Amapá utilizando três instrumentos: observação do espaço e dos relatos dos moradores, entrevistas semiestruturadas feitas com os moradores mais antigos do bairro com o intuito de utilizar a história oral contada por eles para reconstituir a história do bairro e questionários semiestruturados que foram aplicados no bairro com o intuito de identificar a infraestrutura e os serviços públicos existentes atualmente.

Para apresentar o que propõe esse trabalho foi estruturado em cinco capítulos, no primeiro será apresentada uma discussão sobre o advento do modo de produção capitalista e o processo de urbanização e de transformação das cidades, principalmente sobre como as cidades de hoje refletem as características que marcam a sociedade burguesa.

No segundo capítulo será feito um breve relato sobre o processo de surgimento das cidades no Brasil, da cidade de Marabá e do bairro Amapá que será objeto de investigação desse trabalho.

No terceiro capítulo o leitor será inserido no tema do trabalho, nele será apresentado o Direito à Cidade, o que esse direito pressupõe, qual o papel do Estado nesse processo e qual a importância desse direito para a população urbana. Além disso serão apresentadas algumas leis brasileiras que tratam da política urbana e do direito à cidade e que essas leis entendem como Direito à Cidade e o que propõe para sua concretização.

No quarto capítulo será relatado o resultado da pesquisa de campo realizada no bairro Amapá apresentando o diagnóstico da infraestrutura e dos serviços públicos existentes ou não no bairro e o impacto disso na vida da população que lá reside com o intuito de investigar se o Direito à Cidade se concretiza ou não no bairro.

No quinto capítulo será feita uma discussão - a partir do que foi discutido nos capítulos anteriores – sobre o caráter utópico do direito à cidade na sociedade burguesa, considerando que esta está assentada sobre a propriedade privada, a desigualdade e a exploração, características que se materializam nas cidades e que dificultam o acesso da população ao direito à cidade. Além disso será discutido o papel e a importância da organização e luta da população para em primeiro lugar se alcançar melhores condições de vida na cidade e em segundo lugar para promover uma profunda transformação social necessária para que o Direito à Cidade seja alcançado em sua plenitude pela população urbana.

E enfim nas considerações finais, com base em tudo o que foi exposto durante o trabalho, será apresentada a resposta para o questionamento “O direito à cidade se concretiza na sociedade capitalista?” e serão apresentados os argumentos finais que sustentam tal resposta.

2. CAPÍTULO 1 – CIDADE, URBANIZAÇÃO E O ADVENTO DO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA

No âmbito deste trabalho a realidade será apresentada como resultado de um processo histórico fruto das condições materiais de existência vivenciadas em determinado lugar e época, assim considerando que a realidade é historicamente construída, mutável e depende diretamente das condições materiais de existência, para falar sobre “direito à cidade”, ou seja, sobre as condições necessárias para que a população tenha uma vida digna na cidade, faz-se necessário retomar a história e falar um pouco sobre cidade, urbanização e questão urbana pois: “[...] a cidade de hoje, é resultado cumulativo de todas as outras cidades de antes, transformadas, destruídas, reconstituídas, enfim, produzidas pelas transformações sociais ocorridas através dos tempos, engendradas pelas relações que promovem estas transformações”. (SPOSITO, 1997, p.11).

Isso quer dizer que a cidade não é estática, pelo contrário, ela é mutável, resultado da história, moldada pelas relações sociais, políticas e econômicas de cada época:

... A cidade sempre teve relações com a sociedade no seu conjunto, com sua composição e seu funcionamento, com seus elementos constituintes (campo e agricultura, poder ofensivo e defensivo, poderes políticos, Estados e etc.), com sua história. Portanto, ela muda quando muda a sociedade no seu conjunto. (LEFEBVRE, 1991, p.46)

Assim, segundo Henri Lefebvre (1991) a cidade pode ser vista como uma mediação entre as mediações pois sofre influência de ordem próxima (indivíduos e grupos) e de ordem distante (Estado, igreja, política, economia dentre outros).

A cidade se transforma não apenas em razão de ‘processos globais’ relativamente contínuos (tais como o crescimento da produção material no decorrer das épocas, com suas consequências nas trocas, ou o desenvolvimento da racionalidade) como também em função de modificações profundas no modo de produção, nas relações “cidade-campo”, nas relações de classe e de propriedade. (LEFEBVRE, 1991, p.53)

Para algumas pessoas pode ser complicado dissociar cidade de urbanização, considerando que no modo de produção capitalista - especialmente após o processo de industrialização - estes dois aspectos estiveram muito associados, no entanto, como já informado, a cidade nem sempre teve as características que possui hoje.

Inicialmente, vale ressaltar que a cidade preexiste ao modo de produção capitalista, ao processo de industrialização e urbanização nos moldes que conhecemos atualmente, embora as cidades pré-capitalistas não tivessem as mesmas características que as cidades atuais inseridas nesse modo de produção possuem.

Maria Encarnação B. Sposito (1997) relata no livro Capitalismo e Urbanização, como se deu o processo de surgimento e desenvolvimento das cidades, segundo ela já no período paleolítico, marcado pelo nomadismo, começaram a surgir algumas manifestações de interesse do homem em se estabelecer em algum lugar, nessa época eles já enterravam os mortos e se abrigavam quando necessário em cavernas embora não se mantivessem nelas. No

período posterior, o mesolítico, o homem passa a domesticar animais e reproduzir vegetais lhe permitindo fixar-se à um local e dar origem as aldeias. No entanto, essas aldeias segundo a autora, ainda não podiam ser consideradas cidades porque nelas ainda não existia a divisão social do trabalho, ou seja, sua organização social ainda não era complexa, o que somente ocorreu a partir do início da produção de excedentes alimentares, que permitiu que alguns homens deixassem de produzir para se dedicar à proteção da aldeia. Com o passar do tempo esses mesmos homens ganharam importância e se tornaram chefes políticos e posteriormente reis:

A relação de dominação criada entre aldeões e caçador-chefe político-rei, criou condições para uma relação de exploração. Os tributos tão característicos da vida urbana provavelmente originaram-se no respeito ao “caçador” traduzidos nas oferendas ao rei. As oferendas, depois o pagamento sistematizado de tributos, nada mais eram do que a realização concreta da transferência do excedente agrícola, do mais-produto, revelando a referida participação diferenciada dos homens no processo de produção, distribuição e apropriação da riqueza. Ai se originou a sociedade de classes, e se concretizou a última condição necessária e indispensável à própria origem da cidade. (SPOSITO, 1997, p.16).

Assim, o surgimento das cidades dependeu não somente de fatores econômicos, como também de fatores políticos e sociais, ainda segundo Maria Encarnação B. Sposito (1997), as primeiras cidades surgiram na Mesopotâmia, na Antiguidade, perto de 3500 a.C, já no continente americano, o surgimento das primeiras cidades aconteceu perto de 500 a.C. “[...] o papel político-religioso desempenhado por estas cidades era grande. Os governantes[...] controlavam o excedente produzido no campo [...] administravam assim a riqueza e acumulavam previsões alimentares para toda a população.” (SPOSITO, 1997, p.19).

Com o passar do tempo surgiram grandes impérios na Antiguidade como o Romano, estes foram marcados, dentre outras coisas, pela expansão territorial devido a conquista de outros territórios através da guerra, hegemonia política, poder político centralizado, desenvolvimento e aumento da importância das cidades e expansão do processo de urbanização. Para Maria encarnação B. Sposito, sobre o processo de urbanização na Antiguidade, vale ainda ressaltar:

[...] alguns pontos que marcaram a organização social e a urbanização durante a Antiguidade: 1) especialização do trabalho, e conseqüente divisão social e territorial do trabalho, que se manifestou numa estrutura de classes cada vez mais complexa; 2) as cidades eram o espaço de dominação política, o lugar da elite e das instituições sociais que garantiam a passagem do excedente alimentar dos produtores que moravam no campo para as elites sociais urbanas; 3) houve um aumento crescente da capacidade de produção e de distribuição alimentares. Isto significou possibilidade de aumento do tamanho das cidades e de ampliação das áreas sob seu domínio, pelo desenvolvimento técnico alcançado com a disponibilidade de metalurgia, do arado, e da roda, muito embora as fontes de energia não fossem muito além da braçal (apenas um pouco de aproveitamento do vento e da água como energia); 4) a escrita, tornou-se muito importante, tanto porque permitia o registro dos avanços técnicos, dos fatos históricos, mas sobretudo por ter

sido um instrumento de manutenção do poder político, pois era limitada à elite ociosa, e fundamental para o registro de leis e para o uso religioso, bases de apoio para a dominação social que se exercia das cidades; 5) a organização interna do espaço urbano passou a refletir a estrutura social e política daquelas sociedades, pois o centro era o lugar das instituições sociais, do poder político e das elites ociosas, em volta do qual estavam os artesãos e nos arrabaldes os produtores agrícolas. (SPOSITO, 1997, p.25)

Desta forma, já na Antiguidade as cidades tinham uma estrutura que refletia a organização social, política e econômica da sociedade da época, esse fator será comum às cidades de cada modo de produção ao longo da história, ou seja, historicamente as cidades refletem em si a forma como está estruturada a sociedade da sua época.

Com a queda do império Romano e o advento do modo de produção feudal, teve início o período que ficou conhecido como Idade Média que durou do século V ao século XV, neste período as cidades sofreram um declínio, muitas desapareceram e as demais perderam a importância, o poder que antes era centralizado se esfacelou, o comércio enfraqueceu e com o controle do mar mediterrâneo pelos árabes, este sofreu um golpe fatal perdendo força e sendo substituído pela produção agrícola de subsistência e pela produção artesanal em baixa escala, a riqueza então, passou a ser medida pela quantidade de terra que o homem possuía.

Assim a terra passa a ser a única fonte de subsistência e de condição de riqueza. A produção artesanal, antes localizada na cidade, volta a se fazer no campo, nos limites do feudo, garantindo que toda organização social do novo modo de produção esteja assentada na posse da terra.

Nesta perspectiva, a nova economia, quase exclusivamente agrícola, e assentada territorialmente no feudo, tem sua produção realizada com base na instituição social da servidão, facilitada pela condição de não-proprietários, e portanto de servos, da maior parte da população camponesa. (SPOSITO, 1997, p. 27).

Para além disso, no feudalismo o poder político passa para as mãos dos detentores da terra: os senhores feudais, que sustentados por uma forte ideologia religiosa que pregava que a pobreza e o trabalho duro na terra garantiriam um lugar no céu, se mantiveram por séculos no poder. A sociedade feudal então era composta por senhores feudais, clero, exército e servos, os poucos mercadores que resistiram se tornaram itinerantes, indo de feudo em feudo para vender seus produtos e não tinham grande importância na sociedade da época e nem eram reconhecidos como classe social.

No entanto, nos últimos séculos da Idade média, começaram a ganhar força dentro do feudalismo, aspectos que contribuiriam para a queda do modo de produção feudal e dariam sustentação a um novo modo de produção, o capitalista.

Desde o século X, os mercadores buscavam os burgos localizados ao longo dos caminhos e dos rios. O reatamento com o comércio do Oriente reforçou o fluxo comercial e a procura de proteção por parte dos mercadores tornou-se tão freqüente que logo algumas dessas aglomerações muradas não puderam mais contê-los, gerando uma ocupação extramuros. (SPOSITO, 1997, p. 31).

A partir de então, as cidades começaram a se espalhar e os comerciantes (que passaram a ser denominados burgueses porque residiam nas cidades que se originaram dos antigos burgos construídos pelos senhores feudais para servir para armazenamento de alimentos e refúgio em casos de ataques) começaram a ganhar importância na sociedade.

Este processo de retomada da urbanização, de renascimento das cidades, foi possível pela reativação do comércio, enquanto atividade econômica urbana. Ao se desenvolver, esse comércio foi criando as condições para a estruturação do modo de produção capitalista e, simultaneamente, a destruição dos pilares da economia feudal (o latifúndio, sua economia “fechada” e a servidão). (SPOSITO, 1997, p.32).

A medida que os burgueses foram se fortalecendo, começaram a se unir com o intuito de serem reconhecidos como classe social (o que não tinha ocorrido durante o feudalismo).

Com o advento da burguesia como uma classe social sustentada até então pelo comércio e cujo principal objetivo era acumular capital, a comercialização das mercadorias deixou de ser feita via escambo, que Karl Marx representou no livro *O Capital* pela fórmula M-D-M (mercadoria que era trocada por dinheiro que posteriormente era trocado por outra mercadoria) tipo de comércio que tinha por objetivo satisfazer determinada necessidade que não poderia ser suprida pela própria produção, e passou a ser feita com o objetivo de acumular capital, para isso, a fórmula foi invertida passando a ser representada como D-M-D' (dinheiro que era trocado por uma mercadoria que seria revendida por um valor mais alto objetivando conseguir mais dinheiro do que o gasto no início desse processo), conseguindo assim extrair dessa operação a mais-valia, ou seja, o sobre-valor. Segundo Marx:

Dinheiro como dinheiro e dinheiro como capital diferenciam-se primeiro por sua forma diferente de circulação.

A forma direta de circulação de mercadorias é $M — D — M$, transformação de mercadoria em dinheiro e retransformação de dinheiro em mercadoria, vender para comprar. Ao lado dessa forma, encontramos, no entanto, uma segunda, especificamente diferenciada, a forma $D — M — D$, transformação de dinheiro em mercadoria e retransformação de mercadoria em dinheiro, comprar para vender. Dinheiro que em seu movimento descreve essa última circulação transforma-se em capital, torna-se capital e, de acordo com sua determinação, já é capital. (MARX, 1996, p. 267 e 268).

Ainda segundo Marx descreve no livro *O capital*:

Primeiro trocar 100 libras esterlinas por algodão e, então, trocar novamente o mesmo algodão por 100 libras esterlinas, portanto, intercambiar por meio de um rodeio, dinheiro por dinheiro, o mesmo pelo mesmo, parece uma operação tão sem finalidade quanto insossa.

Uma soma de dinheiro pode diferenciar-se de outra soma de dinheiro tão somente mediante sua grandeza. Portanto, o processo $D — M — D$ não deve seu conteúdo a nenhuma diferença qualitativa de seus extremos, pois ambos são dinheiro, mas apenas à sua diferença quantitativa. No final, mais dinheiro é retirado da circulação do que foi lançado nele no começo. O algodão comprado por 100 libras esterlinas é, por exemplo, revendido a 100 + 10 libras esterlinas, ou 110 libras esterlinas. A forma completa desse processo é, portanto, $D — M — D'$, em que $D' = D + \Delta D$, ou seja, igual à

soma de dinheiro originalmente adiantado mais um incremento. Esse incremento, ou o excedente sobre o valor original, chamo de — mais-valia (surplus value). O valor originalmente adiantado não só se mantém na circulação, mas altera nela a sua grandeza de valor, acrescenta mais-valia ou se valoriza. E esse movimento transforma-o em capital. (MARX, 1996, p. 270 e 271).

Desta forma, há uma revolução na forma como as mercadorias passam a ser circuladas, enquanto antes o que predominava era o valor de uso da mercadoria, agora o que interessava era extrair através da circulação dessas mercadorias um sobre-valor, uma mais-valia, ou seja, o que passa a interessar é o valor de troca das mesmas:

[...] Antes o objetivo era obter as mercadorias necessárias – (valores de uso) –, enquanto no segundo caso o fim da circulação era o dinheiro; assim a mercadoria passava a valer enquanto valor de troca (no qual estava também embutido o seu valor de uso). Karl Marx em sua obra *O Capital* afirma que o dinheiro que circulava desta maneira, tornava-se capital. Portanto, aqueles que dele se beneficiavam desde o fim do período medieval – a burguesia – eram os capitalistas, e nesta primeira fase do desenvolvimento do novo modo de produção ocorreu a *acumulação primitiva do capital*. (SPOSITO, 1997, p.35, grifos do autor).

Com relação as relações de trabalho, vale destacar que durante a primeira fase do modo de produção capitalista, denominada de capitalismo comercial, o trabalho assalariado ainda não tinha se consolidado e por isso, o capitalismo ainda não tinha se desenvolvido plenamente, foi somente com o surgimento da manufatura e a consequente perda do controle das etapas de produção por parte dos artesão (que passaram a dominar apenas uma etapa desse processo) e do controle sobre o preço final do produto, que as bases para o trabalho assalariado começaram a ser fixadas, pois o comerciante responsável pela venda final do produto era quem determinava quanto seria pago ao artesão: “o processo acentuou-se à medida que os artesãos, perdendo o controle sobre o preço do produto, entraram em dificuldades financeiras, permitindo que tanto os comerciantes como os artesãos que conseguiram algum capital de tornassem seus patrões.” (SPOSITO, 1997, p. 46).

Com o passar do tempo e com o aperfeiçoamento dos instrumentos de produção que diminuía o tempo e o valor empregado na produção de uma mercadoria, os artesão perderam além do controle sobre as etapas da produção e sobre o valor final do produto (o que já havia ocorrido) o acesso aos meios de produção pois os instrumentos somente podiam ser adquiridos por quem tivesse capital para pagar por eles, restando-lhes apenas vender sua força de trabalho em troca de um salário, assim, a máxima da propriedade privada que sustenta o modo de produção capitalista enfim se consolidava.

No século XVIII, impulsionada pela necessidade de ampliação do lucro e da acumulação de mais capital que somente seria possível através de uma revolução nos meios de produção, teve início uma fase que ficou conhecida como Revolução Industrial que foi marcada por avanços técnicos e científicos como a descoberta da máquina a vapor e dos teares mecânicos e pelo desenvolvimento dos sistemas de transporte através da locomotiva e da estrada de ferro.

Antes era possível acumular-se a partir do comércio [...]. Agora, era possível reproduzir este capital acumulado, investindo-se na produção, através da compra dos meios de produção necessários: matéria-prima, ferramentas, máquinas e força de trabalho. Embutido no preço do produto, agora sob a determinação do capitalista, estava o “lucro”, aquilo que a economia liberal considera a remuneração do capital investido, e que, na verdade constitui-se na apropriação de parte da riqueza produzida pelo trabalhador que o seu salário não remunera – a mais-valia. (SPOSITO, 1997, p.47).

Essa mais-valia foi ampliada durante a revolução industrial por dois meios segundo Marx: através do aumento da jornada de trabalho, que consequentemente obrigava o trabalhador a produzir mais recebendo o mesmo salário, a que ele denominou de mais-valia absoluta e através da utilização de maquinários que permitissem diminuir o tempo de produção de um determinado produto, como as máquinas a vapor, a que Marx denominou de mais-valia relativa.

A mais-valia produzida pelo prolongamento da jornada de trabalho chamo de mais-valia absoluta; a mais-valia que, ao contrário, decorre da redução do tempo de trabalho e da correspondente mudança da proporção entre os dois componentes da jornada de trabalho chamo de mais-valia relativa. (MARX, 1996, p. 431 e 432)

Além da mudança dos processos de produção e comercialização das mercadorias, vale ressaltar o papel que o solo passa adquirir no modo de produção capitalista, se antes as terras eram conquistadas e cultivadas, eram sinônimo de poder e riqueza, mas não se constituíam como mercadoria, com o advento do capitalismo, a terra se torna uma mercadoria. Com os feudos em declínio e os servos migrando para as cidades, os senhores feudais começaram a vender ou arrendar para os burgueses porções de suas terras “[...] apontando para a transformação da terra em mercadoria.” (SPOSITO, 1997, p.34).

É importante destacar que as cidades anteriores ao modo de produção feudal e capitalista comumente eram tratadas como um monumento, assim, uma cidade imponente, com construções modernas, era símbolo de poder e prosperidade econômica e política, a cidade era acima de tudo valor de uso: “As cidades medievais, no apogeu de seu desenvolvimento, centralizam as riquezas; os grupos dirigentes investem improdutivamente uma grande parte dessas riquezas na cidade que dominam.” (LEFEBVRE, 1991, p.5).

Já no modo de produção capitalista, não somente a terra, a força de trabalho e os meios de produção se tornam mercadoria, como também a cidade como um todo passa por esse processo, o valor de troca passa a predominar sobre o valor de uso, não interessa mais fazer investimentos “improdutivos” na cidade, como se fazia antes, o que importa é acumulação do capital:

Os senhores, reis e príncipes não tiveram outrora necessidade de uma teoria urbanística para embelezar suas cidades. Bastava a pressão que o povo exercia sobre os senhores e também a presença de uma civilização e de um estilo para que as riquezas provenientes do labor desse povo fossem investidas em obras. O período burguês põe um fim a essa tradição milenar. (LEFEBVRE, 1991, p.22).

Com relação ao processo de urbanização, se considerarmos que ele tinha sofrido uma estagnação após a queda do império romano e que somente voltou a avançar nos últimos séculos do feudalismo, contribuindo assim para o estabelecimento do modo de produção capitalista, com o advento da revolução industrial, este processo de urbanização sofre um grande impulso, as cidades são invadidas por grandes contingentes populacionais expulsos do campo pelo declínio da produção agrícola e expropriados dos meios de produção, este contingente é atraído para a cidade pela produção industrial e tendo apenas a sua força de trabalho para vender formam um enorme exército de mão de obra reserva para o capitalismo.

No entanto, é importante ressaltar que a urbanização pós revolução industrial não se restringiu ao inchaço populacional nas cidades, este processo deve ser visto de forma mais ampla pois abrange também, como explicitado anteriormente, as mudanças ocorridas na produção, no trabalho e nas formas de reprodução do capital.

Mas o fato é que com o processo de urbanização pós revolução industrial, ganham intensidade na cidade diversos problemas como: falta de moradias ou moradias precárias, mobilidade urbana, esgoto, água, saneamento, proliferação de doenças dentre outros que compõe, o que passou a ser denominado de questão urbana, ou seja, o conjunto de problemas decorrentes do processo de urbanização capitalista que impactam de maneira negativa a vida da população que reside nas cidades: “a cidade recebeu diretamente as conseqüências do rápido crescimento populacional imprimido pela Revolução Industrial, e sofreu, a nível de estruturação de seu espaço interno, muitas transformações.” (SPOSITO, 1997, p. 55). Vale ressaltar que quem mais sofreu e ainda sofre com esses problemas são os trabalhadores, a população de menor poder aquisitivo, que reside em áreas desprovidas de infraestrutura e serviços públicos essenciais.

Assim, segundo Henri Lefebvre (1991, p. 3), apesar do processo de industrialização ser um dos indutores de todo o processo de transformação pelo qual a cidade e a sociedade passou nas últimas décadas, a urbanização e suas problemáticas são tão fortes que a sociedade passou a ser denominada de “sociedade urbana” em vez de “sociedade industrial”:

Ainda que a urbanização e a problemática do urbano figurem entre os efeitos induzidos e não entre as causas ou razões indutores, as preocupações que essas palavras indicam se acentuam de tal modo que se pode definir como *sociedade urbana* a realidade social que nasce a nossa volta. (LEFEBVRE, 1991, p.3, grifo do autor)

Logo, se o modo de produção capitalista se baseia principalmente na propriedade privada e na desigualdade, na cidade fruto dessa sociedade, a propriedade privada do solo também vai predominar sobre o uso social e coletivo desse “O espaço urbano produzido sob a égide do valor de troca se impõe ao uso social da cidade.” (CARLOS, 2013, p. 95).

Graças ao salário miserável que era pago ao proletariado e ao inchaço populacional, ou seja, muita demanda e pouca oferta, houve um adensamento habitacional nas cidades, os trabalhadores somente conseguiam pagar por alugueis de cubículos e viviam em condições precárias:

Onde havia uma passagem supérflua, ela foi substituída por uma edificação; o valor da terra tronou-se mais alto com o desenvolvimento industrial e quanto mais subia, mais freneticamente se construía, sem a menor preocupação com a saúde e o conforto dos moradores, com o único objetivo de obter o maior lucro possível e com base no princípio de que, *por pior que seja um casebre, há sempre um pobre que não pode pagar outro menos ruim.*” (ENGELS, 2010, p.96, grifo do autor).

Nesse sentido, Friedrich Engels (2010) faz vários relatos sobre as condições de vida a que eram submetidos os trabalhadores na Inglaterra pós revolução industrial, relatos que demonstram o quanto a lógica excludente e exploradora do modo de produção capitalista também se reproduz na estrutura e modo de vida impostos aos moradores da cidade:

Todas as grandes cidades têm um ou mais “bairros de má fama” onde se concentra a classe operária. [...], longe do olhar das classes mais afortunadas, [...] As piores casas na parte mais feia da cidade; quase sempre, uma longa fila de construções de tijolos, de um ou dois andares, eventualmente com porões habitados e em geral dispostas de maneira irregular. Essas pequenas casas de três ou quatro cômodos e cozinha chamam-se *cottages* e normalmente constituem em toda a Inglaterra, exceto em alguns bairros de Londres, a habitação da classe operária. Habitualmente, as ruas não são planas nem calçadas, são sujas, tomadas por detritos vegetais e animais, sem esgotos ou canais de escoamento, cheias de charcos estagnados e fétidos. A ventilação na área é precária, dada a estrutura irregular do bairro e, como nesses espaços restritos vivem muitas pessoas, é fácil imaginar a qualidade do ar que se respira nessas zonas operárias – onde, ademais, quando faz bom tempo, as ruas servem aos varais que, estendidos de uma casa a outra, são usados para secar a roupa. (ENGELS, 2010, p.70).

O Estado, que deveria promover condições melhores de vida para essa população, simplesmente se omitia e permitia que o capital se reproduzisse com liberdade total:

O Estado não elaborava mais planos, nem regulamento, e nem fiscalizava as formas pelas quais a cidade vinha sendo produzida. Ele próprio passou a ser um especulador, vendendo muitos terrenos públicos para pagar suas dívidas. A classe dominante aproveitou para fazer seus investimentos imobiliários. (SPÓSITO, 1997, p.56).

Ainda segundo Maria Encarnação B. Spósito (1997) somente na segunda metade do século XIX quando a burguesia passou a ser afetada indiretamente pelas consequências das condições de vida a que estava submetida a classe trabalhadora na Europa (as carruagens não conseguia mais trafegar devido aos buracos, sujeira e condições precárias das vias públicas, faltava água potável, a poluição era enorme, as doenças começavam a se espalhar e a média de vida do trabalhador estava diminuindo cada dia mais, tendo sido baixada para menos de 30 anos afetando o exército de mão de obra barata que os capitalistas precisavam dispor) o Estado passou a interferir pontualmente através da aprovação e implantação de redes de água, esgoto, gás, eletricidade, telefone, melhorias das vias públicas e do sistema de transporte coletivo urbano. Como disse, esse processo se deu em cidades da Europa, especialmente da Inglaterra, no Brasil que era colônia de Portugal o processo de urbanização se deu de forma diferente, conforme será apresentado no próximo capítulo.

Assim como pôde-se perceber a partir do que foi relatado aqui, há uma luta permanente pela posse da cidade: “no sistema urbano que procuramos analisar se exerce a ação desses conflitos específicos: entre valor de uso e valor de troca, entre a mobilização da riqueza (em dinheiro, em papel) e o investimento improdutivo na cidade.” (LEFEBVRE, 1991, p. 6).

Em resumo, a estrutura da cidade reflete as relações sociais e econômicas de determinada época e local, logo, Henri Lefebvre define a cidade como “[...] *projeção da sociedade sobre um local* [...]” (LEFEBVRE, 1991, p. 56, grifo do autor) e Ana Fani A. Carlos afirma que:

A cidade apresenta-se como um fenômeno concentrado e contraditório, fundamentado numa complexa divisão espacial do trabalho; uma aglomeração que tem em vista o processo de produção norteador pelo trabalho assalariado, pela socialização do trabalho, pela concentração dos meios de produção e pela apropriação privada. (CARLOS, 2011, p. 41).

Sendo assim, podemos concluir que se o modo de produção capitalista é excludente, a cidade e o processo de urbanização capitalista, como demonstrado nesse capítulo, também o são.

3. CAPÍTULO 2 – O PROCESSO DE SURGIMENTO DAS CIDADES E DE URBANIZAÇÃO NO BRASIL/MARABÁ/AMAPÁ

Como demonstrado até aqui, com o advento do modo de produção capitalista, a cidade ganhou novos contornos e importância, passou a ser o centro político e econômico, o local onde as mercadorias eram produzidas e circuladas. Contudo, o processo de urbanização no Brasil não se deu da mesma forma que na Europa onde o modo de produção capitalista surgiu e ganhou força e onde teve início a Revolução Industrial que contribuiu para o processo de urbanização tal como experimentamos hoje.

Portanto, para compreendermos como se deu o surgimento das cidades e o início do processo de urbanização no Brasil, assim como as características que marcaram esse processo, é necessário mais uma vez recorrer a história.

No século XV tiveram início na Europa as grandes navegações que foram motivadas principalmente por fatores econômicos (necessidade de expansão do comércio e de fontes de matéria-prima) e políticos (expansão do domínio territorial e consequentemente do poder econômico e político). Os Portugueses foram os primeiros a iniciar essa empreitada pelo oceano Atlântico com o intuito principal de chegar às Índias e assim expandir seu comércio para aquele continente sobre o qual já ouviam falar como sendo um território abundante em especiarias, ouro e escravos, contudo foram os Espanhóis, em uma expedição comandada por Cristóvão Colombo, que em 1492 chegaram a um território até então desconhecido pelos europeus e que posteriormente viria a ser denominado de América.

Em 1498 os portugueses finalmente conseguem chegar às Índias através de uma expedição comandada por Vasco da Gama, após seu retorno, foi mandada uma nova expedição para lá, agora comandada por Pedro Álvares Cabral, com o intuito de estabelecer relações comerciais entre Portugal e a Índia, contudo, a caminho de lá, no ano de 1500 a expedição chegou a um território ainda desconhecido pelos europeus, território esse que depois viria a ser denominado de Brasil e se tornaria colônia de Portugal.

Nesse ponto, é importante desmistificar o que geralmente é ensinado nas escolas a respeito desse processo, como sabemos, o Brasil não foi descoberto pelos Portugueses, em nenhum momento até aqui a palavra “descobrimento” foi citada, isso porque o que houve foi que alguns territórios até então desconhecidos pelos europeus, passaram a ser conhecidos por estes devido às grandes navegações, estes foram “subjugados” pelos europeus a custo de muito sangue e morte da população que residia nestes territórios, pois os mesmos já eram habitados e possuíam uma história e uma cultura, quando os europeus tomaram conhecimento da sua existência.

Assim no Brasil, tribos indígenas inteiras foram dizimadas e/ou subjugadas pelos portugueses, logo, desde o início as relações estabelecidas entre Portugal e o Brasil foram de exploração, seja de matérias primas ou de mão de obra, logo, o Brasil já foi fundado enquanto colônia sobre a desigualdade e a exploração.

O povoamento do Brasil pelos portugueses durante o início da colonização desse território foi iniciado principalmente com o objetivo de estabelecer um controle mais efetivo sobre o território evitando assim que outros países tentassem toma-lo, nessa primeira fase de povoamento, a coroa portuguesa dividiu o Brasil em 14 parcelas territoriais que ficaram conhecidas como capitanias hereditárias e as entregou a donatários portugueses responsáveis por habitar e cuidar dessas terras para Portugal.

Com o passar do tempo os povoados e pequenas cidades foram surgindo no Brasil atreladas a fatores políticos e econômicos. A primeira cidade brasileira a ser fundada foi a cidade de Salvador em 1549, vale ressaltar que as primeiras cidades, vilas e aglomerados do Brasil estavam localizadas no litoral e seu surgimento estava ligado principalmente ao papel que a colônia exercia dentro da economia de Portugal. Nessa época por exemplo, a produção de açúcar era o principal produto derivado do Brasil e as plantações de cana-de-açúcar, matéria prima para sua produção, estavam localizadas principalmente no litoral da região nordeste.

No século XVII teve início no Brasil as expedições dos bandeirantes que começaram a adentrar e habitar o interior do território brasileiro, essas expedições contribuíram para o povoamento do interior do país porém a custo de mais genocídio de indígenas e dominação de nativos que residiam nas regiões Norte e Nordeste. Foi nessa época, mais especificamente em 1616 que foi fundada a cidade de Belém do Pará.

No século XVIII a descoberta e início da exploração do ouro no interior do território brasileiro, na região sudeste, provocou o surgimento de aglomerados populacionais que viriam posteriormente a se tornar vilas e cidades tais como: Vila Rica, Diamantina e Cuiabá.

[...] houve um grande aumento na população do território, fato que foi causado pela descoberta de ouro e pedras preciosas em regiões hoje denominadas Goiás, Minas Gerais, Mato Grosso e Bahia. Esta população se alojou em povoados dispersos no interior do território, mas estes logo foram se esvaziando. Na medida em que as preciosidades foram se esgotando, o povo foi se dispersando. (DANTAS, 2017, p.1).

No entanto, até então o Brasil não tinha passado ainda por um processo de urbanização significativo, ao contrário do que ocorria na mesma época na Inglaterra graças a Revolução Industrial. A população brasileira em sua maioria ainda vivia no campo e considerando que o Brasil foi uma colônia, o processo de urbanização do seu território não se deu da mesma forma, na mesma época e nem teve a mesma intensidade do processo de urbanização que ocorreu no continente europeu.

No Brasil, o processo de intervenção nas cidades pela coroa, começa a se acentuar a partir da vinda da família real para a então ainda colônia de Portugal em 1808, a partir de então inúmeras obras de infraestrutura foram feitas com o intuito de satisfazer minimamente a família real e sua corte, dentre elas destacaram-se a construção de portos, bancos, bibliotecas dentre outras.

As bases da urbanização no Brasil, portanto, já são construídas de forma desigual, favorecendo somente à elite e àqueles que residiam próximo a eles, já que as obras de

infraestrutura urbana foram feitas para atender aos interesses mercantis, financeiros e da classe dominante (a nobreza recém-chegada no país) e não à população como um todo: “[...] a reforma urbanística feita por Dom João VI promoveu um embelezamento do Rio de Janeiro até então nunca antes vivida na capital da colônia, que deixou de ser uma simples zona de exploração para ser elevada à categoria de Reino Unido de Portugal e Algarves”. (SOUSA, 2017, p.1).

A vinda da corte portuguesa para o Brasil, mesmo que para fugir da perseguição de Napoleão, não agradou aos portugueses, ainda mais depois que Dom João VI decretou o Rio de Janeiro um Reino Unido de Portugal, temendo perder o controle sobre Portugal, Dom João deixa o Brasil em 1821 mas antes nomeia seu filho Dom Pedro I príncipe regente do Brasil.

No entanto, medidas polêmicas tomadas por Dom Pedro I no Brasil tais como a diminuição dos impostos, a equiparação dos militares brasileiros aos portugueses e desobediência a ordens vindas de Portugal, fez com que as principais figuras políticas de Portugal exigissem o retorno do príncipe ao seu país e a retomada do controle sobre o Brasil, foi nesse contexto que após perceber um forte apoio da nobreza e de políticos brasileiros a seu favor, Dom Pedro declarou em 1822 a Independência do Brasil.

Em setembro de 1822, a assembleia lusitana enviou um novo documento para o Brasil exigindo o retorno do príncipe para Portugal sob a ameaça de invasão militar, caso a exigência não fosse imediatamente cumprida. Ao tomar conhecimento do documento, Dom Pedro I (que estava em viagem) declarou a independência do país no dia 7 de setembro de 1822, às margens do rio Ipiranga. (SOUSA, 2017, p.2).

Claro que essa independência não passou de um jogo político, o Brasil continuou sobre o jugo de Portugal e ainda demorou muito para que o país adquirisse de fato autonomia frente ao seu colonizador.

Após a proclamação da república, durante o período que ficou conhecido como república velha que durou de 1894 a 1930, um fenômeno econômico começaria a lançar as bases necessárias para o advento do processo de industrialização no Brasil - mesmo que tardia e não tão revolucionárias como a que se deu na Europa – esse fenômeno foi a produção de café.

Para Cláudio Fernandes: “da economia cafeeira, resultam três processos que se complementam: a imigração intensiva de estrangeiros para o Brasil, a urbanização e a industrialização”. (FERNANDES, 2017, p.1).

Com relação ao primeiro e ao segundo fator, um grande número de estrangeiros foi atraído pelo governo brasileiro para trabalhar nas lavouras de café, no entanto, como nem todos foram absorvidos, muitos migrantes começaram a se instalar nas cidades causando um aumento da população residente nelas, além disso, para escoamento do café foi necessário melhorar os sistemas de transporte existentes à época como as linhas férreas, fatores que contribuíram para o processo de urbanização.

A presença dos imigrantes nos centros urbanos, por sua vez, como informa o historiador Boris Fausto, em sua *História do Brasil*, proporcionou o aparecimento de empregos urbanos assalariados e outras fontes de renda como artesanato, fabriquetas de fundo de quintal e a proliferação de profissões liberais. A junção dessas novas formas de trabalho do imigrante com a estrutura urbana desenvolvida pelo complexo cafeeiro favoreceu o fluxo de produtos manufaturados e o consequente desenvolvimento das indústrias nos centros urbanos. (FERNANDES, 2017, p. 1).

Considerando que os produtores de café conseguiram acumular um bom capital com sua comercialização, estes, vendo o crescimento do setor industrial começaram a investir nas indústrias proporcionando assim o desenvolvimento da industrialização no Brasil.

Os principais tipos de atividades industriais do período estavam relacionados aos setores: têxtil (produção de tecido), de bebidas e de alimentos. A modernização agrícola contribuiu decisivamente para a que indústria se desenvolvesse no âmbito dos setores referidos. E, para que houvesse estabilidade na produção industrial, também foi necessário o controle do valor da moeda brasileira. O motivo para esse controle era não correr o risco de ter o principal produto de exportação, o café, desvalorizado no mercado internacional. Então, por vezes, o governo brasileiro priorizava o café, preterindo a atividade industrial. Esse fato demonstra que apenas na Era Vargas, a partir da década de 1930, é que se teve no Brasil uma política econômica realmente voltada ao desenvolvimento industrial pleno. (FERNANDES, 2017, p. 2).

Desde então a população urbana no Brasil só cresceu e na década de 70 a população residente nas cidades ultrapassa a população rural:

A imensa e rápida urbanização pela qual passou a sociedade brasileira foi certamente uma das principais questões sociais do país no século XX. Enquanto em 1960 a população urbana representava 44,7% da população total – contra 55,3% de população rural –, dez anos depois essa relação se inverteu, com números quase idênticos: 55,9% de população urbana e 44,1% de população rural. Em 1996, 78,4% da população brasileira vivia em cidades, proporção que ultrapassa os 80% atualmente. Essa transformação, já imensa em números relativos, torna-se ainda mais assombrosa se pensarmos nos números absolutos, que revelam também o crescimento populacional do país como um todo: nos 36 anos entre 1960 e 1996, a população urbana aumenta de 31 milhões para 123 milhões, ou seja, as cidades recebem 92 milhões novos moradores no período. (ROLNIK, 2000, p.2).

Assim, junto com o adensamento populacional das cidades, cresceram também o problemas decorrentes da falta de infraestrutura urbana e serviços públicos, evidenciando inúmeros problemas sociais e desenhando os contornos da questão urbana no Brasil. Podemos apreender disso que o processo de urbanização do Brasil, sob a égide do modo de produção capitalista, assim como na Europa, imprimiu nas cidades as desigualdades sociais existentes na sociedade, em vez de quebrar esse paradigma.

Falta tudo na cidade brasileira: moradia, saneamento, mobilidade, acessibilidade, segurança, saúde, educação, lazer, dentre outros fatores indispensáveis para a garantia de condições dignas de vida para a população urbana. As cidades tem crescido rápida e

desordenadamente, dando origem à favelas e bairros periféricos sem qualquer tipo de infraestrutura urbana e equipamentos públicos, locais em que a população de baixa renda tem se instalado empurradas pela especulação imobiliária e por políticas públicas excludentes.

Numa série de países mal desenvolvidos, a favela é um fenômeno característico, enquanto nos países altamente industrializados essa característica é a proliferação da cidade em “tecidos urbanos”, em subúrbios, em setores residenciais cuja relação com a vida urbana constitui um problema. (LEFEBVRE, 1991, p. 74).

Em cidades como Marabá, por exemplo, em vez de favelas, existem bairros oriundos de ocupações irregulares, mais conhecidos como “invasões”, para os quais a população pobre acaba recorrendo por ter conseguido um terreno para construir ou até mesmo comprado um de um invasor por um preço menor com o qual nunca conseguiria comprar um terreno em uma área regular da cidade e/ou mais próxima do centro. Essas áreas são desprovidas de infraestrutura e serviços públicos dificultando a vida de quem mora lá, mas por outro lado tornam possível a realização do sonho de ter uma casa própria, construída com muito esforço e suor à população sair do aluguel.

Enfim, o surgimento das cidades e o processo de Urbanização no Brasil, como foi demonstrado ao longo desse capítulo, aconteceu em épocas diferentes e também se deu de forma diferente do processo que ocorreu na Europa, no entanto, embora a desigualdade que marca o processo de urbanização no capitalismo também se evidencie no Brasil, talvez até de forma mais agressiva do que nos países considerados “desenvolvidos”.

A urbanização vertiginosa, coincidindo com o fim de um período de acelerada expansão da economia brasileira, introduziu no território das cidades um novo e dramático significado: mais do que evocar progresso ou desenvolvimento, elas passam a retratar – e reproduzir – de forma paradigmática as injustiças e desigualdades da sociedade. (ROLNIK, 2000, p.2).

Para compreender um pouco mais esse processo a nível local, será apresentado no tópico seguinte o histórico de surgimento e urbanização da cidade de Marabá e a influência dos aspectos políticos e econômicos nesse processo.

3.1 HISTÓRICO DE URBANIZAÇÃO DE MARABÁ

Antes de começar a relatar o histórico de urbanização e conformação do município de Marabá, é importante ressaltar novamente que a cidade está sendo concebida nesse trabalho como resultado de um processo histórico, fruto das relações sociais, econômicas e políticas, logo, a cidade é mutável e dinâmica, estando em constante processo de construção e transformação, “[...] o espaço não é o ‘palco da atividade humana’ onde as coisas acontecem independentemente do homem, mas o produto humano, social e histórico.” (CARLOS, 2011, p. 58).

Exemplo disso é a história do município de Marabá que desde o princípio esteve atrelada aos ciclos econômicos da Amazônia e ao fluxo migratório atraído por estes.

A cidade, em cada uma das diferentes etapas do processo histórico, assume formas características e funções distintas. Ela seria assim em cada época, o produto da divisão, do tipo e dos objetos de trabalho, bem como do poder nela centralizado. Por outro lado, é necessário considerar que a cidade só pode ser pensada na sua articulação com a sociedade global, levando-se em conta a organização política, e a estrutura do poder da sociedade, a natureza e repartição das atividades econômicas, as classes sociais. (CARLOS, 2011, p. 57).

O município de Marabá surgiu da ocupação das margens dos rios Itacaiúnas e Tocantins por imigrantes que pretendiam exercer a agricultura e a pecuária na região, mas que com a descoberta do caucho se voltaram para o extrativismo vegetal. A esse respeito, de acordo com José Jonas Almeida:

Na origem do processo de povoamento da área onde hoje se encontra Marabá estava a fundação do Burgo Agrícola estabelecido por Carlos Gomes Leitão e de um grupo de famílias provenientes de Goiás em 1895. A idéia era a de estabelecer um núcleo dedicado à pecuária e à agricultura[...]. Foi logo após o estabelecimento do Burgo Agrícola que foi descoberto o caucho (borracha) nas matas em torno da bacia do rio Itacaiúnas. A exploração do caucho impôs a necessidade da ocupação do pontal pela facilidade de se controlar o acesso à mata, sobre os caucheiros que extraíam o produto e também do tráfego fluvial por parte dos comerciantes que negociavam o produto na capital Belém. Nesse pontal formou-se um núcleo a partir de uma casa comercial fundada por um maranhense chamado Francisco Coelho, em 1898, cujo nome passou a designar a futura cidade: Marabá. (ALMEIDA, 2008, p.35 e 36).

Considerando que Marabá começou a ser povoada a partir do pontal da cidade onde foi instalado o entreposto comercial por Francisco Coelho, considera-se que ali se originou a cidade, sendo portanto o primeiro bairro de Marabá que posteriormente ganhou o nome de Francisco Coelho em homenagem aquele que foi considerado posteriormente o fundador da cidade, embora o bairro seja popularmente conhecido pelo nome de “cabelo seco”.

A imagem aérea à baixo, mostra o pontal onde a cidade se originou e ajuda a compreender sua localização estratégica e o seu histórico de ocupação.

Imagem 01 – Vista aérea do pontal onde surgiu a cidade de marabá



Fonte: Prefeitura Municipal de Marabá.¹

¹ Disponível em: < <http://maraba.pa.gov.br/mapa-da-cidade/>>. Acesso em nov.2016.

Durante várias décadas a economia da cidade esteve baseada no extrativismo, nesse período destacaram-se alguns produtos que deram nome ao que depois passou a ser conhecido como “ciclos econômicos” da cidade.

A cidade de Marabá evoluiu e cresceu em torno do extrativismo, consolidando a sua localização em um ponto absolutamente estratégico para essa atividade. O extrativismo teve na bacia do rio Itacaiúnas, seus afluentes e igarapés, a área mais importante. Nela estavam as maiores concentrações de duas espécies vegetais que fizeram o surgimento e o crescimento de Marabá a partir do século XIX: o caucho e a castanha. (ALMEIDA, 2008, p. 34).

O primeiro ciclo econômico da cidade de Marabá foi o da borracha pois como dito anteriormente, foi a descoberta do caucho nas florestas do território que impulsionou o surgimento da cidade. Esse fenômeno econômico atraiu para Marabá pessoas que vinham realizar ou dar suporte a essa atividade.

A casa comercial fundada por Francisco Coelho passou a servir de apoio ao “aviamento”, uma relação de trabalho estabelecida na época que consistia no adiantamento de instrumentos e alimentos aos caucheiros para que esses entrassem na mata para extrair o caucho e no retorno pagassem de volta o valor investido com um acréscimo, já deixando claro nesse processo a lógica da exploração do trabalho presente no modo de produção capitalista.

O pagamento em Marabá era efetuado conforme o preço fixado pelo patrão. No acerto de contas o patrão confrontava o que o castanheiro tinha produzido com a coleta e as despesas adiantadas ao mesmo, registradas em uma caderneta de “*capa preta*”. Essas despesas referiam-se em grande parte às mercadorias fornecidas aos castanheiros, que já eram acrescidas de 30%, em razão das despesas referentes ao transporte das mesmas. (ALMEIDA, 2008, p. 43).

Assim, apesar de nessa época as áreas de floresta onde as seringueiras se encontravam ainda serem livres da propriedade privada, sendo possível, a quem quisesse entrar nelas para extrair o caucho, as relações de exploração do trabalho e de sobrevivência de uns com base no trabalho realizado por outros já se estabeleciam através da prática do aviamento que faziam os caucheiros contraírem dívidas intermináveis e se tornarem espécies de servos.

O extrativismo do caucho ganhou impulso atraindo levas de migrantes, comerciantes donos de embarcações e distribuidores de mercadorias. Muitos deles também se estabeleceram na condição de aviadores por adiantarem ou aviarem recursos, utensílios e alimentação aos caucheiros para que esses penetrassem na mata. O acerto era feito na entrega do produto para embarque em Marabá em direção a Belém. Essa relação de trabalho conhecida como aviamento, acabou se consolidando e depois se manteve durante o ciclo da castanha. (ALMEIDA, 2008, p. 39).

Com a queda do preço da borracha devido a concorrência asiática, teve início um novo ciclo econômico no município, ainda baseado no extrativismo: o ciclo da castanha. Essa substituição foi possível graças a abundância de castanheiras no território do município e também ao aproveitamento da estrutura deixada pelo ciclo da borracha, especialmente os

portos e a manutenção do sistema de aviação que se adequava as necessidades da extração da castanha, mantendo, o sistema de exploração de mão de obra barata e precária.

Por várias décadas, Marabá teve no extrativismo da castanha sua principal atividade e essa determinou o ritmo da evolução urbana da cidade, não muito diferente do que era no tempo do caucho. Era uma atividade sazonal, cuja época da safra atraía os castanheiros entre os meses de novembro e abril, coincidindo com a fase das cheias dos rios, facilitando o acesso aos igarapés e aos próprios castanhais. (ALMEIDA, 2008, p. 40).

Durante esse período as áreas de castanhais passaram a ser concedidas para exploração mediante pagamento de licenças feitas ao governo local, as disputas pelos castanhais e o jogo político se intensificaram, começaram a despontar elites econômicas e políticas na cidade, famílias que ganharam muito dinheiro com a exploração dos castanhais, e no processo mataram muitos trabalhadores para não ter que pagá-los, acabaram ficando definitivamente com as terras públicas onde antes estavam localizados os castanhais.

[...] Em 1954 foi restabelecido o chamado aforamento perpétuo ou enfiteuse, no qual mediante o pagamento de um anuênio, o castanhal poderia permanecer em poder de um mesmo indivíduo por tempo indeterminado. Tal dispositivo acabou por efetivar a posse dos castanhais nas mãos de uma elite, já constituída em Marabá e que, além dos castanhais, controlava o comércio e o tráfego fluvial com seus barcos a motor, os estabelecimentos comerciais e as casas exportadoras de castanha e que também aviavam os castanheiros. (ALMEIDA, 2008, p. 42).

Muitas dessas famílias que despontaram como elite econômica na época permanecem influenciando a economia e a política de Marabá até hoje e lucrando com as terras públicas que tomaram posse na época do ciclo da castanha, esse por exemplo é o caso da família Mutran.

Ainda durante o ciclo da castanha, houve a descoberta de diamantes na área das corredeiras do Itabocas, essa exploração passou a ser feita intercalada com a exploração da castanha, contudo, não superou a importância e nem o lucro que a castanha proporcionava na época.

Imagem 02: garimpo de diamantes em Marabá



Fonte: IBGE²

² Disponível em: <

<http://cidades.ibge.gov.br/painel/fotos.php?lang=&codmun=150420&search=para|maraba|infograficos:-fotos>>. Acesso em Nov.2016.

É importante ressaltar que a economia baseada no extrativismo, contribuiu para o processo de desenvolvimento urbano da cidade, devido o fluxo migratório que atraiu para a região, e principalmente para o crescimento da importância política e econômica de Marabá dentro do Estado do Pará e no Brasil como um todo, no entanto, considerando a própria dinâmica de extração do caucho e da castanha que era afetada por fatores como o clima (durante as cheias era difícil adentrar nas florestas que ficavam alagadas e durante o pico do verão os rios secavam prejudicando o fluxo de pessoas e o escoamento da produção) as pessoas entravam e saíam da cidade sem necessariamente se estabelecer definitivamente nela, a maior parte ficava nela apenas temporariamente.

Dentro desse processo, constituiu-se o núcleo urbano, onde uma parte da população deslocava-se para outras regiões na entressafra do caucho e outra se dedicava a serviços temporários, praticando uma agricultura de subsistência ou roçado. Durante essa época do ano o movimento na cidade diminuía, nas pensões, no comércio e no porto às margens do rio Tocantins, pois a navegação durante o “verão” era mais difícil com a vazante dos rios. (ALMEIDA, 2008, p. 39).

A partir da década de 50, diversos fatores a nível nacional e regional impulsionaram o crescimento demográfico do município, dentre esses fatores pode-se citar:

- 1) A política de integração nacional, ou seja, de incentivo a ocupação e exploração da região amazônica que proporcionou a construção de novas estradas para ligar a região sudeste a Amazônia e facilitar o escoamento das matérias primas retiradas da região. Os exemplos mais contundentes foram a abertura dos eixos rodoviários Belém-Brasília, Cuiabá-Santarém e Transamazônica, sendo que este último atravessa a cidade de Marabá;
- 2) A descoberta de minério em Carajás e a instalação do projeto Grande Carajás;
- 3) A descoberta do ouro em Serra Pelada.

Em 1967 foram descobertas as jazidas de minério em Carajás, o Estado então tratou de intervir na região e tomar posse da riqueza recém descoberta, assim, no início da década de 70 instalou o Projeto Grande Carajás (PGC) através da Vale do Rio Doce que tem por objetivo realizar a exploração integrada e em alta escala dos recursos minerais de Carajás. Através desse projeto foi construída a infraestrutura necessária para exploração e escoamento do minério, sendo o trem e a ferrovia que corta Marabá exemplo disso.

Além disso, em 1970 o governo Federal decretou a cidade de Marabá como “área de segurança nacional” devido sua importância econômica estratégica. A realização da guerrilha do Araguaia, movimento de resistência e combate ao governo militar, e dos confrontos iniciados na região em 1972, contribuiu ainda mais para a intervenção militar na cidade.

Assim, apesar de Marabá ter deixado de ser área de segurança nacional em 1988, a influência do exército na região continua forte, existem na cidade vários quartéis do exército espalhados pelo território do município que participam ativamente da dinâmica social, política e econômica da região.

Anos depois da descoberta das jazidas de minério em Carajás, foi descoberto na década de 80 ouro em uma região próxima a Marabá que viria a ser denominada de Serra Pelada, na época a Serra ainda estava dentro dos limites do município, com a divulgação dessa descoberta por todo o país, milhares de pessoas foram atraídas para o maior garimpo a céu aberto do mundo, todas perseguindo o sonho de se tornarem ricas. As condições de trabalho na serra pelada eram precárias e perigosas, muitos trabalhadores morreram soterrados pelos barrancos que desmoronavam constantemente.

O garimpo influenciou a cidade de Marabá no aspecto populacional, pois atraiu muitos imigrantes pra região, alguns deles permaneceram na cidade mesmo após o fechamento do garimpo (é comum encontrarmos por exemplo garimpeiros de serra pelada em Marabá) e no aspecto econômico, pois passou a circular mais dinheiro na cidade porque os garimpeiros quando bamburravam vinham gastar seu dinheiro em Marabá.

Desde então, devido todos os processos econômicos e políticos a nível nacional e regional que afetaram a cidade de Marabá citados anteriormente, a população do município tem aumentado consideravelmente, como demonstrado na tabela a seguir capaz de ilustrar o crescimento populacional do município de 1991 a 2010, comparando com o crescimento populacional do Estado do Pará e do Brasil no mesmo período:

Tabela 01 – Evolução populacional de Marabá/Pará/Brasil

Ano	Marabá	Pará	Brasil
1991	123.668	4.950.060	146.825.475
1996	149.665	5.466.141	156.032.944
2000	168.020	6.192.307	169.799.170
2007	196.468	7.065.573	183.987.291
2010	233.669	7.581.051	190.755.799

FONTE: IBGE: Censo Demográfico 1991, Contagem Populacional 1996, Censo Demográfico 2000, Contagem Populacional 2007 e Censo Demográfico 2010.³

Ao analisar esta tabela, percebe-se a existência de um crescimento populacional considerável no município. De 1991 a 1996 a taxa de crescimento foi de 21,02%, já de 1996 a 2000 houve um crescimento de 12,26%, de 2000 a 2007 o crescimento foi de 16,93% e de 2007 a 2010 foi de 18,93%, culminando no total populacional de 233.669 habitantes. Ainda segundo dados do IBGE em 2016 a população do município alcançou 266.932 habitantes, logo, o crescimento populacional foi de aproximadamente 14,23% em 6 anos (2010 a 2016).

³ Disponível em:

<<http://cidades.ibge.gov.br/painel/populacao.php?lang=&codmun=150420&search=para|maraba|infogr%E1ficos:-evolu%E7%E3o-populacional-e-pir%E2mide-et%E1ria>>. Acesso em nov.2016.

Além disso, assim como tem ocorrido a nível nacional, em Marabá a população já é majoritariamente urbana, ou seja, a maior parte da população residente no município mora na área urbana da cidade, conforme dados coletados no censo de 2010 pelo IBGE.

Tabela 02 – Distribuição da população marabaense entre a zona urbana e rural

População residente, por situação do domicílio e sexo - 2010		
	Urbana	Rural
Total	186270	47399
Homens	92780	25416
Mulheres	93490	21983

Fonte: IBGE. População residente, por situação do domicílio e sexo – 2010.⁴

Ainda sobre o quesito população, esse histórico de ocupação da cidade impulsionado principalmente pela migração decorrente das políticas econômicas da região, nos diz muito sobre a origem diversa da população que hoje reside nela, esta foi formada por pessoas de várias regiões do Brasil sendo comum hoje encontrarmos descendentes principalmente de maranhenses na cidade.

Os Censos elaborados pelo IBGE apontam a origem dos migrantes que chegam em Marabá. Por ordem decrescente, temos primeiro o Pará, que indica as chegadas de outros municípios do Estado, em seguida, temos Maranhão, Goiás, Piauí, Tocantins, Ceará, Minas Gerais, Bahia, Espírito Santo e Pernambuco como os dez primeiros. (LOBATO; EMMI, 2014, p. 25).

Atualmente a nível econômico, o capital tem se reproduzido em Marabá através de três principais frentes: a mineração, a exploração madeireira e o agronegócio especialmente a criação de gado e a plantação de soja. Essas políticas econômicas afetam em grande escala o meio ambiente através da poluição dos rios, desmatamento, e extração dos minérios, além de intensificar os conflitos entre os que querem ampliar cada vez mais a reprodução do Capital na região a qualquer custo (o Estado, as empresas que vivem da extração de minérios – em especial a VALE e os grandes latifundiários interessados na acumulação de Capital) e os que lutam pela construção de uma economia e uma sociedade mais justa e igualitária (movimentos sociais, pequenos produtores rurais e trabalhadores rurais e urbanos). Essa dinâmica econômica é reflexo das formas como Capital tem se reproduzido a nível Nacional e Mundial e tem afetado profundamente o processo de urbanização da cidade.

⁴ Disponível em:

<<http://cidades.ibge.gov.br/painel/populacao.php?lang=&codmun=150420&search=para|maraba|infogr%E1ficos:-evolu%E7%E3o-populacional-e-pir%E2mide-et%E1ria>>. Acesso em nov.2016.

Com o crescimento da economia da fronteira, fundamentalmente a partir da segunda metade do século XX em diante, uma nova dinâmica de produção do espaço se instala em Marabá. E esta dinâmica é voltada ao fornecimento das commodities: minérios, soja, gado e madeira.

Esses quatro produtos formam uma dinâmica econômica voltada para o relacionamento com o mercado externo. Então, com a intensa integração mundial a partir do processo de globalização, o crescimento na produção de commodities se multiplicou, é o caso da atividade madeireira, da atividade mineradora, plantação de soja e da produção de derivados da pecuária, que ganharam espaço na economia regional a partir da década de 1980/90. (LOBATO; EMMI, 2014, p. 22)

Dessa forma, essa desigualdade e disputa econômica também é refletida na forma como a cidade vem sendo construída, o enorme fluxo migratório atraído pelas políticas econômicas baseadas na mineração e no agronegócio que buscam somente a ampliação da reprodução e acumulação do capital, tem agravado a questão urbana em Marabá.

Marabá vem passando por um intenso processo de transformações como resultado do avanço de frentes econômicas, demográficas, de rearticulações de antigas elites econômicas, da inserção de novos agentes capitalizados na cidade, bem como de articulações políticas e de mobilização dos movimentos sociais, dentre outros atores sociais que constituem a cidade enquanto espaço de contradições inerentes a uma divisão social e territorial do trabalho (RODRIGUES, 2010, p. 126 apud LOBATO; EMMI, 2014, p. 23).

Falta infraestrutura urbana e serviços públicos necessários para proporcionar uma vida digna na cidade para sua população, a ocupação desordenada do território se tornou comum. Assim quem mais sofre com os efeitos da disputa política e econômica pela cidade é a população pobre obrigada a viver em uma cidade sem infraestrutura urbana, moldada pelos interesses econômicos excludentes.

Essa população é expulsa para a periferia devido a enorme especulação imobiliária do município, o preço dos imóveis e alugueis são absurdamente altos, mesmo nas áreas desprovidas de infraestrutura, incentivando as “invasões”, ou seja, ocupações irregulares de áreas públicas ou privadas desocupadas.

A cidade, quase como um todo, apresenta atualmente características e índices de assentamentos informais, de acordo com pesquisa feita pela Secretaria Municipal de Saúde em 19.820 domicílios nas áreas formais dos cinco núcleos: Velha Marabá, Cidade Nova, Nova Marabá, São Félix e Morada Nova, este último um núcleo de formação mais recente, próximo a São Félix, nas margens da rodovia PA-150. Desse total, apenas 36,9% têm acesso à rede de abastecimento de água, sendo que 63,1% utilizam água que é captada de poço, das nascentes dos rios, entre outras formas. Contudo, muitos desses poços são invadidos pelas enchentes. Desses domicílios, 12,29% lançam os rejeitos sanitários na superfície do solo, 5,81% nas galerias de água pluviais que vão para os rios e 81,9% utilizam fossas que também são atingidas pelas águas por ocasião das enchentes. A mesma pesquisa revela ainda que 15,5% desses domicílios depositam lixo a céu aberto em áreas também atingidas por enchentes. A Velha Marabá é responsável por 17,50% do lançamento de fezes e urina na superfície do

solo, sendo que a área do bairro Cabelo Seco é a que mais contribui para esse percentual. (ALMEIDA, 2008, p.218).

Assim, ao longo da história da cidade novos bairros surgiram, fruto de ocupações desordenadas e outros antigos tiveram um elevado crescimento demográfico, que não foi acompanhado por um planejamento urbano adequado, estes apesar de antigos também não dispõem de infraestrutura e equipamentos públicos adequados, sendo este último o caso do bairro Amapá, que será estudado nesse trabalho e servirá de palco para o desenvolvimento da discussão sobre o Direito à Cidade.

3.2 HISTÓRICO DE OCUPAÇÃO E URBANIZAÇÃO DO BAIRRO AMAPÁ

Pouco tem sido escrito sobre a história do bairro Amapá, esse é um fato interessante a respeito do município de Marabá, geralmente quando procuramos arquivos, livros ou produções sobre a história da cidade encontramos bastante material, mas esse se restringe ao bairro Francisco Coelho (Cabelo Seco) e núcleo Marabá Pioneira, onde surgiu a cidade. Há pouco material escrito sobre a origem dos outros bairros do município, mesmo os mais antigos como o Amapá.

Assim, a história do bairro Amapá tem sido perdida ao longo do tempo, tem morrido junto com os primeiros habitantes. Mesmo os moradores mais antigos ainda vivos não conseguem mais precisar com exatidão como o bairro surgiu, devido este ser um dos primeiros bairros do município de Marabá.

Logo, a história do bairro que tentarei reconstituir nesse trabalho, é fruto de entrevistas com os moradores mais antigos ainda vivos (fazendo uso assim da história oral) e de pesquisa bibliográfica em textos que tratam da cidade de Marabá.

Sobre a origem do bairro, acredita-se que este foi resultado das enchentes que aconteciam todos os anos no município e expulsavam os moradores do bairro Cabelo Seco e núcleo Marabá Pioneira de suas casas.

[...] O surgimento do bairro deveu-se, contudo, ao fato de que a partir da grande enchente de 1926, tornou-se o local de abrigo dos moradores do pontal, que tiveram suas casas afetadas ou destruídas pela mesma. Por estar situado em um local mais elevado era o mais procurado pelas vítimas das inundações. (ALMEIDA, 2008, p. 60).

Manoel Lima Máximo, conhecido no Amapá como “Manoel Baladeira” conta que veio do Maranhão, chegou no bairro em 1974 e reside no mesmo há 43 anos, ele relata de forma simples o processo de surgimento do bairro: “aqui mesmo nesse alto era a rua dos alagados, quando enchia o Marabá o pessoal corria aqui pra riba do alto” (MÁXIMO, 2016).

Imagem 03 – Manoel Lima Máximo – Manoel Baladeira



Fonte: a autora 2016.

Assim, no período chuvoso, as famílias que residiam na Velha Marabá e eram atingidas pela cheia dos rios, migravam para um território localizado na outra margem do rio Itacaiúnas que neste período era formado em sua maior parte por mata.

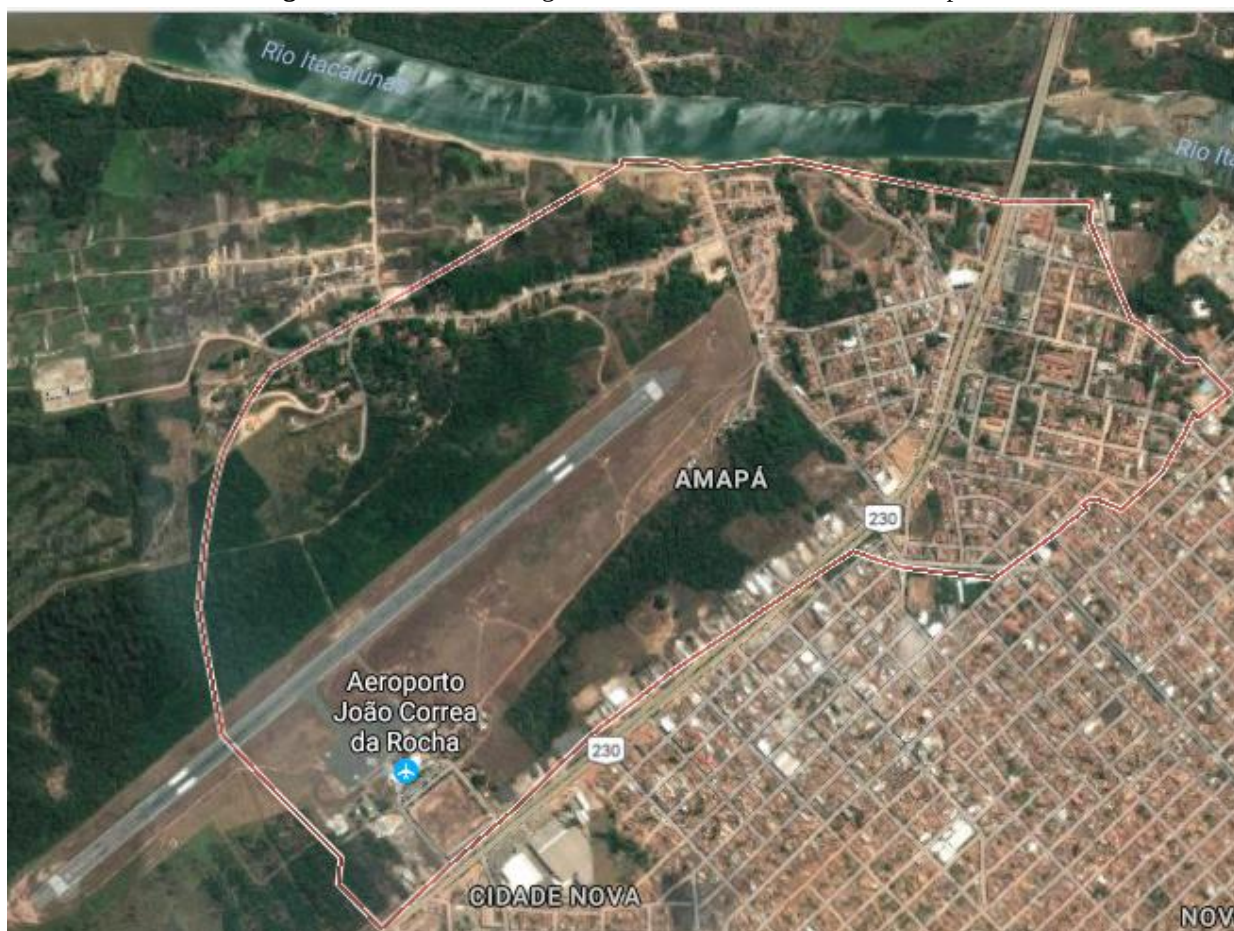
Wilza Clélia Fragas Carvalho, que reside no bairro desde criança, confirma esse histórico e diz que ela mesma residia na Marabá Pioneira e vinha para o Amapá na época das cheias dos rios:

Quando eu cheguei aqui tinha 4 casas, na época né, eu vim porcausa de uma enchente que teve em Marabá[...]aí quando a enchente passava agente retornava de volta pra Velha Marabá de novo, porque a maior enchente que teve aqui foi a de 80 e a de 57, foi uma das maior enchente que teve aqui no bairro, em Marabá. (CARVALHO, 2016).

Com o passar do tempo algumas pessoas passaram a residir definitivamente em uma parte desse território, dando origem assim a um novo bairro, o Amapá.

No entanto, considerando que muitos das pessoas que fugiam da cheia e se abrigavam no bairro, retornavam para a Marabá Pioneira após a baixa dos rios, a área onde hoje é o bairro Amapá por muito tempo teve uma concentração populacional baixa, servia mais de local de pouso provisório do que de moradia fixa. Aqueles que ficavam no bairro Amapá eram, em sua maior parte, ribeirinhos que sobreviviam principalmente da pesca e do extrativismo.

Imagem 04 – Print com imagem de satélite da área do bairro Amapá



Fonte: Google maps.⁵

Hoje não se sabe ao certo a quem pertencia a área que deu origem ao bairro, acredita-se que era uma área pública pertencente a união devido sua proximidade com o rio: “não, ninguém sabe, de quem era essa área, diz que a área que agente ocupou é da INFRAERO, até hoje, até hoje nós sabemos que todas essas áreas que agente ocupa é da INFRAERO.” (CARVALHO, 2016).

Seu Antonio Alves da Silva, mais conhecido no bairro como “Tá na hora”, tem 85 anos e reside no Amapá desde 1952, ou seja, já reside no mesmo a 64 anos, ele foi um dos pioneiros a residir na rua das cacimbas, uma das mais conhecidas do bairro e alega que foi graças a ele que a rua ganhou esse nome:

É ai o povo forum fazendo casa, forum fazendo rua, ai forum fazendo rua, ai não tinha rua, ai tinha essa rua aqui fizeram essa rua ai, ai naquele tempo andava ai, “rapaz como que é o nome dessa rua aqui”, ai eu digo “rapaz não

⁵ Disponível em: <<https://www.google.com.br/maps/place/Amap%C3%A1,+Marab%C3%A1+-+PA/@-5.3686914,-9.1241107,3171m/data=!3m1!1e3!4m5!3m4!1s0x92c3a74fcd1b3e51:0xfcb2ab3bd69aa592!8m2!3d-5.3650878!4d-49.129725!6m1!1e1>>. Acesso em dez.2016.

sei não”, bota “rua das cacimbas” ai ficou, é ficou rua das cacimba todo tempo. (SILVA AA, 2016).

Ele veio do Piauí e conta que quando chegou o bairro não tinha quase nada e ainda residiam poucas pessoas no local que depois se tornaria a rua das cacimbas: “Rapaz isso aqui era uma coisa que não tinha nem estrada, não tinha nada aqui, só o caminho, não tinha nada não. [...] tinha nada, aqui não tinha gente não, muito pouco, era”. (SILVA AA, 2016).

Somente em meados da década de 70 devido a fatores como o aumento da migração para o município de Marabá, motivada por medidas políticas e econômicas pensadas para a região como a construção da Transamazônica por exemplo, foi que o bairro Amapá começou a receber um maior contingente populacional.

Ao falar da construção da Transamazônica e o do seu impacto para o bairro Amapá, Manoel Baladeira relata: “Ah ai aumentou o pessoal aumentou 100%, foi, foi. [...] Veio muita gente de fora, do Maranhão, do Pernambuco, do Ceará, de todo lugar veio muita gente viu.” (MÁXIMO, 2016).

Os bairros existentes até então tornaram-se pequenos para tantas, e o aumento da procura por moradia fez com que o valor dos imóveis no núcleo Marabá Pioneira aumentasse muito, diante do exposto, algumas pessoas começaram a procurar moradia na margem oposta do rio Itacaiunas, passando a residir no bairro Amapá, principalmente por este possuir uma localização estratégica próxima ao rio e a beira da recém-construída Transamazônica, o que causou o aumento considerável da população do bairro e seu entorno.

[...] A facilidade de ocupação dos lotes mais baratos oferecidos pela Prefeitura ajudou no crescimento da ocupação nas áreas próximas a esse núcleo, surgindo no início da década de 1970 o bairro Jarbas Passarinho, depois chamado de Vila Transamazônica, em função de se localizar as margens da rodovia de mesmo nome.

Alguns órgão federais como o INCRA e o DNER instalaram-se lá. Nesse mesmo bairro havia o aeroporto que já ocupava uma área considerável e que depois foi ampliado. Em 1974, a área do bairro Amapá contava com 1.610 casas e 4.456 pessoas. Um ano depois, a SUDAM estimou que o bairro já teria em torno de 6.000 habitantes. Era o núcleo que mais se expandia na área urbana de Marabá no início da década de 1970[...]. (ALMEIDA, 2008, p.76).

No mesmo período foram construídas pelo governo federal, próximo ao bairro Amapá, casas para abrigar funcionários do INCRA que vieram à Marabá executar o Programa Integrado de Colonização (PIC) que pretendia financiar terras públicas as margens da transamazônica para colonos que teriam um prazo de 20 anos para pagá-las.

Esse programa não foi pra frente, contudo, as casas construídas para os servidores do INCRA permaneceram e a área se tornou posteriormente o bairro Agrópolis do Incra, ocupando uma área que antes da construção da Transamazônica, fazia parte do bairro Amapá, que foi dividido ao meio pela rodovia: “A abertura da transamazônica, em 1970, alterou a evolução do bairro Amapá, uma vez que a rodovia dividiu-o ao meio” (ALMEIDA, 2008, p. 60).

No entanto, até hoje os moradores do bairro consideram que a Agrópolis do Incra também faz parte do bairro Amapá: “É Amapá também é, é Amapá, o Incra todim é Amapá é.” (MÁXIMO, 2016).

Manoel Baladeira recorda ainda que na época do garimpo de Serra Pelada o movimento no bairro também aumentou:

Ai foi bom, foi movimento demais, o movimento foi grande, veio muita gente. [...]É tinha, tinha muita gente que saía, chegava, ficava brincando aqui, outros saía daqui e ia pra Cidade Nova, Marabá, ia pra outros lugar, mas aqui o movimento era grande demais, do pessoal do ouro. (MÁXIMO, 2016).

O fato é que mesmo que o governo tenha incentivado a ocupação dos terrenos da margem oposta ao rio Itacaiúnas e próximos à Transamazônica, esse incentivo não foi acompanhado pela infraestrutura urbana necessária para dar qualidade de vida a população que lá passou a residir, assim “o maior problema da ocupação da área próxima ao bairro Amapá, que mais tarde deu origem ao Complexo Integrado Cidade Nova, foi a falta de infraestrutura, como uma rede de água, esgoto, iluminação e ruas asfaltadas.” (ALMEIDA, 2008, p.77).

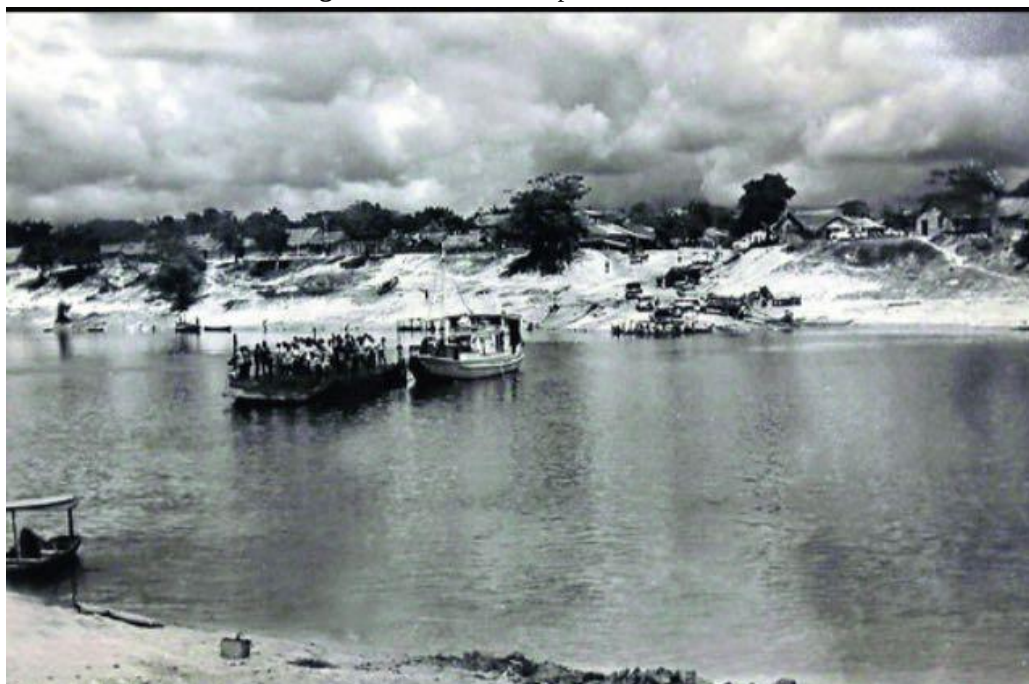
Esse aspecto não mudou muito mesmo passados quase 50 anos. Ao ser questionado sobre a infraestrutura do bairro quando começou a residir no mesmo, Manoel Baladeira relata:

Não tinha, como agora tá melhorando mais um pouquinho mais é muito pouco né, mais a vista do que era aumentou porque já tem esses órgãos que tem aqui né, tem INSS tem tudo, Fórum tem tudo que aqui não tinha nada disso, nem uma delegacia nunca teve aqui, não teve nada, não teve uma farmácia, não tem é nada, como até agora não tem, não. (MÁXIMO, 2016).

No que diz respeito à economia, a sobrevivência dos moradores do bairro deixou de depender somente da pesca e extração vegetal e passou a depender também do comércio (devido o aumento da demanda gerada pelo crescimento demográfico) e da travessia da população entre o núcleo velha marabá e cidade nova que eram feitas por balsas e canoinhas nas margens localizadas dentro do bairro, já que na época ainda não existia a ponte sobre o rio Itacaiunas que separa os dois núcleos, aumentando o fluxo diário de pessoas dentro do bairro: “[...]. Além das habitações, armazéns e indústrias de pequeno porte, como beneficiadoras de arroz, estavam se instalando lá. Era esse bairro, naquele momento, em 1974, *‘a área para onde a cidade está se desenvolvendo’*.” (ALMEIDA, 2008, p. 79, grifo do autor).

Os moradores hoje recordam com saudade a época em que o bairro era movimentado e próspero economicamente, Manoel Baladeira lembra que: “aqui atravessava a balsa né, aqui ficava carro aqui dum lado e de outro, era o dia e a noite.[...] Tinha muito comércio, tinha a boate tinha tudo aqui no Amapá, agora acabou tudo. [...]Era bem movimentado aqui.” (MÁXIMO, 2016).

Imagem 05: Travessia no porto das canoinhas



Fonte: Jornal correio do Tocantins, 2017.⁶

Wilza Clelia, moradora do bairro desde criança, recorda quem foi o primeiro canoeiro do bairro:

[...]o primeiro canoeiro foi o seu Domingos, que trazia os alunos que dos seus senhores, que na época agente chamava de seus senhores né, aí a melhor escola que tinha era o Santa Terezinha, que tinha as freiras, os padre, a coisa mais linda, eu estudei lá que me deram oportunidade pra mim estudar e limpar, se eu quisesse estudar eu tinha que limpar tudim, varrer, mas era bom demais. (CARVALHO, 2016).

Dona Teté como carinhosamente é conhecida no bairro Amapá a senhora Maria das Neves Neres da Silva, foi residir no bairro nessa época de maior movimentação, ela recorda que tinham muitos comércios, feirantes, botequins, cabarés e que o fluxo de pessoas e carros era enorme:

Hummm era muito bom, demais ixé! Oia tinha as casinha aqui, as casinha daqui até na beira do ri, assim de verdura, era uma feira né, era uma feira, mas siá, mais isso aqui era bom demais, vou te falar que quando nós viemo mermo morar aqui eu fazia dinheiro era com o pau cegando, eu enchia era uma caixa assim todo dia, todo dia cheia de dinheiro, cheia de dinheiro todo dia.

Atravessava por aqui, oia aqui ficava uma fila de carro da beira do rio até aqui, ali no começo da rua das cacimba e outra fila por acolá direto, e aqui era bom demais, Deus e livre.

Tinha tudo, tinha tudo aqui, botequim, cabaré tinha pra todo lado (risos). (SILVA MNN, 2016).

⁶ Disponível em: < <https://www.flickr.com/photos/jornalcorreio/sets/72157678814635024/>>. Acesso em Abr.2017.

Imagem 06 – Maria das Neves Neres da Silva – Dona Teté.



Fonte: a autora 2016.

Contudo posteriormente, duas intervenções do Estado provocariam a diminuição da população do bairro Amapá: a desapropriação de parte do bairro para ampliação do aeroporto de Marabá e a construção da ponte sobre o rio Itacaiúnas.

Em 1975 o Governo Militar resolveu desapropriar parte do bairro para ampliar o aeroporto de Marabá, na época essa reforma foi justificada pela exigência de melhorias estruturais no mesmo, feitas pela VARIG uma das empresas aéreas que utilizavam o aeroporto, que alegava que a reforma era necessária para recebimento com segurança dos jatos da empresa.

No entanto, o governo militar aproveitou a oportunidade para após a reforma autorizar apenas o tráfego por aeronaves da empresa VOTEC que segundo denúncias da época, pertencia a militares e por isso estava sendo beneficiada por eles, logo, essa medida que tanto afetou a dinâmica do bairro Amapá, foi tomada com intuito meramente econômico, e expulsou do bairro diversas famílias que antes residiam na área que foi utilizada para ampliação do aeroporto “Ah mandou muita gente, aqui eu acho que uma base, eu acho que mais ou menos umas 300 a 400 famílias tinha aqui.” (MÁXIMO, 2016), obrigando-as a migrar para outros locais, principalmente para o território onde hoje se encontra o complexo Cidade Nova e Nova Marabá.

Uma carta foi encaminhada ao Ministro da Aeronáutica, Brigadeiro Araripe Macedo, a respeito da questão e com críticas à empresa que monopolizava os vôos para Marabá, acusado de ter “*costas quentes*” no Ministério da Aeronáutica e junto ao Departamento de Aviação Civil (DAC). Reclamava

que a ampliação do aeroporto foi feita a custa de desapropriações junto aos moradores do bairro Amapá, para que a cidade pudesse continuar a receber os aviões de melhor porte. As demandas pela “*restituição*” do aeroporto avançaram até o início da década de 1980. A VARIG voltou a operar vôos comerciais em Marabá em outubro de 1979, após quatro anos ausente. (ALMEIDA, 2008, p.216).

Manoel Baladeira recorda a época em que a área que posteriormente foi desapropriada ainda era habitada por várias famílias e não existia muro cercando a pista do aeroporto: “só tinha uma cerca de arame [...] Lá embaixo tinha o matadouro, aqui tudo era vila, era cidade né, aqui dentro né, aí a FAB foi e tiraram o pessoal, foi indenizado, dizendo que foi indenizado, é aí foi indenizado e o pessoal saiu daí” (MÁXIMO, 2016), quando questionado se todos foram indenizados ele responde “não, foi só uma parte e outros não, só foi uma parte e outros não [...] tiveram que sair de qualquer jeito.” (MÁXIMO, 2016).

Imagem 07 - Avião no aeroporto de marabá.



Fonte: IBGE.⁷

Já na década de 80 o governo resolve construir a ponte sobre o rio Itacaiunas para facilitar o acesso de um núcleo para o outro da cidade, contudo, essa intervenção afetou imensuravelmente o fluxo de pessoas e consequentemente também a economia do bairro Amapá que até o momento era baseada principalmente no comércio e na travessia feita pelas canoas que ficavam atracadas as margens do rio, local que por isso ficou conhecido como “porto das canoinhas”.

O fato é que com a construção da ponte, as pessoas não precisavam mais entrar no bairro para atravessar para o Núcleo Marabá Pioneira nem vice e versa, e logo, não precisavam utilizar os serviços dos canoeiros do bairro e tão pouco consumir produtos que eram vendidos no local. Wilza lembra o quanto foi difícil para os moradores essa mudança:

Foi assim, foi uma calamidade, porque acabou com a travessia aqui né, e as pessoas que fazia essa redondeza todinha aqui, ia por lá e pegava transporte pra circular Marabá, Nova Marabá e outros setores, aí aqui acabou, eles

⁷ Disponível em: <

<http://cidades.ibge.gov.br/painel/fotos.php?lang=&codmun=150420&search=para|maraba|infograficos:-fotos>.

Acesso em Nov.2016.

ficaram muito chocados né, porque era o ganha pão deles, era a travessia deles, foi o ganha pão deles que acabou, hoje tem movimento por causa da praia né, aí as pessoas tem que ir aqui, lota e vai pra praia, mas passou isso acabou. (CARVALHO, 2016).

Este fato fez com que várias famílias migrassem para outras localidades em busca de novas formas de sobrevivência e desde então a prosperidade do bairro não passa de uma lembrança saudosa de seus moradores mais antigos e que é contada por eles aos seus filhos e netos, passando assim a história de geração a geração.

Ave Maria mermã, era bom demais naquele tempo que eu cheguei aqui era bom, o que acabou com isso foi aquela ponte acolá, aquela ponte foi que arrasou com tudo.

Diminuiu, ah foi embora muita gente, bem poucos, bem poucos são os mais vei que tinha aqui desses tempos, tudo foram embora, tudo.

É, tudo forum imhora pro rumo da liberdade, praquelas casas novas que derum, pois é. (SILVA MNN, 2016).

Manoel Baladeira também concorda que a construção da ponte foi a causa da decadência econômica do bairro e a responsável por uma profunda mudança no modo de vida de seus moradores: “foi por causa da ponte aí que acabou o movimento, que aqui tinha 66 canoas atravessando aqui, aí com a ponte isso aí foi diminuiu, agora só tem uns motorzim rabudim, é uns 4 e quase não passa ninguém quase por aí.” (MÁXIMO, 2016), expulsando muitas famílias do bairro: “Foi embora, mudaram tudim porque aí acabou o Amapá.” (MÁXIMO, 2016).

Assim, fica evidente que mais uma vez a intervenção Estatal e o interesse político e econômico causou transformações profundas na estrutura urbana e no modo de vida da população do bairro.

Hoje existem poucos canoeiros no bairro, o comércio diminuiu consideravelmente, existem apenas algumas quitandas e comércios pequenos, e a maior parte da população trabalha fora do bairro.

O fluxo de pessoas externas no bairro é quase nulo, geralmente circulam por lá pessoas que residem no local, há um grande estigma também em relação ao bairro, este ganhou fama no município de ser violento e perigoso fator que somente aumenta a exclusão social dos seus moradores.

Atualmente existem muitos órgão públicos das três esferas nas proximidades do bairro e dentro dele também, tais como Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS, Departamento Nacional de Infraestrutura e Transito - DNIT, Instituto Nacional de Reforma Agrária - INCRA, Ministério Público da União - MPU, Polícia Federal, Justiça Federal, Fórum, Fundação Centro de Hemoterapia e Hematologia do Pará - HEMOPA, Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Municipal de Assistência Social e Câmara Municipal de Marabá, além de empreendimentos privados como churrascaria, centros de estética, prédios comerciais, e em especial escritórios de advocacia atraídos pela proximidade com o INSS e Fórum, no entanto, estes estão instalados em uma pequena parte do bairro e seu entorno, aquela que está mais

próxima da rodovia transamazônica e possui maior infraestrutura pública, enquanto que a maior parte dos moradores, continuam esquecidos e marginalizados pelo Estado.

Assim, a história do bairro Amapá está intrinsicamente ligada as transformações econômicas e políticas pela qual o Brasil e o município de Marabá passou nos últimos anos, a intervenção Estatal como demonstrado aqui, foi fundamental para a conformação do bairro e a forma que ele se apresenta atualmente.

Hoje o bairro Amapá pode ser dividido em duas partes, uma habitada por pessoas de classe média alta, com construções de médio e alto padrão, inclusive prédios comerciais e órgãos públicos, e outra habitada por uma população de baixa renda, com construções residenciais simples, não planejadas e geminadas. Assim, a configuração interna do bairro reflete as contradições e desigualdades existentes no urbano a nível nacional e que como demonstrado até aqui, estão intimamente associadas as dinâmicas políticas e econômicas e a lógica de desigualdade e segregação inerentes ao modo de produção capitalista.

4. CAPÍTULO 3 – O DIREITO À CIDADE NA SOCIEDADE BURGUESA E O PAPEL DO ESTADO NESSE PROCESSO

O Direito à Cidade é o direito à uma vida digna na cidade, esse direito possui um caráter coletivo e depende diretamente da ação do Estado, responsável pela promoção de infraestrutura e serviços públicos necessários para que a população consiga viver com qualidade na cidade.

Considerando que o modo de produção capitalista se assenta sobre a propriedade privada, exploração e desigualdade, na cidade desse modo de produção, a questão urbana se presente em todos os cantos:

[...]A maior parte da população mundial vive atualmente em vilas, cidades, povoados, mas não tem acesso aos bens e serviços produzidos, ao uso do espaço público, ao ambiente saudável, à moradia digna, à infra-estrutura e aos equipamentos e serviços públicos, à igualdade e ao respeito à diferença. (RODRIGUES, 2004, p.10).

O direito à Cidade surge então, nesse contexto como um meio de enfrentamento às contradições existentes na sociedade e na cidade produzida no modo de produção capitalista. Assim, para Henri Lefebvre: “O direito à cidade se afirma como um apelo, como uma exigência [...] esse direito caminha lentamente [...] se anuncia indiretamente, como tendência de fugir à cidade deteriorada e não renovada, a vida urbana alienada antes de existir ‘realmente’.” (LEFEBVRE, 1991, p.116).

O Estado que deveria garantir condições de vida digna na cidade, se coloca a serviço da reprodução do Capital e não a serviço da população, assim, no modo de produção capitalista ele da sustentação à reprodução e acumulação do capital, e por isso, no âmbito urbano, por exemplo, cria e adapta legislações para beneficiar essa reprodução.

O espaço é produzido cada vez mais enquanto condição geral de produção e o Estado tem um papel fundamental para a reprodução do sistema e interfere produzindo infraestrutura e todo o aparato necessário à reprodução ininterrupta do processo de acumulação do capital.”(CARLOS, 2011, p.83).

Assim, o Estado burguês distribui os recursos e investimentos públicos não levando em consideração as necessidades da população de baixa renda e sim da população com maior poder aquisitivo, destinando os investimento em infraestrutura pública para áreas que tragam conforto e lucro à burguesia, estabelecendo assim uma parceria público-privado:

(...)daí a aliança entre as esferas/planos político e econômico na elaboração das políticas públicas que orientam a ocupação do espaço, a construção de infraestrutura, a distribuição do orçamento visando à realização do processo de valorização onde o solo urbano ganha centralidade. (CARLOS, 2013, p. 98).

Considerando que no modo de produção capitalista o acesso a moradia somente é possível através do mercado, ou você compra ou você aluga uma casa, uma boa parte da população brasileira não tem casa própria se submetendo a viver de aluguel tendo que transferir uma boa parte dos seus ganhos para conseguir um teto para morar.

Enquanto isso a especulação imobiliária cada dia ganha mais força, a burguesia mantém inúmeros terrenos e imóveis improdutivamente na cidade, sem uso, aguardando apenas a sua valorização para revender ou alugar por preços astronômicos.

Como o valor de troca da terra está diretamente ligado a sua localização, tamanho, proximidade dos locais de lazer, bancos, órgãos públicos, hospitais, e a cobertura de infraestrutura pública como água, esgoto, dentre outros, o Estado ganha um papel importante nesse processo de valorização e acumulação, pois cabe a ele promover e distribuir essa infraestrutura na cidade.

O acirramento das contradições urbanas, fruto do crescimento rápido, no qual o Estado se coloca a serviço da reprodução ampliada do capital, é um fato incontestável. O espaço urbano se reproduz, gerando a segregação, fruto do privilégio, conferido a uma parcela da sociedade brasileira” (CARLOS, 2011, p.83).

Essa distribuição desigual e insuficiente de infraestrutura e serviços públicos na cidade gera uma segregação espacial que causa a valorização das áreas servidas de infraestrutura e desvalorização de áreas desprovidas da mesma para as quais a população pobre é empurrada e evidencia a desigualdade e exclusão presente na cidade capitalista.

Logo, para a burguesia o investimento público em infraestrutura e serviços pelo Estado é essencial para a valorização dos terrenos e manutenção da especulação imobiliária, já para a população esse investimento é essencial para se alcançar uma vida digna na cidade.

Dessa maneira, a luta de classes presente no modo de produção capitalista, também se materializa na cidade pois esta tem valores e funções diferentes para a burguesia e para a classe trabalhadora. “A existência da propriedade privada da riqueza apoiada numa sociedade de classes e a constituição do espaço como valor de troca geram a luta pelo ‘direito à cidade’.” (CARLOS, 2013, p. 95). Nesse contexto, o Estado assume o papel de mediador de conflitos e mantenedor da ordem burguesa.

Cabe ao Estado, dentro da lógica do sistema capitalista, garantir a reprodução do capital, gerenciando conflitos que possam interferir na realização do ciclo do capital, seja produzindo infraestrutura, seja controlando salários de modo a mantê-los baixos, etc. Não cabe ao Estado capitalista eliminar as contradições do sistema, mas amenizá-las, mistificá-las, impondo à vida da sociedade as necessidades da dinâmica de acumulação. (CARLOS, 2011, p.85)

Isso explica, entre outras coisas porque o Estado utiliza instrumentos como a polícia (aparato repressor) para reprimir manifestações da sociedade contra as mais diversas injustiças impostas à população pelo sistema capitalista e os meios de comunicação para criminalizar e desacreditar esses movimentos, tentando desencorajar novas manifestações e jogar a opinião pública contra os mesmos.

Um exemplo recente desse tipo de ação empreendida pelo Estado foi a forte repressão que a polícia exerceu no dia 29 de novembro de 2016 contra os estudantes, professores, servidores públicos e demais cidadãos que se deslocaram de todas as partes do país até

Brasília e estavam na Esplanada dos Ministérios para se manifestar contra a PEC 241/55, mais conhecida como PEC do teto, que prevê o congelamento dos investimentos públicos em 20 anos e que na ocasião estava sendo votada pelos Senadores.

Além da repressão policial que deixou várias pessoas feridas, a forma como o ocorrido foi veiculado pelos meios de comunicação, criminalizando os manifestantes e os chamando de baderneiros, desocupados e criminosos dentre outros adjetivos degradantes, mostra como o Estado pode utilizar diversos instrumentos a seu alcance para manipular a opinião pública e desencorajar a população a se manifestar contra suas medidas parciais a favor do Capital. Vale ressaltar que a manifestação estava ocorrendo em um espaço que deveria ser público.

Os exemplos são inúmeros. A sociedade é tirada o direito à cidade. A propriedade privada disciplina o uso – determinando a distribuição das atividades e o acesso ao solo enquanto a polícia “mantem a ordem”. Até os espaços públicos (secretarias de governo, praças, avenidas) são subtraídos à sociedade, na medida em que seu uso é determinado pelas circunstâncias. (CARLOS, 2011, p. 86).

No entanto, mesmo com toda a repressão e criminalização empreendida pelo Estado burguês, a população não pode se deixar intimidar:

[...] Se a classe operária se cala, se não age, quer espontaneamente, quer através de mediação de seus representantes e mandatários institucionais, a segregação continuará como resultados desse círculo vicioso (a segregação tende a impedir o protesto, a contestação, a ação, ao dispersar aqueles que poderiam protestar, contestar, agir). (LEFEBVRE, 1991, p.123).

E é a luta da população e dos movimentos sociais que historicamente tem conseguido empreender avanços na conquista de direitos a favor da população mais pobre e diminuir a desigualdade e segregação na sociedade e na cidade. No âmbito urbano, diante de todos os problemas identificados nas cidades, ainda na década de 70, quando o Brasil deixou de ser um país rural e passou a ser um país majoritariamente urbano, vários movimentos sociais se consolidaram e ganharam força no país lutando contra as políticas urbanas que até então vinham sendo implementadas no Brasil (principalmente a higienista), estes movimentos reivindicavam um planejamento urbano que atendesse verdadeiramente as necessidades da população e não de somente de uma parte dela.

Os parâmetros tradicionais do planejamento urbano começam a ser mais fortemente questionados com a emergência de movimentos sociais urbanos cada vez mais convergentes e abrangentes a partir do final dos anos 70. Dentro do âmbito de reforma do ordenamento jurídico nacional, os movimentos impulsionaram o tema da *Reforma Urbana*, politizando o debate sobre a legalidade urbanística e influenciando fortemente o discurso e as propostas nos meios técnicos e políticos envolvidos com a formulação de instrumentos urbanísticos. (ROLNIK, 2000, p.6).

Assim, a luta da população historicamente tem obrigado o governo a criar mecanismos e legislações mais condizentes com a realidade e que de fato possam amenizar as desigualdades urbanas e criar condições de vida melhores para a população que reside nas cidades, mesmo que essas ações sejam concebidas sobre pressão e que o Estado somente as implemente

também sobre pressão e com o intuito de manter a governabilidade e a ordem, assim: “no seio dos efeitos sociais, devidos à pressão das massas [...]. Surgem *direitos*” (LEBBVRE, 1991, p. 115, grifo do autor”).

Dentre as legislações recentes que tratam das condições de vida na cidade, resultado de muita pressão popular, destacam-se: os artigos 182 e 183 da Constituição Federal de 1988; o Estatuto das Cidades, Lei nº 10.257 de 10 de julho de 2001; os Planos Diretores Municipais previstos no Estatuto da Cidade, além de políticas públicas Federais recentes como o PAC (Programa de Aceleração do crescimento) que surgiu em 2007; o PMCMV (Programa Minha Casa Minha Vida) implantado em 2009, e instrumentos como o SNHIS (Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social) e o FNHIS (Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social) estes últimos estabelecidos pela lei nº 11.124 de 16 de junho de 2005.

Em 2007, o governo federal lançou o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), voltado ao investimento em obras de infraestrutura econômica e social. O modelo visava a desoneração fiscal de produtos industriais e alavancar o emprego na indústria da construção. Após a crise de 2008, essa orientação foi aprofundada. Em 2009, foram lançados o PAC II e o programa habitacional Minha Casa Minha Vida, desenhado por empresários da construção e do mercado imobiliário em parceria com o governo federal. Teve então início um *boom* imobiliário de enormes proporções nas grandes cidades [...]. (MARICATO, 2013, p.23).

Embora o PAC, o PMCMV, o SNHIS e FNHIS tenham sido utilizados como meio de beneficiar as empreiteiras e dinamizar o mercado imobiliário através da transferência de recurso público para a esfera privada, é necessário valorizar os avanços e conquistas urbanas que tem sido fruto da luta da população, em especial dos movimentos sociais. É importante ressaltar que tanto as legislações federais como a Constituição Federal de 1988 e o Estatuto da Cidade, quanto legislações municipais como a Lei Orgânica do município de Marabá, por exemplo, determinam o planejamento urbano é de responsabilidade do Estado, e deve ser implementado pelo governo Municipal.

Segundo a Constituição Federal o planejamento urbano deve garantir o cumprimento das funções sociais da cidade e promover o bem estar da população urbana, assim:

Art. 182. A política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes. (BRASIL, 1988).

A Constituição Federal de 1988 apenas apresentou algumas regras gerais que devem direcionar o planejamento urbano, contudo, era necessário criar uma outra lei para detalhar o que foi exposto nos artigos 182 e 183 da Constituição Federal que tratam especificamente da Política Urbana, assim, apenas em 10 de julho de 2001 foi publicada a lei 10.257 que ficou mais conhecida como Estatuto da Cidade, esta lei regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição Federal e trata dentre outras coisas do “Direito à Cidade”.

O objetivo principal do Estatuto é apontar a função que deve assumir o desenvolvimento urbano e os instrumentos disponíveis para a sua execução, assim o Estatuto das Cidades estabelece: “normas de ordem pública e interesse social que regulam o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental.” (BRASIL, 2001, p.01).

Esta lei prevê no seu parágrafo I, artigo 2º o direito à “cidade sustentável” e define a que esse direito se refere:

Art. 2º A política urbana tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, mediante as seguintes diretrizes gerais:

I - garantia do direito a cidades sustentáveis, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infra-estrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações. (BRASIL, 2001, p. 01, grifo nosso).

Logo, o direito à cidade dentro do direito burguês brasileiro é concebido como o acesso da população urbana a moradia, infraestrutura e serviços públicos essenciais que garantam o seu bem-estar e a concretização da cidadania, sendo dever do Estado garantir que este direito seja cumprido. Nessa perspectiva jurídica, o acesso ou não da população à moradia, infraestrutura pública e serviços públicos essenciais como saúde, educação, transporte, iluminação, saneamento básico e lazer por exemplo, em uma cidade ou bairro, vão determinar se o direito à cidades sustentáveis previsto no Estatuto da Cidade se concretiza ou não na prática.

Para que o município execute uma política urbana que garanta o acesso da população à uma cidade sustentável, o Estatuto estipula algumas ações e instrumentos que devem/podem ser utilizados pelo mesmo no seu planejamento urbano, os principais são: o plano diretor; disciplina do parcelamento, do uso e da ocupação do solo; zoneamento ambiental; plano plurianual; diretrizes orçamentárias e orçamento anual; gestão orçamentária participativa; planos, programas e projetos setoriais; planos de desenvolvimento econômico e social dentre outros.

Dentre estes instrumentos o que mais se destaca é o plano diretor, este de acordo com a Constituição deve ser “o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana” (BRASIL, 1988). De acordo com o IBGE:

Seu conteúdo deve expressar princípios fundamentais que orientam a ordenação das cidades em prol do bem-estar social dos cidadãos. Para tanto, o plano diretor deve contar com uma série de mecanismos comuns aos processos de planejamento: definição dos objetivos a serem alcançados; explicitações das estratégias utilizadas para se atingir os objetivos propostos; fornecimento dos instrumentos de planejamento; e revisão periódica (no caso do plano diretor essa revisão é feita a cada dez anos). (IBGE, 2013, p.38).

No caso específico de Marabá, o artigo 167 da Lei Orgânica do município, prevê que a política urbana presente no plano diretor deve promover, além do que está previsto na Constituição Federal, os seguintes aspectos:

I - adequada distribuição das atividades econômicas e sociais e dos equipamentos urbanos públicos e privados;
III - promoção de direito aos cidadãos, à moradia, aos transportes coletivos, à comunicação, saneamento básico, energia elétrica, abastecimento, iluminação pública, saúde, educação, lazer e segurança, assim como a preservação do patrimônio cultural e ambiental.
(MARABÁ, 1990, p. 42, grifo nosso)

Para cumprir o previsto na Constituição Federal, no Estatuto da Cidade e na Lei Orgânica do município de Marabá, o plano diretor de foi instituído pela Lei nº 17.213 de 09 de outubro de 2006, alterada posteriormente pela Lei nº 17.229 de 20 de abril de 2007 e os instrumentos nele previstos visam garantir que a propriedade urbana cumpra com sua função social, que de acordo com o seu artigo 3º é cumprida quando:

Art. 3º. A propriedade urbana cumpre sua função social quando atende simultaneamente as necessidades dos cidadãos quanto à qualidade de vida, a justiça social, ao acesso universal aos direitos sociais e desenvolvimento econômico, a compatibilidade no uso da propriedade com a infra-estrutura existente, com os equipamentos e serviços públicos disponíveis, com a preservação da qualidade do ambiente urbano e natural e compatibilizando o uso da propriedade com a segurança, o bem-estar e a saúde de seus usuários e vizinhos de forma a contribuir para a sustentabilidade sócio-ambiental.(MARABÁ, 2006, p. 1 e 2).

Para tal, de acordo com o Art. 4º, inciso II, o plano diretor objetiva entre outras coisas:

Elevar a qualidade de vida da população urbana e rural, particularmente no que se refere à saúde, à educação, à cultura, ao meio ambiente, às condições habitacionais, e de infra-estrutura e aos serviços públicos, de forma a promover a inclusão social reduzindo as desigualdades que atingem diferentes camadas da população e distritos do Município de Marabá; (MARABÁ, 2006, p.2).

Para executar tais ações o plano diretor de Marabá estabelece alguns órgãos municipais responsáveis por acompanhar sua elaboração e fiscalizar o seu cumprimento: a Superintendência de Desenvolvimento Urbano de Marabá - SDU, é um deles. De acordo com o Parágrafo único do Artigo 147, cabe á SDU promover:

Parágrafo único: [...] ações integradoras visando a implementação dos instrumentos urbanísticos previstos neste Plano Diretor Participativo, sem prejuízo das atribuições previstas em seu estatuto quanto a implementação do Código de Posturas, regularização fundiária e promoção da habitação de interesse social. (MARABÁ, 2006, p. 51, p.45).

Atualmente o plano diretor de Marabá está passando por revisão pois considerando que o mesmo, de acordo com o Estatuto da Cidade, tem validade de 10 anos e que a última versão foi implementada em 2006, este já devia ter sido revisado desde o ano passado.

É importante ressaltar que tanto a construção como o processo de revisão do plano diretor deve ser coletiva, para tal os poderes legislativo e executivo devem consultar a sociedade, conforme previsto nos incisos I a III do parágrafo 4º do Estatuto da Cidade, promovendo:

- I – a promoção de audiências públicas e debates com a participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade;
- II – a publicidade quanto aos documentos e informações produzidos;
- III – o acesso de qualquer interessado aos documentos e informações produzidos. (BRASIL, 2001, p.11)

A respeito da participação da população no processo de revisão do Plano Diretor de Marabá que está em andamento, na página da prefeitura municipal de Marabá existe um link denominado de Plano Diretor que redireciona o usuário para uma página específica que trata da revisão desse Plano. Segundo informações da página, durante a revisão do Plano Diretor haverá três tipos de consulta pública, a saber: escutas comunitárias, fóruns de oficinas comunitárias nos 5 distritos da zona urbana de Marabá e audiências públicas, essas consultas serão realizadas de acordo com o calendário a seguir:

Imagem 08 – Print do cronograma de consulta à comunidade para revisão do plano diretor de marabá

<i>REUNIÕES TÉCNICO-SETORIAIS</i> • Setor Empresarial; • Engenheiros, Arquitetos, Corretores; • Advogados; • Conselhos Municipais; • Associações	• Identificar as medidas referentes aos sete eixos propostos na revisão do PDP que de fato foram efetivadas e, com base no diagnóstico, rever tais medidas e propor novas políticas e diretrizes para a próxima década, de maneira evolutiva em curto, médio e longo prazo.	27/03/17 a 20/04/17
<i>OFICINAS DE ESCUTA COMUNITÁRIA</i> • Cidade Nova • Marabá Pioneira • Nova Marabá • São Félix • Morada Nova	• Conhecer os anseios da população e entender quais assuntos mais afetam o dia a dia do cidadão marabaense; • Fortalecer a participação popular no processo de ordenamento urbano	24 a 28/04/17
<i>AUDIÊNCIA PÚBLICA</i> • Apresentação • Validação	• Dar publicidade ao processo de revisão do PDP; • Garantir a efetiva participação popular e ampliação dos direitos do cidadão.	07/04/2017 Auditório da Câmara

Fonte: Página da prefeitura municipal de marabá⁸

⁸ Disponível em: < <http://planodiretor.maraba.pa.gov.br/agenda-2/>>. Acesso em Abr.2017.

Em momentos como esse, de revisão do Plano Diretor é imprescindível a participação da população e dos movimentos sociais para pressionar o poder legislativo e executivo para inclusão no Plano de medidas que de fato beneficiem a população como um todo. Infelizmente o que percebemos é que a maior parte da população desconhece essas leis, não sabem o que é um Plano Diretor nem a importância do mesmo para sua vida, ou quando sabem não conseguem participar das audiências que acontecem em dias e horários comerciais, ou seja, no momento em que a população está trabalhando e não pode se ausentar do seu local de trabalho para participar de tais discussões.

Esse aspecto contraditório de por um lado promover audiências e consultas públicas e por outro realiza-las em momentos que impossibilitam a participação popular pode ser constatado ao se observar o cronograma divulgado pela prefeitura de Marabá, a audiência pública e as oficinas de escuta comunitária acontecerão todas de segunda a sexta, momento em que a população está trabalhando e por isso não pode participar em peso das discussões que serão realizadas, contraditoriamente, esses momentos são divulgados pela prefeitura como que objetivando: publicizar o processo de revisão do Plano Diretor; conhecer os anseios da população; conhecer quais os maiores problemas que ela enfrenta no dia a dia na cidade e garantir e fortalecer a participação da população no processo de planejamento urbano do município, o que de fato acaba não ocorrendo.

O Estado por sua vez se aproveita da impossibilidade de participação de boa parte da população nesse processo para incluir ou omitir do Plano Diretor medidas, com o intuito de beneficiar apenas uma pequena parcela da sociedade e garantir a reprodução e acumulação do Capital.

Assim, embora as legislações citadas até aqui, em especial o Estatuto da Cidade avancem em alguns aspectos como: responsabilizar o Estado pelo planejamento urbano; apresentar uma definição de Direito à Cidade Sustentável; exigir a participação da sociedade civil na elaboração do Plano Diretor; estabelecer instrumentos para sua consolidação, e indicar que a propriedade tem que cumprir uma função social, estas não questionam a base de toda a desigualdade, a propriedade privada, não indo pois contra o modo de produção capitalista:

[...] **o Estatuto reafirma a propriedade privada/individual.** Impõe alguns limites à especulação, induz o reconhecimento da cidade como produção coletiva, cria novos instrumentos jurídicos e participativos que permitem ao poder público tomar providências para que as propriedades cumpram sua função social em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos. (RODRIGUES, 2004, p.13, grifo nosso)

Além de não questionar a propriedade privada, outro problema que se apresenta é que o poder público pouco usa os instrumentos previstos no Estatuto, pois prejudicaria a burguesia, aqueles que lucram com a propriedade urbana e com a apropriação da infraestrutura pública, especialmente os que lucram com a especulação imobiliária.

Um exemplo prático de instrumento previsto no Estatuto mais que raramente é utilizado é o IPTU progressivo, este instrumento poderia ajudar a frear a especulação imobiliária na

cidade, no entanto, quase nunca é utilizado porque no Estatuto não são determinados critérios que indiquem quando um imóvel ou terreno urbano está ou não cumprindo sua função social, está ou não servindo para especulação imobiliária, ficando essa definição a cargo dos Planos Diretores municipais que raramente os definem pois não é de interesse do governo realizar esta ação e entrar em conflito com a burguesia: “desse modo, o parcelamento, a edificação ou a utilização compulsórios, IPTU progressivo no tempo e posterior desapropriação com títulos de dívida pública estão ainda restritos a grandes extensões e/ou a edifícios totalmente vagos”. (RODRIGUES, 2004, p. 22).

Ao contrário do que Arlete Moysés Rodrigues afirma, em Marabá esses instrumentos não são utilizados nem mesmo nos casos de grandes extensões de terra ou edifícios vagos, pois os mesmos não foram regulamentados pelo município, que não quer se indispor com o empresariado e a burguesia local, que vive dentre outras coisas, da alta especulação imobiliária existente em Marabá.

A partir dessa análise podemos concluir que o Estatuto é contraditório pois, ao mesmo tempo que apresenta o Estado como responsável pela política Urbana e a cidade como um bem coletivo que deve cumprir uma função social, não derruba a propriedade privada do solo urbano, e considerando que um dos fatores necessários para se alcançar o direito à uma cidade sustentável é o acesso a moradia, e que essa ainda continua sujeita ao mercado, à compra e venda ou aluguel devido Estatuto manter a propriedade privada, este não apresenta todos os instrumentos necessários para que esse direito seja concretizado.

No entanto, é importante ressaltar mais uma vez que embora estas leis por si só não garantam condições dignas de vida na cidade nem o acesso ao Direito à Cidade em sua plenitude, dentro da sociedade capitalista e do Estado Burguês, elas se configuram como um caminho necessário e importante para a luta da população e dos movimentos sociais por esse direito, pois no caso do Estatuto por exemplo: “[...] não resolve nem elimina os conflitos, mas os retira da sombra, mostrando que a sociedade é desigualmente constituída.” (RODRIGUES, 2004, p.12).

Assim, as leis devem sim ser vistas como uma conquista importante para a população e um instrumento mais importante ainda para fortalecer a luta social que deve ser empreendida para o alcance de melhores condições de vida, pois, somente através da pressão popular é possível reverter minimamente a situação de exclusão e segregação urbana a que o trabalhador é submetido na cidade.

Considerando tudo o que foi exposto nesse capítulo, e principalmente o que está previsto no Estatuto e nas leis municipais como necessário para efetivação do Direito à Cidade, no capítulo seguinte vamos apresentar as condições de vida urbana a que são submetidos os moradores do bairro Amapá, com o intuito de identificar, se o Direito à Cidade se efetiva na realidade concreta.

5. CAPÍTULO 4 – O DIREITO À CIDADE NA PRÁTICA: UM DIAGNÓSTICO DA INFRAESTRUTURA E DOS SERVIÇOS PÚBLICOS EXISTENTES NO BAIRRO AMAPÁ ATUALMENTE E O IMPACTO DESSES NA VIDA DA POPULAÇÃO

Neste capítulo serão apresentados os resultados da pesquisa de campo realizada no bairro Amapá com o intuito de identificar se o direito à cidade se concretiza no bairro.

Considerando que o direito à cidade corresponde ao direito à uma vida digna na cidade, que depende do acesso à moradia, infraestrutura e serviços públicos, como discutido anteriormente e como estabelecido no Estatuto da Cidade, para identificar se o direito à cidade se concretiza na prática foi realizada uma pesquisa de campo no bairro Amapá utilizando os instrumentos observação, questionários semiestruturados e entrevistas com o intuito de identificar se o bairro é atendido pela infraestrutura e pelos serviços necessários para que sua população viva com dignidade na cidade, pois como afirma Ermínia Maricato (2013) “Boas condições de vida dependem, frequentemente, de políticas públicas urbanas – transporte, moradia., saneamento, educação, saúde, lazer, iluminação pública, coleta de lixo, segurança.” (MARICATO, 2013, p.20).

A pesquisa de campo foi realizada no bairro Amapá entre o final do ano de 2015 e o final do ano de 2016, foram realizadas cinco entrevistas, das quais quatro foram feitas com moradores pioneiros do bairro, a saber: Manoel Lima Máximo mais conhecido como Manoel Baladeira; Maria das Neves Neres da Silva mais conhecida como dona Teté; Antonio Alves da Silva mais conhecido como Tá na hora e Wilza Clélia Fragas Carvalho, estas entrevistas foram feitas com o intuito de identificar a infraestrutura e os serviços públicos existente no bairro, principalmente para conhecer a história de surgimento e conformação do mesmo, e a quinta entrevista foi feita com a presidente da associação de moradores do bairro Amapá Maria Ivone Pinto Rocha, com o intuito principal de conhecer um pouco mais sobre o bairro, as dificuldades enfrentadas pelos moradores e o papel que a associação vem desenvolvendo no mesmo.

Além das entrevistas, foram aplicados quarenta e dois questionários com perguntas voltadas para o diagnóstico das condições de moradia, infraestrutura e serviços públicos do bairro. As respostas obtidas através destes questionários deram origem a gráficos que podem ajudar a compreender com mais facilidade como esses aspectos fundamentais para a análise do direito à cidade se manifestam no bairro, estes gráficos serão apresentados nos tópicos seguintes e confrontados com o que discutimos até este momento a respeito do direito à cidade.

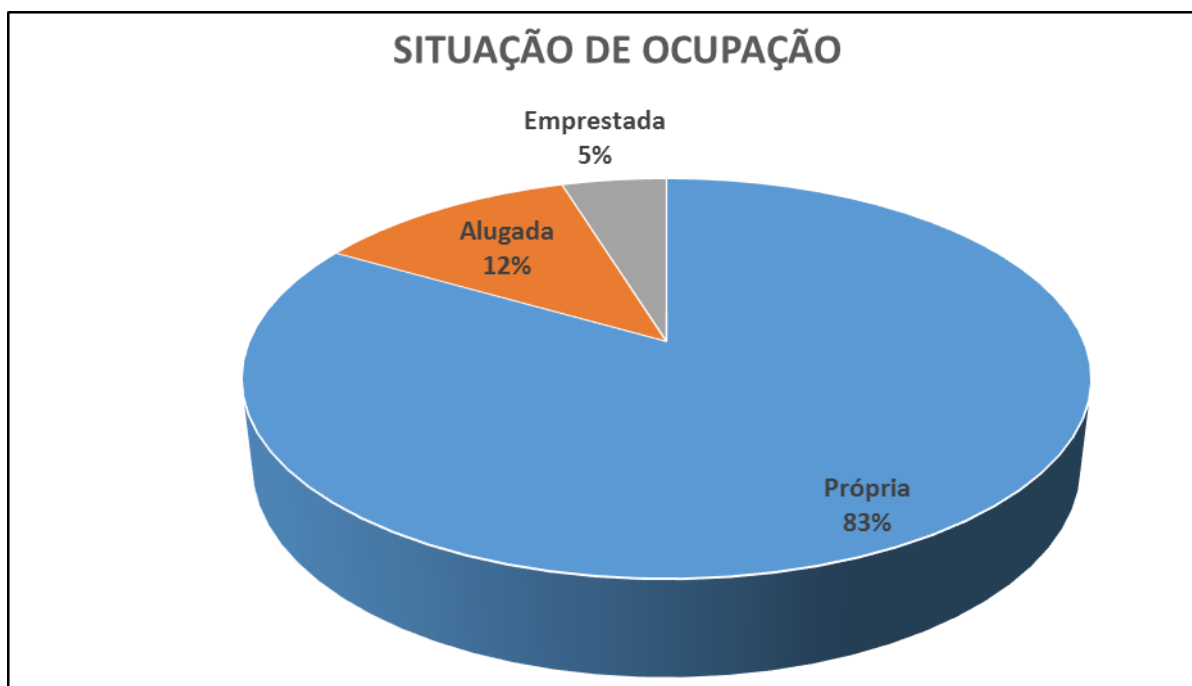
Para facilitar a compreensão, os resultados obtidos foram agrupados em 06 variáveis a saber: **moradia; infraestrutura pública; saneamento básico; acessibilidade urbana; mobilidade urbana e serviços públicos**, os resultados de cada uma serão apresentados nos tópicos seguintes.

5.1 MORADIA

Para analisar o quesito moradia no bairro amapá, foram elencadas 04 variáveis a saber: situação de ocupação do imóvel; titularidade; tipo de construção e quantidade de pessoas residindo no mesmo.

Em relação a ocupação dos imóveis, a maior parte dos entrevistados, 35, tem residência própria fruto da ocupação inicial do bairro ou de compra, 5 moram de aluguel e 2 residem em casa emprestadas por parentes, como demonstrado no gráfico a seguir.

Imagem 09 - situação de ocupação dos imóveis.

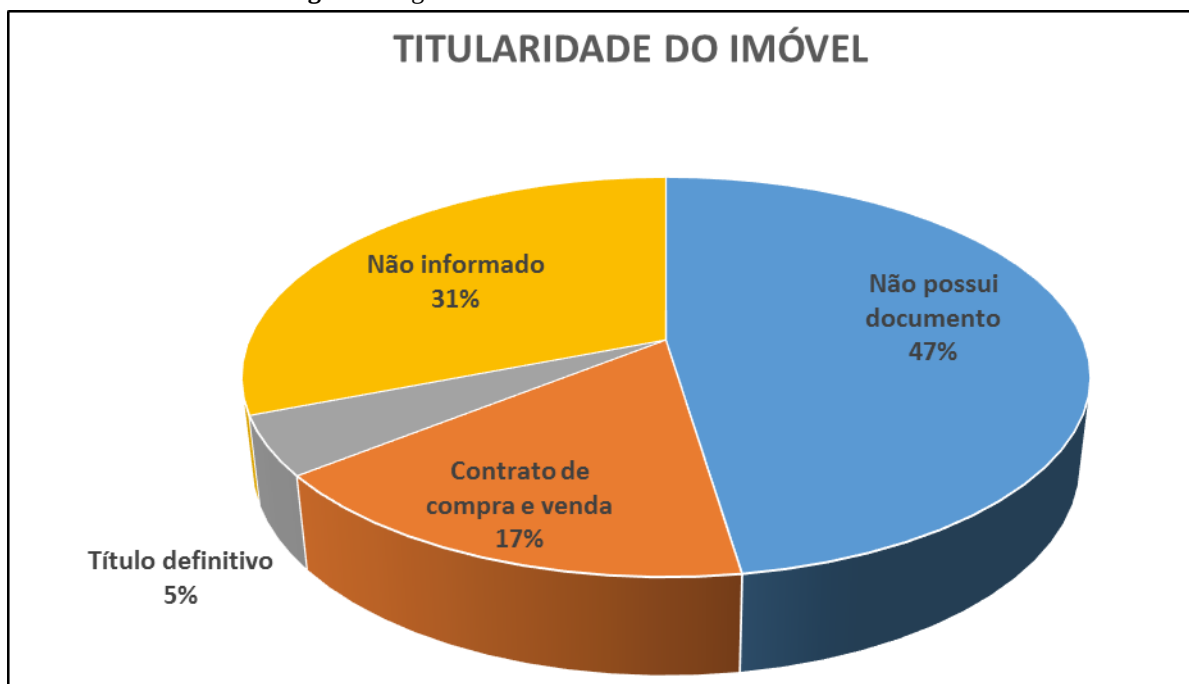


Fonte: a autora, 2016.

Aqueles que residem de aluguel informaram na ocasião das entrevistas que os valores cobrados são muito altos considerando a infraestrutura precária do bairro, um dos entrevistados que reside em uma casa de madeira alegou inclusive que paga muito caro considerando a estrutura da casa, esse aspecto demonstra que a especulação imobiliária tem causado a alta dos valores dos imóveis no bairro mesmo esse sendo desprovido de infraestrutura pública como será apresentado nos próximos tópicos.

Outro fator importante constatado foi que embora a maior parte dos entrevistados tenham casa própria como demonstrado no gráfico anterior, poucos possuem algum tipo de documento dos seus imóveis, assim, caso necessitem em algum momento comprovar a sua propriedade sobre o imóvel não conseguirão, o que acarreta em uma fragilidade em relação a um dos aspectos mais prezados pela democracia burguesa, a propriedade privada. Dos 42 entrevistados, 20 informaram que não possuem documento dos seus imóveis, 13 não informaram, 7 informaram possuir comprovante de compra e venda e apenas 2 disseram que possuem título definitivo do imóvel.

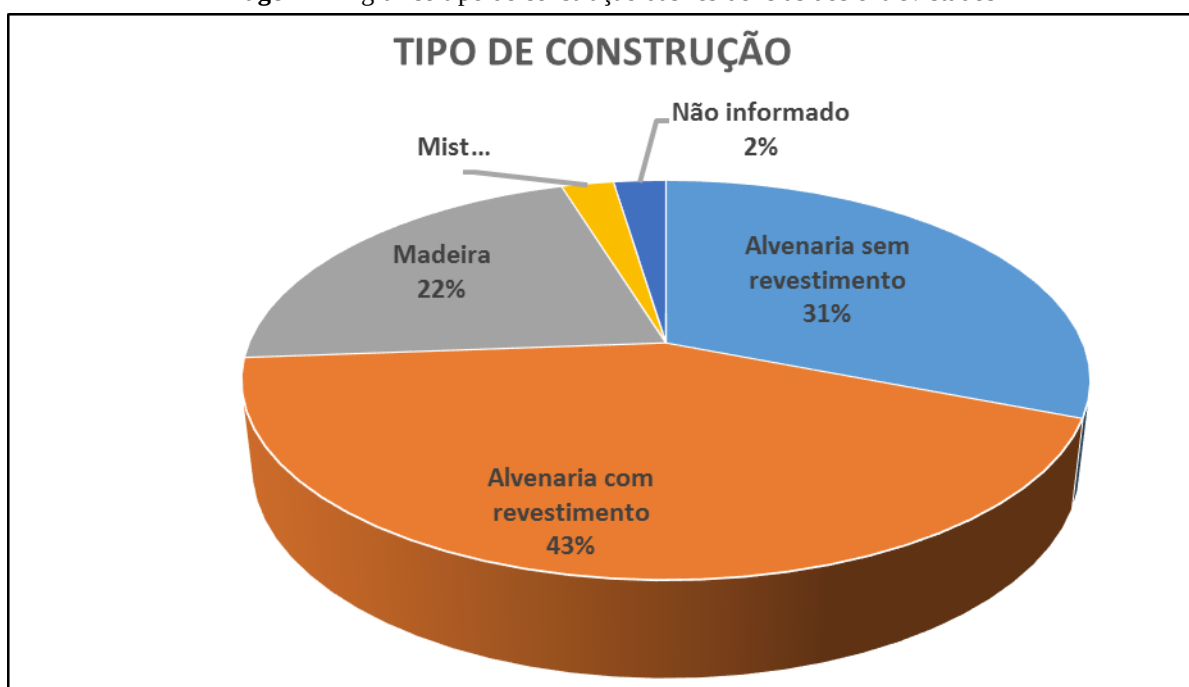
Imagem 10 - gráfico titularidade dos imóveis dos entrevistados.



Fonte: A autora, 2016.

Quanto à infraestrutura das casas essas em sua maioria são de alvenaria revestida ou não, dos 42 entrevistados, 13 informaram que residem em uma casa de alvenaria sem revestimento (reboco), 18 informaram que residem em casas de alvenaria revestida, 9 informaram que residem em casas de madeira, 1 informou que reside em uma casa de construção mista (que mistura alvenaria e madeira) e 1 não informou qual o tipo de construção da sua casa.

Imagem 11 - gráfico tipo de construção das residências dos entrevistados



Fonte: A autora, 2016.

Apesar da maior parte das casas ser de alvenaria ao andar pelas ruas do bairro observa-se um padrão de construção, as casas em sua maior parte são geminadas, ou seja, coladas umas nas outras e estreitas.

Imagem 12 - padrão de construção das casas do bairro



Fonte: a autora, 2016.

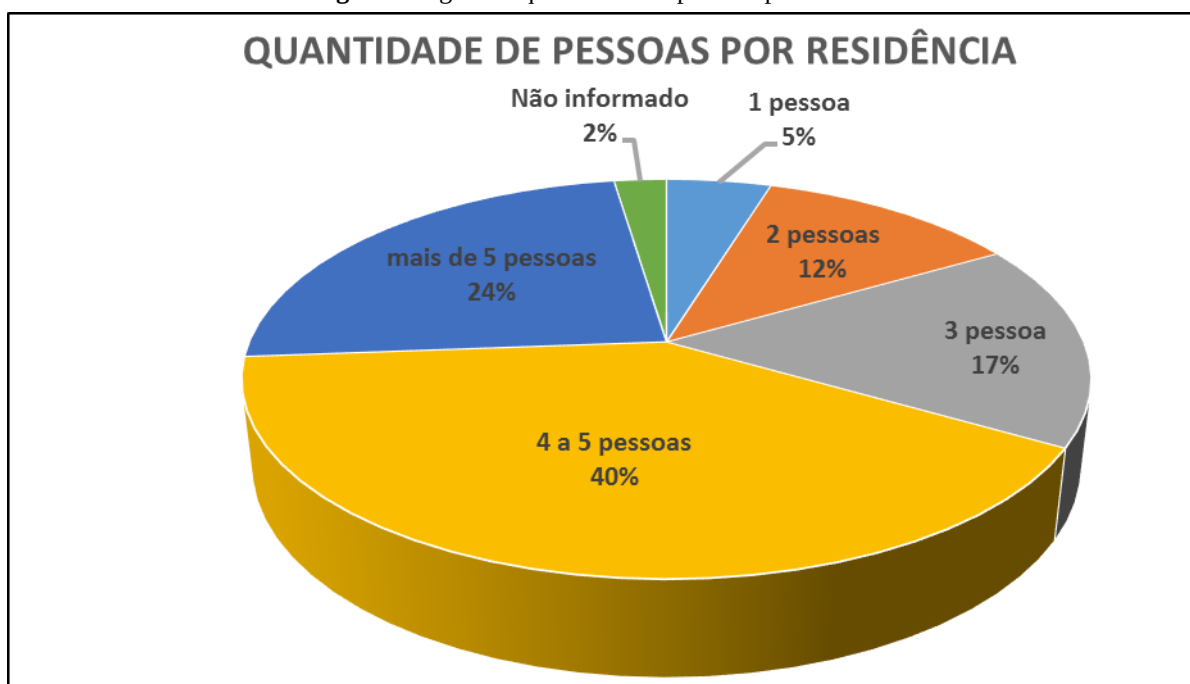
A maior parte das casas possui um quintal pequeno ou até mesmo não o possuem e ficam quase que alinhadas com a rua, todo esse padrão de construção se origina da necessidade de aproveitamento máximo do espaço dos terrenos devido o grande número de pessoas que residem nas casas ou o tamanho reduzido dos mesmos.

Isso nos leva a analisar um outro fator importante para compreender o aspecto moradia no bairro Amapá, esse fator é a quantidade de pessoas que residem nas casas. Com base nas entrevistas e nos questionários percebeu-se que é comum encontrar famílias grandes ou mais de uma família residindo na mesma casa.

Esse fator está associado não somente à dificuldade que a população tem em adquirir imóveis para sua família, como também ao sentimento comunitário de união e ajuda mútua que é uma das características do bairro Amapá. No bairro uns ajudam os outros como podem e assim cada família vai enfrentando os problemas que vão surgindo no dia a dia.

Assim, dos 42 entrevistados 2 informaram que moram sozinhos, 5 informaram que na sua casa residem 2 pessoas, 7 informaram que residem 3 pessoas na sua casa, 17 informaram que residem entre 4 e 5 pessoas, 10 informaram que há mais de 5 pessoas residindo em sua casa e 1 não informou.

Imagem 13 - gráfico quantidade de pessoas por residência



Fonte: A autora, 2016.

Diante de tudo que foi exposto neste tópico, ao se analisar os aspectos relacionados à moradia pode-se constatar que apesar da maior parte dos entrevistados possuir casa própria essas em sua maior parte não são documentadas, ou seja, legalizadas perante a prefeitura e há geralmente um número razoável de pessoas residindo na mesma casa, mesmo que esta seja pequena e/ou geminada.

Para além disso, considerando que a moradia deve ser acompanhada de infraestrutura pública para fornecer uma qualidade de vida a seus moradores, faz-se necessário analisar outros aspectos além das características de moradia aqui apresentadas para verificar se o direito à cidade é acessado pelos moradores do bairro Amapá.

Assim nos tópicos seguintes serão apresentados aspectos importantes para a análise das condições de vida urbana a que tem tido acesso os moradores do bairro.

5.2 INFRAESTRUTURA PÚBLICA

Neste tópico, no que diz respeito à infraestrutura pública, serão analisados três principais aspectos: pavimentação das ruas, iluminação e lazer.

Quanto a pavimentação e conservação das ruas do bairro, a partir das observações e relatos dos moradores, foi constatado que embora a maior parte das ruas estejam pavimentadas, a qualidade da pavimentação é péssima, trata-se apenas de uma capa fina que logo após ter sido colocada já começa a deteriorar, além disso devido a ausência de drenagem adequada e bueiros por exemplo, a chuva causa uma grave erosão nas ruas contribuindo para a deterioração da pavimentação e surgimento de buracos.

Nas ruas onde a pavimentação não chegou a situação é mais grave ainda, buracos, lama e poeira disputam a rua, prejudicando a mobilidade e a acessibilidade no bairro.

Imagem 14 - Fotos do asfalto e da erosão nas ruas do bairro amapá



Fonte: A autora, 2016

Quanto ao segundo aspecto, iluminação, todos os 42 entrevistados informaram que possuem energia elétrica em suas residências, contudo, quando se trata de iluminação pública a situação é diferente, segundo os moradores nem todas as ruas possuem iluminação o que contribui para um clima de insegurança no bairro.

Imagem 15 - Gráfico energia elétrica nas residências



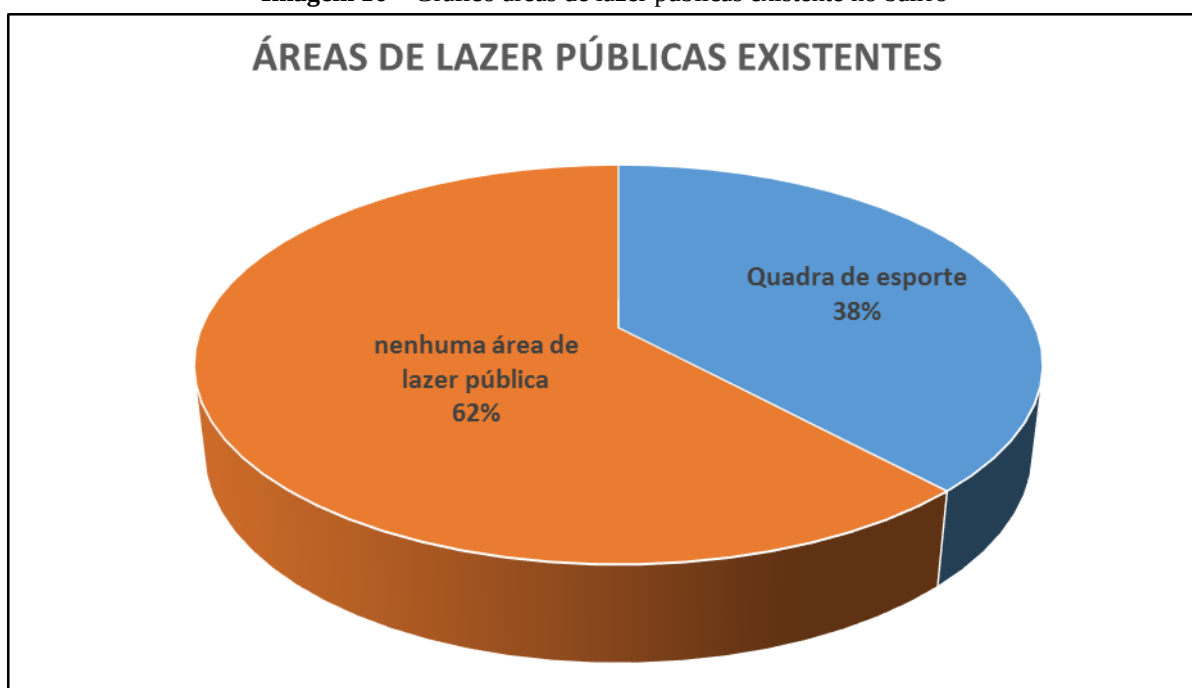
Fonte: A autora, 2016.

No entanto, embora todos os entrevistados tenham informado que possuem energia elétrica em suas residências, não podemos esquecer que essa é uma mercadoria na medida em que a população tem que pagar para obtê-la, os custos do fornecimento de energia estão cada dia mais altos dificultando a vida da população, embora tenhamos em nossa região uma

hidrelétrica como a de Tucuruí pagamos uma das energias mais caras do país, pois a maior parte da energia gerada por essa hidrelétrica é destinada para as indústrias que possuem incentivos fiscais e pagam valores mais baixos que a população. Assim, caso algum morador deixe de pagar a energia da sua residência, a concessionária de energia corta o fornecimento para sua residência deixando ele e sua família no escuro.

Em relação a infraestrutura pública voltada para o lazer no bairro, ao serem questionados sobre a existência de áreas públicas voltadas para o esporte e lazer de seus habitantes, boa parte dos moradores informaram que estas não existem, alguns recordaram da quadra de esportes que fica dentro da única escola existente no bairro e consideraram esta uma área de lazer pública, embora o seu uso fique quase que restrito aos estudantes, assim dos 42 entrevistados 16 informaram haver quadra de esporte no bairro e 26 afirmaram não haver área pública de lazer no mesmo, conforme gráfico a seguir.

Imagem 16 – Gráfico áreas de lazer públicas existente no bairro



Fonte: A autora, 2016.

Vale ressaltar que foi constatado a partir da observação e dos relatos dos moradores que no bairro existe um campo de futebol em um terreno baldio que é organizado e mantido pelos próprios moradores, nesse campo todos os dias no final da tarde moradores do bairro se reúnem para jogar bola e se divertir um pouco, demonstrando a ânsia da população por lazer.

Em resumo, ao analisarmos a variável infraestrutura pública em sua totalidade, o saldo mostra-se negativo já que dentre as 03 características que compuseram esta variável (pavimentação, energia elétrica e lazer), apenas a energia elétrica é acessada por todos os moradores entrevistados, e mesmo ela somente é acessada porque a população paga e caro para obtê-la, já a pavimentação e o lazer no bairro apresentam graves problemas que contribuem para a diminuição da qualidade de vida dos moradores do bairro Amapá.

5.3 SANEAMENTO BÁSICO

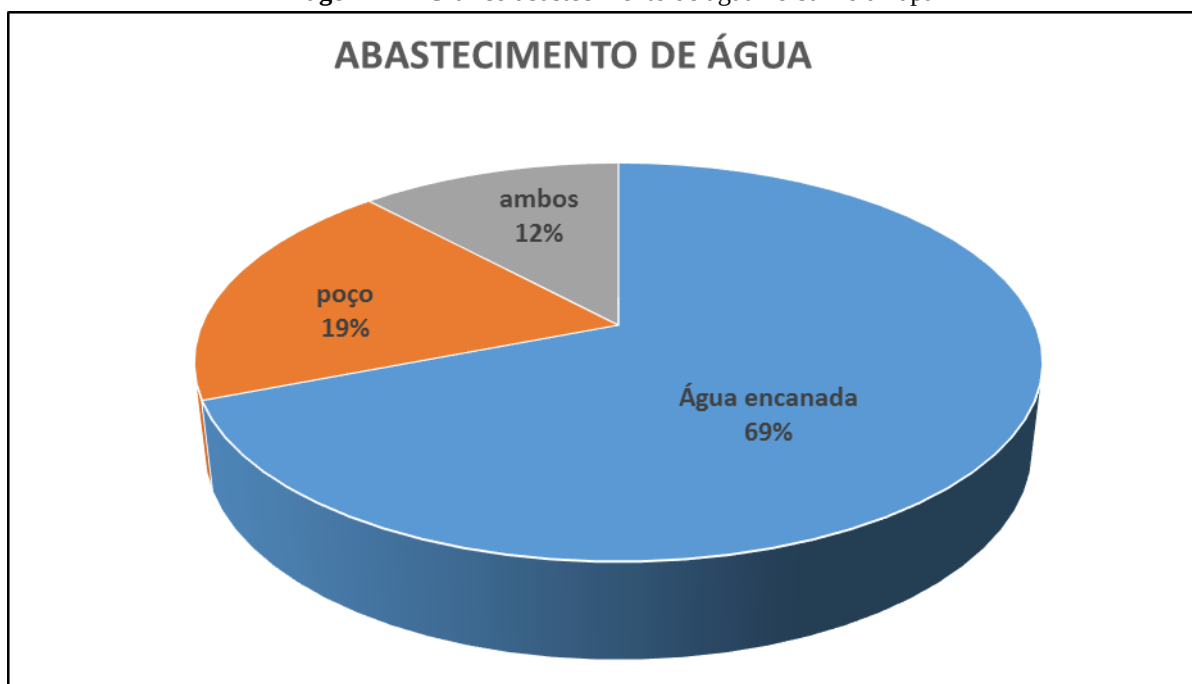
O saneamento básico é um fator determinante para a qualidade de vida, ele pode evitar principalmente a proliferação de doenças aumentando a expectativa de vida da população. Após a revolução industrial por exemplo, quando as cidades começaram a crescer vertiginosamente na Inglaterra e a população começou a se amontoar sem qualquer infraestrutura e preocupação com o saneamento básico por exemplo, as doenças começaram a se espalhar e a população começou a morrer em grande escala, assustando até mesmo a burguesia que ficou com medo de ser atingida pela onda de doenças, vendo a necessidade de investimento em saneamento básico para reverter essa situação.

Para analisar o saneamento básico do bairro Amapá foram consideradas 04 variáveis: abastecimento de água, rede de esgoto, eliminação de dejetos e coleta pública de lixo.

O bairro Amapá é atendido pelo serviço de fornecimento de água prestado no município pela Companhia de Saneamento do Pará – COSANPA, contudo, devido principalmente a qualidade da água que muitas vezes vem suja ou com coloração diferente, e as constantes interrupções no abastecimento, uma parte dos moradores ainda prefere utilizar água de poço cavados em suas residências ou ambas as opções com o intuito principal de não sofrer com a falta de água.

Assim, dos 42 entrevistados, 29 afirmaram utilizar água encanada (COSANPA), 8 afirmaram usar apenas água de poço e 5 informaram que usam ambas as opções, conforme descrito no gráfico a seguir.

Imagem 17 – Gráfico abastecimento de água no bairro amapá



Fonte: A autora, 2016.

A segunda característica analisada diz respeito à rede de esgoto, dos 42 entrevistados 36 informaram que não há rede de esgoto no bairro, 5 informaram que há, e 1 não soube informar, conforme gráfico a seguir.

Imagem 18 - gráfico rede de esgoto



Fonte: A autora, 2016.

Em relação à rede de esgoto um dos problemas que vem se arrastando no bairro há alguns anos é o fato da COSANPA ter iniciado a implantação da rede de esgoto no bairro, abrindo as ruas, colocado canos e construído uma central de tratamento de esgoto no mesmo, contudo, até hoje não ter feito a ligação da rede de esgoto às casas e não ter colocado em funcionamento a central de tratamento construída no bairro, é essa situação que leva alguns moradores a afirmarem que existe rede de esgoto mesmo que esta ainda não esteja em funcionamento, no entanto, como demonstrado no gráfico a maior parte dos entrevistados afirma que não existe rede de esgoto no bairro devido não estar funcionando ainda.

Imagem 19 - Central de tratamento de esgoto no bairro amapá



Fonte: A autora, 2016.

Devido a inexistência de um sistema de esgoto no bairro, a comunidade procura outras formas de eliminar os dejetos, a mais popular é a construção de fossas sépticas, como demonstrado no gráfico seguinte.

Imagem 20 - Gráfico eliminação de dejetos



Fonte: A autora, 2016.

A ausência de uma rede de coleta e tratamento de esgoto que obriga a população a procurar formas alternativas de descarte dos dejetos, contribui para o aumento de doenças e prejudica a qualidade de vida da população. Ao andar pelas ruas do bairro é possível observar esgoto escorrendo a céu aberto como demonstrado na foto a seguir.

Imagem 21 - Esgoto escorrendo a céu aberto no bairro Amapá.



Fonte: A autora, 2016.

A quarta característica analisada no que diz respeito ao saneamento básico é a forma de descarte do lixo, de acordo com 38 dos 42 moradores entrevistados, a coleta do lixo é feita pela prefeitura, contudo, esta muitas vezes ocorre de forma irregular, ou seja, não ocorre todos os dias, além disso, pouco é feito em relação à limpeza e conservação das ruas pois raramente são enviadas pessoas para limpar realizar esse trabalho. Vale ressaltar ainda que 2 dos entrevistados informaram que descartam o lixo a céu aberto e 2 preferiram não informaram.



Imagem 22 – Gráfico descarte de lixo

Fonte: A autora.

Assim, ao transitarmos pelas ruas do bairro é possível ver sujeira em alguns pontos, como demonstrado na foto a seguir.

Imagem 23 - Lixo em via pública no bairro Amapá



Fonte: A autora.

Em resumo, após análise das 04 características que compuseram a variável saneamento básico, constatou-se que o este é um problema enfrentado pelos moradores do bairro. A ausência de uma rede de coleta e tratamento de esgoto obriga a população a procurar formas alternativas de descarte dos dejetos e do esgoto como um todo, esses são despejados constantemente nas vias públicas e desaguam no rio causando problemas como a proliferação de doenças, a erosão das ruas que prejudica a acessibilidade e a mobilidade urbana e a poluição do meio ambiente, além disso, a coleta de lixo irregular contribui para a poluição das vias públicas pois os moradores colocam o lixo na porta das suas casas ou em pontos para que sejam coletados e quando isso não ocorre o lixo começa a se acumular e os animais começam a rasgar as sacolas espalhando-os e sujando as ruas já que não são disponibilizados coletores de lixo nas ruas do bairro. Quanto ao abastecimento de água, mesmo que essa exista as constantes interrupções no abastecimento que chegam a durar dias prejudica o dia a dia dos moradores e os obriga muitas vezes a optar pelo consumo da água dos poços cavados em seus quintais.

Logo, o saneamento básico não se dá de forma adequada no bairro, necessitando que seja instalada uma rede de coleta e tratamento de esgoto eficiente e que sejam feitas melhorias nos serviços de abastecimento de água e coleta de lixo já disponíveis.

5.4 ACESSIBILIDADE URBANA

Quanto a acessibilidade urbana essa inexistente no bairro, as calçadas são desniveladas e geralmente muito altas e mal planejadas impossibilitando a mobilidade de cadeirantes e o aumento do risco de acidentes de idosos e crianças, boa parte das ruas são esburacadas devido a erosão causada pela ausência de drenagem e coleta de esgoto, não há rampas para locomoção dos cadeirantes e a maior parte das ruas são estreitas dificultando a locomoção de deficientes físicos pelo bairro.

Esta situação de inacessibilidade urbana foi constatada a partir da observação das ruas do bairro e também pela resposta dos próprios moradores a respeito da acessibilidade urbana, quando questionados sobre a existência de rampas para cadeirantes, calçadas e ruas adequadas e niveladas e ônibus adaptado com elevador por exemplo, os 42 entrevistados foram unânimes ao indicar que estes não existem no bairro, dificultando a locomoção principalmente de pessoas com deficiência e idosos.

Imagem 24 - fotos que atestam a precariedade da acessibilidade no bairro amapá.



Fonte: A autora, 2016.

Assim, o bairro Amapá apresenta um quadro de inacessibilidade urbana, prejudicando a locomoção dos seus habitantes, especialmente deficientes e idosos.

5.5 MOBILIDADE URBANA

A mobilidade urbana é um dos problemas mais sérios identificados no bairro Amapá, todos os 42 moradores entrevistados afirmaram que o transporte coletivo não atende a comunidade e que não há ciclovias no bairro por exemplo, 2 dos entrevistados informaram que há apenas uma faixa de pedestres no bairro localizada em frente à escola Basílio Miguel. Alguns moradores ainda informaram que os quebra-molas existentes no bairro que tem por objetivo controlar a velocidade do trânsito e evitar acidentes, em sua maior parte foram feitos pelos próprios moradores.

Imagem 25 – Faixa de pedestre em frente a escola Basílio Miguel



Fonte: a autora, 2016.

Dentre todos esses problemas o que mais afeta a mobilidade no bairro é a ausência de transporte público que obriga aqueles que necessitam dele a caminhar longas distâncias até a parada mais próxima localizada na Rodovia Transamazônica, agravando a situação de mobilidade urbana dos habitantes do bairro.

Basta abrir os olhos para compreender a vida quotidiana daquele que corre da sua moradia para a estação próxima ou distante, para o metrô superlotado, para o escritório ou para a fábrica, para retomar à tarde o mesmo caminho e voltar para casa a fim de recuperar as forças para recomençar tudo no dia seguinte. (LEFEBVRE, 1991, p.117).

Assim, boa parte do horário de almoço e de descanso dos trabalhadores do bairro que dependem do transporte coletivo acaba sendo consumida pelo tempo que levam para se locomover de casa para o trabalho e do trabalho para casa, considerando que além do tempo de espera do transporte e de locomoção, gastam um bom tempo andando a pé das suas residências até a parada de ônibus mais próxima que fica localizada na Avenida Transamazônica.

A distância entre a entrada da rua das cacimbas e a parada de ônibus localizada na transamazônica por exemplo é de cerca de 1 Km sendo que a rua tem a extensão de mais ou menos 1 Km também, o que evidencia que alguns moradores do bairro tem que andar cerca de 2 Km para chegar a parada de ônibus mais próxima, assim “[...]embora a piora da da mobilidade seja geral – isto é, atinge a todos – é das camadas de renda mais baixas que ela vai cobrar o maior preço em imobilidade.” (MARICATO, 2013, p.24).

Esses problemas de mobilidade que o trabalhador urbano enfrenta, assim como, o tempo de sua vida que ele tem que empregar estritamente no trabalho, ou seja, vendendo sua força de trabalho para sobreviver, nos faz refletir sobre outro aspecto importante que lhe é roubado muitas vezes sem que ele perceba: a posse do tempo na cidade. O trabalhador que mora no subúrbio, nos bairros oriundos de ocupações irregulares, em bairros afastados do centro da cidade e/ou que não são atendidos pelo transporte público, que dependem desse transporte público, caro e ineficiente que temos hoje, levam horas para se locomover do trabalho para casa e vice-versa e por isso não dispõe do mesmo tempo que o burguês dispõe, o tempo lhe escapa, o lazer sucumbe, a família e a saúde ficam em segundo plano, a qualidade de vida também. Dessa forma, não é somente o solo que é comercializado, que é negado ao trabalhador, o tempo também lhe é roubado, e assim sua vida esvai por entre seus dedos.

O sucateamento do transporte público e os valores exorbitantes cobrados pelas empresas para locomoção da população, não são obra do acaso, esse sucateamento empurra milhares de trabalhadores para o financiamento de carros e motos, que beneficiam os bancos com as altas taxas de juros cobradas por esses, e impulsiona a venda pelas concessionárias de automóveis e motocicletas. Além disso vale lembrar que o serviço de transporte coletivo é concedido pelo município à empresas privadas e a tarifa cobrada por essas empresas é aprovada pelo governo municipal, ou seja, estas empresas são beneficiadas pelo poder público através do superfaturamento dos valores cobrados pelas passagens de ônibus por exemplo, que em Marabá está custando atualmente R\$3,20.

Ainda em relação à mobilidade, as vias públicas não são projetadas para os pedestres e sim para os carros, com viadutos quase impossíveis de se atravessar a pé (como é o exemplo da transamazônica aqui em Marabá, especialmente, a área que compreende o trecho que liga os núcleos cidade nova e nova marabá), no fim das contas, o número de veículos nas vias públicas é tão grande que os congestionamentos se tornam rotineiros, aumentando o tempo de locomoção casa-trabalho e a poluição na nossa atmosfera. Esses são apenas alguns exemplos de como o Estado age em conjunto com o empresariado para beneficiar estes e manter a lógica da acumulação do capital.

Infelizmente, geralmente ficamos tão presos a realidade que nos é imposta atualmente, que não conseguimos enxergar qual sua origem e o que se pode fazer para modifica-la, com relação à mobilidade por exemplo, se o Estado trabalhasse a favor da população e não para manutenção do modo de produção capitalista, poderia investir mais em transporte público, projetar as vias públicas de forma mais democrática dando espaço para o pedestre se locomover com segurança e para outros meios de transporte como bicicletas por exemplo, ainda nessa perspectiva, podia-se:

[...] limitar a importância da indústria automobilística na economia de um país e o lugar do objeto ‘carro’ na vida quotidiana, na circulação, nos meios de transporte. Substituindo o carro por outras técnicas, outros objetos, outros meios de transporte (públicos, por exemplo). Esse é um exemplo um pouco simples e trivial, mas bem demonstrativo da subordinação do “real” a uma estratégia. (LEFEBVRE, 1991, p. 128)

O deslocamento da população do bairro Amapá até a Rodovia Transamazônica para acessar o serviço de transporte público já causou inúmeros acidentes, devido ao enorme fluxo de automóveis nesta rodovia.

A passarela que foi construída para facilitar a travessia da transamazônica e que deveria beneficiar a população do bairro Amapá, desde o início apresenta problemas, as vezes fica fechada por vários dias sem explicação, o projeto foi tão mal feito que tiveram que fazer várias adequações depois da sua inauguração como o acréscimo de telas para evitar que pessoas, principalmente crianças caíam, além disso, quando está aberta a população pouco a usa por medo de assaltos por exemplo ou simplesmente porque é mais rápido atravessar a rodovia pela faixa de pedestres, como relata a moradora Dona Teté: “Tu sabe que parece que quase ninguém num passa ali por cima, porque acho que parece que faz é custar mais, sobe aculá, desce ali, tora ali, vai acolá, e o cara indo por aqui já sai ligeiro” (SILVA, MNN, 2016). A fala da moradora demonstra a necessidade de um trabalho de sensibilização para que a população passe a utilizar a passarela evitando assim acidentes comuns naquela área.

Imagem 26 - Passarela



Fonte: A autora, 2016.

Assim, todos os problemas apresentados afetam a mobilidade urbana no bairro Amapá que por sua vez afeta consideravelmente a rotina da população que vive no bairro especialmente daqueles que dependem do transporte público para se locomover se

configurando como um grave problema urbano que a população é obrigada a enfrentar todos os dias.

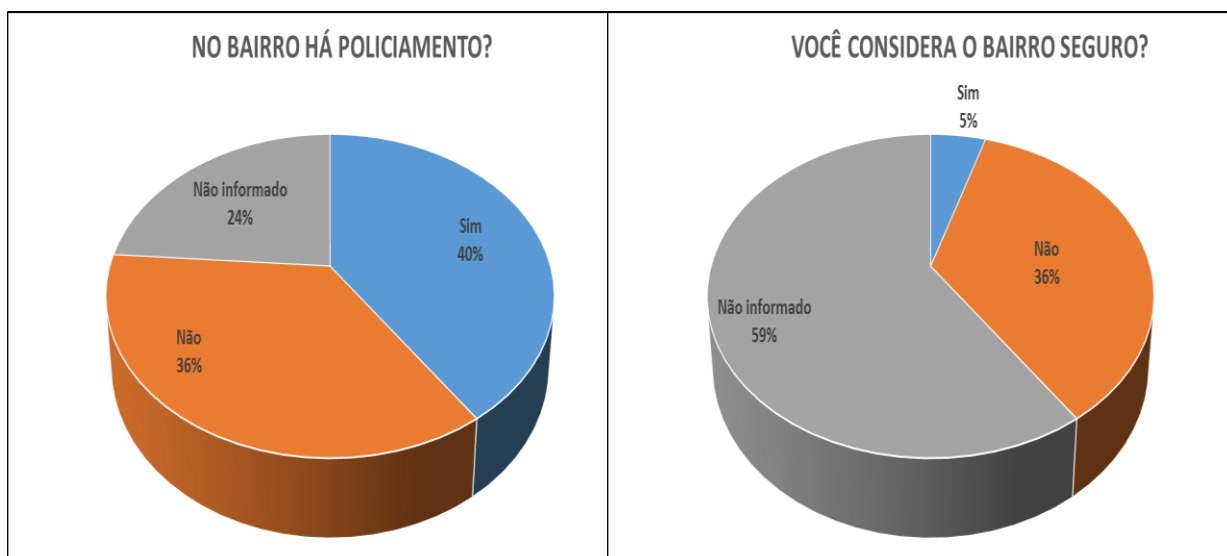
5.6 SERVIÇOS PÚBLICOS

Nesse tópico serão apresentados os resultados para o diagnóstico de 4 principais serviços públicos essenciais para uma qualidade de vida na cidade, são eles: segurança; saúde; educação e assistência social.

Em relação à segurança, não há posto de policiamento ou delegacia permanente no bairro Amapá, a comunidade do bairro é atendida pela delegacia do bairro Cidade Nova, quando questionados sobre o policiamento no bairro, 17 dos 42 entrevistados informaram que há policiamento, 15 informaram que não e 10 não informaram ou afirmaram não saber.

Os entrevistados foram questionados ainda sobre a segurança no bairro, a maior parte dos entrevistados, 25, preferiu não opinar a esse respeito, 15 informaram que o bairro não é seguro e 2 informaram que se sentem seguros no mesmo.

Imagem 27 - Gráficos policiamento e segurança.



Fonte: A autora, 2016.

Foi possível constatar através das falas dos entrevistados que o sentimento de insegurança demonstrado por uma parte deles advém da ausência de postos de policiamento definitivos dentro do bairro pois consideram as rondas que a polícia faz insuficientes.

No entanto o sentimento de insegurança demonstrado por 15 dos 42 entrevistados entra em conflito com a opinião de outros moradores do bairro, especialmente os moradores mais antigos que consideram o Amapá um bairro tranquilo para se viver, segundo eles raramente se houve falar sobre homicídios ou até mesmo roubos efetivados dentro do bairro. A esse respeito dona Teté relata que há um estigma em relação ao bairro, uma fama de ser violento e perigoso, embora de fato não seja:

[...] mais o povo pensa que Amapá é só aqui na beira do rio, ai diz que aqui é reimoso, que agente mata, pinta e borda, tudo é mentira mermã, porque vou te falar ó lugar mais tranquilo que tem é aqui, é, pra Liberdade só vejo matou, furou, o povo não acha que é reimoso, é reimoso é aqui no Amapá, oia mermã aqui se tu quiser passar a noite todinha sentada bem na porta, a porta aberta num tem nenhum que vem dizer que tu é feia, e pra essas banda lá o ladrão chega te mata, roba pinta e borda né? Mas aqui graças a Deus se eu quiser passar a noite todinha sentada na porta você passa e não tem nem quem diga que você é feia, é desse jeito, por isso que tem gente que vai pum lugar “você mora onde”, eu moro na liberdade, moro no Marabá, eu não eu digo “eu moro no Amapá e eu me orgulho”, e eu ainda digo é assim, que não tem um lugar melhor, pois é, agente fica tranquilo ó, uma eu não gosto de tá na casa pra mim ficar trancada, eu não matei ninguém, com as porta fechada lá pra dentro, tudo trancado, num matei deixa eu matar um, ai tá certo mas eu num matei, eu gosto de ficar é escancarada ai e abre tudo, ver um tudo passar.(SILVA, MNN, 2016).

No que diz respeito à saúde, no bairro, existe um posto médico denominado Pedro Cavalcante que fica localizado as margens da rodovia Transamazônica, contudo este atende também a outros bairros ficando constantemente sobrecarregado. Segundo os moradores nem sempre há médicos para atender a população e raramente há medicamentos na farmácia do posto. Seu Manoel baladeira ao ser questionado sobre a saúde no bairro relata: “Ah saúde é precária demais, tem um postinho de saúde mais é mesmo que não ter porque agente vai lá e não tem quem atenda. [...]É difícil, eu mesmo fui lá já me consultar umas duas vez, consultava mas não tinha remédio.” (MÁXIMO, 2016).

Imagem 28 - Posto de saúde Pedro Cavalcante



Fonte: A autora, 2016.

Há alguns anos, está sendo construída no bairro a primeira Unidade de Pronto Atendimento do município de Marabá – UPA, contudo essa ainda não foi inaugurada e acredita-se que quando for ainda não resolverá os problemas de acesso a saúde dos moradores do bairro porque deverá atender a toda a população do município de Marabá e não somente a população do bairro Amapá e como será a única UPA do município esta já nascerá sobrecarregada.

Imagem 29 - Futuras instalações da UPA



Fonte: A autora, 2016.

Quanto à Educação, no bairro Amapá existe apenas a escola Basílio Miguel que oferece o ensino fundamental, assim, para estudar o ensino médio os moradores do bairro precisam ir estudar no colégio Acy de Jesus Neves Barros Pereira, mais conhecido como Acy Barros que fica localizada na Agrópolis do INCRA, do outro lado da transamazônica. Esta problemática pode facilitar a evasão escolar e consequentemente a baixa escolarização da população residente no bairro, culminando em desemprego e ou subemprego e além disso obriga os moradores a se arriscar na travessia diária da transamazônica que já causou inúmeros acidentes inclusive com óbitos na região.

Imagem 30 - Escola Basílio Miguel



Fonte: A autora, 2016.

Na contra mão desta realidade, existe no bairro uma escola de Música que atende a população com aulas de diversos instrumentos musicais, fortalecendo a educação cultural da comunidade, no entanto essa não é mantida pelo município, trata-se de uma fundação sem fins lucrativos que se mantém graças a doações e patrocínios.

Imagem 31 – Escola de música



Fonte: A autora, 2016.

Em relação a Assistência Social, há alguns anos foi instalada uma unidade do Centro de Referência da Assistência Social – CRAS no bairro, esse centro é responsável por prestar apoio social a comunidade de baixa renda, informando a população sobre seus direitos e a encaminhando para outros órgãos quando necessário.

Em resumo, a partir da apresentação das características da oferta de serviços públicos essenciais para a comunidade do bairro Amapá, percebe-se, uma deficiência principalmente no que diz respeito à segurança, saúde e educação, o que afeta consideravelmente a qualidade de vida da população do bairro.

5.7 SÍNTESE DO DIAGNÓSTICO DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS DO BAIRO AMAPÁ

A análise das 05 variáveis anteriormente expostas, nos ajuda a compreender as dificuldades enfrentadas pelos moradores das cidades, nesse caso a partir da realidade vivenciada pelos moradores do bairro Amapá, assim, apesar do Estatuto da Cidade Lei nº 10.257 de 10 de julho de 2001 indicar a infraestrutura e os serviços públicos necessários para que a população urbana tenha uma vida digna na cidade, apontar os instrumentos para o alcance dessa demanda e responsabilizar o Estado pela aplicação desses instrumentos e

garantia do direito à cidade para a população, na prática, esse direito não se concretiza, falta um pouco de tudo para a população urbana, pois ao Estado não interessa promover qualidade de vida para a população e sim assegurar a reprodução e acumulação do Capital.

Nas grandes cidades, a falta de habitações, de água encanada, de esgotos, de creches, escolas, hospitais, transportes coletivos e até de áreas de lazer dão uma mostra ampliada das dificuldades que podem ser detectadas, ainda que em escala menor, até mesmo nas cidades de cinquenta mil habitantes dos países de economia dependente. (SPOSITO, 1997, p.72).

Assim, a partir da pesquisa de campo, foram identificados vários problemas ligados à infraestrutura e aos serviços públicos urbanos no bairro Amapá, estes foram expostos e discutidos detalhadamente nos tópicos anteriores onde foi demonstrado como afetam a vida da população que reside no bairro. No quadro a seguir será apresentada uma síntese dos principais problemas encontrados.

Tabela 03 – Principais problemas urbanos identificados no bairro amapá.

VARIÁVEIS:	DEFICIÊNCIAS:
Moradia	1. Presença da especulação imobiliária no bairro causando o aumento do valor dos aluguéis; 2. Ausência de documentação dos imóveis e 3. Casas habitadas por várias pessoas, e em alguns casos por mais de uma família.
Infraestrutura Pública	1. Pavimentação de péssima qualidade ou ruas sem pavimentação; 2. Ruas esburacadas principalmente por causa da erosão; 3. Ausência de iluminação pública em algumas ruas; 4. Valor elevado da energia elétrica e 5. Ausência de áreas públicas de lazer.
Saneamento Básico	1. Constantes interrupções do fornecimento de água encanada; 2. Ausência de rede de esgoto ativa; 3. Irregularidade da coleta de lixo pública; 4. Ausência de coletores de lixo e 5. Falta de manutenção e limpeza das ruas.
Acessibilidade Urbana	1. Calçadas desniveladas; 2. Ruas esburacadas e estreitas e 3. Ausência de rampas para locomoção de cadeirantes.
Mobilidade Urbana	1. Ausência de transporte coletivo no bairro; 2. Ausência de ciclovias; 3. Insuficiência de faixas de pedestres e 4. Passarela subutilizada.
Serviços Públicos	1. Ausência de policiamento fixo no bairro; 2. Sobrecarga do posto de saúde e falta de médicos e medicamentos e 3. Ausência de escola de ensino médio.

Fonte: a autora, 2017.

Todas essas deficiências identificadas no bairro vão de encontro ao que é estabelecido no Estatuto das Cidades e ao que o Direito à Cidade prevê, a partir desta análise, portanto, pode-se afirmar que o direito à cidade, que deveria ser garantido pelo Estado através da política urbana, não se concretiza no bairro Amapá.

O motivo disso já foi discutido anteriormente, está relacionado ao papel que o Estado exerce dentro do modo de produção capitalista, este não trabalha para o bem comum como prega a ideologia burguesa, pelo contrário, ele direciona suas ações para garantir a reprodução e acumulação do Capital.

Assim, a distribuição da infraestrutura e dos serviços públicos no espaço da cidade é desigual, para fazê-la o Estado leva em consideração a importância dessa infraestrutura para a reprodução do Capital e não para o bem estar da população, logo, enquanto alguns bairros da cidade podem possuir uma boa infraestrutura ou uma infraestrutura razoável, outros bairros sofrem com a carência de infraestrutura e serviços básicos necessários para se viver com dignidade.

A nível de urbano esta diferenciação se concretiza em áreas residenciais diversificadas em termos de padrão habitacional, infra-estrutura, equipamentos e serviços urbanos. Quando passeamos pelas ruas do Morumbi em São Paulo, distinguimo-lo rapidamente de São Miguel Paulista ou da Freguesia do Ó, e nos damos conta da segregação social também claramente manifesta nas formas espaciais. As diferenças entre as fotos são tão grandes, que parece difícil admitir que são paisagens do mesmo espaço. (SPOSITO, 1997, p.67).

Essa diferença na paisagem urbana causada pela distribuição desigual de infraestrutura pública pode ser observada não somente comparando bairros diferentes como em alguns casos também comparando áreas dentro de um mesmo bairro, esse é o caso do bairro Amapá que é dividido por uma linha imaginária que separa uma área melhor servida de infraestrutura pública e melhor valorizada devido sua proximidade da rodovia transamazônica, cheia de órgãos públicos, empresas privadas e habitada em sua maior parte por famílias de classe média e alta e uma outra área que pode ser considerada um subúrbio dentro do próprio bairro, desprovida de infraestrutura e habitada pela população de menor poder aquisitivo.

Imagem 32 - fotos de órgãos públicos e empresas privadas existentes na parte mais valorizada do bairro amapá



Fonte: A autora, 2016.

A deficiência de infraestrutura e de serviços públicos principalmente no território do bairro mais afastado da rodovia transamazônica, demonstrada ao longo desse trabalho contribui para um fenômeno denominado de “clientelismo político” que consiste na troca de infraestrutura por voto, assim, nos períodos de campanha eleitoral o bairro é invadido por políticos que prometem milhares de benfeitorias urbanas em troca do voto da população: “A melhoria desses bairros é fonte inesgotável do velho clientelismo político: troca-se por votos a pavimentação de uma rua, a iluminação pública, uma unidade de saúde, uma linha de ônibus etc.” (MARICATO, 2013, p.21).

A esse respeito, quando questionado se na época de eleição aparecem políticos no bairro pedindo voto, a moradora Wilza Clélia responde: “Se tem? (risos) se vem? Vem gente da Liberdade, vem gente da Cidade Nova, vem gente do Novo Horizonte, vem gente de todo lugar, pra votar e pedir voto.” (CARVALHO, 2016), enquanto seu Manoel baladeira relata que os moradores somente são lembrados pelos políticos nessa época: “Ah ai vem todo mundo pegar na mão da gente né, só se lembra no tempo né.” (MÁXIMO, 2016). O fato é que as promessas feitas durante a campanha para conseguir votos não são concretizadas e a população do bairro continua padecendo de infraestrutura urbana.

A solução dos problemas urbanos como os identificados no bairro Amapá (com exceção da moradia que somente pode ser solucionado por completo com a transformação da sociedade e superação da propriedade privada) não depende da remuneração de cada morador e sim da ação do Estado pois são oriundos da ausência da infraestrutura pública e coletiva que este deveria promover.

Estes problemas poderiam ser amenizados ainda que os salários não fossem altos, porque a solução deles não precisava passar pela compra individual de um caminhão de lixo para recolher o lixo da minha porta, ou pelo pagamento também individual dos custos de abertura de canaletas para implantar o esgoto no meu bairro, ou pela aquisição de um veículo para cada membro da família – o que o trânsito da cidade nem suportaria. Estes bens e serviços são coletivos e devem ser implantados pelo Estado [...]. (SPOSITO, 1997, p.74)

No entanto, considerando que o Estado não implanta esses bens e serviços por não ser de seu interesse fazê-lo, cabe a população em primeiro lugar pressioná-lo para que cumpra o que está estabelecido nas legislações urbanas e posteriormente lutar pela conquista integral do direito à cidade que somente pode ser alcançado mediante a transformação da sociedade e da cidade a partir da superação da propriedade privada e do modo de produção capitalista. Para Henri Lefebvre a classe trabalhadora tem papel fundamental na transformação da cidade e conquista do direito à cidade “só a classe operária pode se tornar o agente, o portador ou o suporte social dessa realização”. (LEFEBVRE, 1991, p.117).

No caso do bairro Amapá, de forma mais imediata faz-se necessário uma ação ativa da associação de moradores do bairro, é necessário mobilizar os moradores, discutir sobre o impacto da falta de infraestrutura nas suas vidas e lutar por melhorias urbanas para o bairro.

Segundo a atual presidente da associação de moradores Maria Ivone Pinto Rocha, a associação que está em funcionamento foi criada recentemente, tem cerca de três anos dos

quais há dois ela está na presidência, contudo, o bairro possui um histórico antigo e conturbado de associações, a primeira que ela tem conhecimento foi uma associação criada por uma moradora do bairro na década de 80 ou 90, porém quando a moradora faleceu os filhos não quiseram dar continuidade aos trabalhos da associação, de lá pra cá vários outros moradores criaram associações no bairro, contudo nenhuma foi adiante por muito tempo.

Segundo Ivone atualmente a associação tem trabalhado mais com educação, promovendo principalmente palestras e torneios esportivos e um dos grandes problemas enfrentados pela associação é a falta de uma sede própria, esta se instalou provisoriamente no antigo mercado do bairro, área cedida pela prefeitura após muito esforço da associação, mas que não possui nenhuma infraestrutura, como pode ser visualizado nas fotos a seguir.

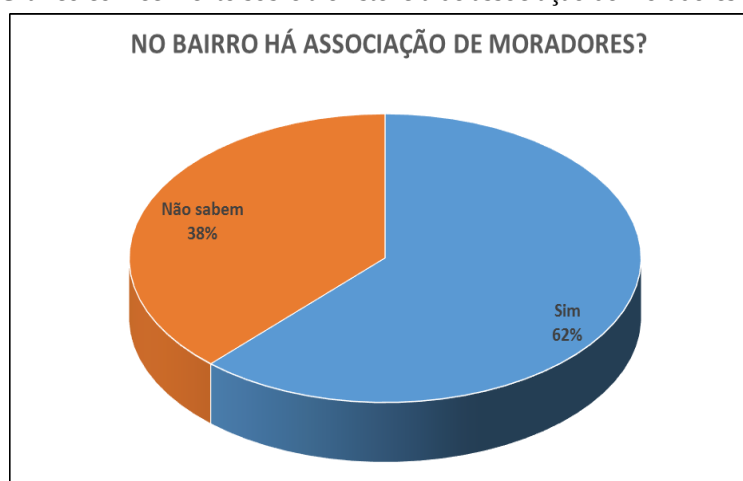
Imagem 33 - Fotos das instalações da associação de moradores do bairro amapá



Fonte: A autora, 2016.

Durante a pesquisa de campo constatou-se no entanto que nem todos os moradores do bairro tem conhecimento da existência da associação, pois enquanto 26 dos 42 moradores entrevistados afirmaram que há associação no bairro - embora a grande maioria desses nunca tenha participado de qualquer atividade desenvolvida pela associação - 16 informaram que não sabem se existe associação no bairro demonstrando a necessidade de uma maior divulgação da sua existência e das ações executadas pela mesma.

Imagem 34 - Gráfico conhecimento sobre a existência de associação de moradores no bairro amapá



Fonte: a autora, 2016.

E é justamente a mobilização dos moradores do bairro para lutar por melhorias que a presidente da associação apontou como uma das maiores dificuldades enfrentadas pela associação, segundo ela os moradores estão acostumados a esperar melhorias de braços cruzados quando na verdade precisam lutar por elas:

O povo antigamente acostumaram muito o Amapá, a população a só receber, não a trabalhar pra conquistar, só dar o peixe não dar a isca pra pescar, então o nosso pessoal são muito acostumado, eu acho assim, não sabe lutar, eu queria que as pessoa, as pessoa e eu tenho um trabalho nisso, gente vamo lutar pelo que nós queremos, nós queremos um, um, uma água vamo lutar por ela, vamo trabalhar junto, vamos se, se unir, vamo ah eu não posso mas eu posso dar uma ajudinha? Eu posso fazer alguma coisa, eu não posso dar um dinheiro mas eu posso dar a mão de obra, era isso que eu queria que trabalhasse, cadê que nós tem um asfalto? que nós tem uma escola? Porque nós temos uma escola mas que nós possamos crescer ela, ter um lugar de lazer que nós não temos, temos o espaço pra ter lazer que é a beira do rio, que é um lugar maravilhoso que você pode fazer um lazer, um lugar pra você poder andar passear, ter iluminação porque nós não temos iluminação em quase lugar nenhum e que entrasse um ônibus pras pessoa.

Não passa um ônibus, não passa uma moto, não passa um táxi lotação, porquê? Porque essa discriminação? Agente tem que lutar por isso, então meu objetivo é esse, lutar pra passar um ônibus, o que passa é essas caçambas carregando as terras as areia aí destruindo.

A COSANPA, o saneamento básico da COSANPA mas o que foi que ela fez, ela só passou, ela não colocou rede de esgoto nenhuma aqui, eu falei pras meninas porque as meninas vieram trabalhar aqui, as Assistentes social, eu disse olha em algumas rua tem, porque elas vieram trabalhar pra ver como é que vai fazer pros esgoto entrar, o que aconteceu não tem esgoto nenhum, elas pararam o serviço, porque o esgoto só é o central, só o que vem, quer dizer, a bosta vai passar pelo Amapá e ninguém vai poder colocar nela. (ROCHA, 2016).

Esse relato da presidente da associação não somente retoma alguns problemas identificados na pesquisa de campo realizada no bairro como também mostra a importância da ação da comunidade para tentar reverter a situação de exclusão urbana a que estão submetidos e conquistar melhorias estruturais para o bairro e consequentemente melhor qualidade de vida para sua população.

No entanto, apesar de todos os problemas relatados ao longo desse trabalho, a maior parte dos moradores do bairro Amapá que participaram dessa pesquisa afirmam que não sentem vontade de sair do bairro, evidenciando um forte sentimento de pertencimento e amor pelo mesmo. Os moradores mais antigos entrevistados, expressam cada um à sua maneira esse sentimento comum: “Eu mesmo só saio daqui pro cemitério (risos) é que eu gosto muito de meu bairro. [...]Tem um amor pelo bairro é, é minhas crianças foi tudo nascida aqui, já tem menino com mais de 30 anos, e eu não largo o Amapá” (MÁXIMO, 2016).

A moradora Wilza Clélia evidencia o aspecto comunitário existente no bairro, em que todos ajudam uns aos outros como podem e partilham o pouco que tem, para ela, esse é o motivo que a prende ao Amapá.

Não tu sabe porque eu não quero sair daqui? Se eu tivesse condições de sair daqui eu sairia, mas com uma condição, se eu tivesse condição de pagar uma pessoa pra cuidar de uma filha que eu tenho deficiente, mas sobre outras coisa, eu tenho essa minha menina ai, todo mundo toma conta dela, os próprio vizim ajuda, esse senhor que vem vindo bem aí ajuda, se precisar de ir no médico, esse senhor bem ai ajuda.

É nós temos um, um agrupamento, uns ajuda o outro, as veze dia de aniversário é, é dia dos pai, dia das mãe, ai tu só vê panelinha, olha leva isso aqui pra fulano, leva isso aqui pra beltrano, ai vai as cumida pra cada casa, aqui todo mundo é assim, só não os que agente ainda não conhece né, que rá tem gente de fora que trabalha, ainda não tem contato né, mas os que nós conhecemos, minino é uma delícia, é muito bom, ninguém morre de fome aqui no bairro (risos), ai já tem a beira do rio ai pra gente pescar, pegar um peixim, come com farinha, minino é bom demais. (CARVALHO, 2016).

Assim, para os moradores do bairro, bastavam algumas mudanças para que o mesmo se tornasse um lugar maravilhoso de se viver, logo, quando questionados sobre o que o bairro precisa para melhorar, estes citam mudanças simples mas que podiam transformar a vida dos moradores do bairro. Manoel baladeira por exemplo, afirma que “[...] só queria que entrasse um prefeito bom, um vereador bom, pra olhar pra nosso bairro, ao menos pra calçar as rua, ajeitar nossa cidade porque não tem nada ajeitado.” (MÁXIMO, 2016), já a moradora Wilza Clélia afirma que “Tinha que ter, pra ser perfeito, rede de esgoto, farmácia, é, é, é assim um, um, um vamos supor meu Deus, o que eu queria falar, supermercado, padaria boa e transporte principalmente, e transporte principalmente.” (CARVALHO, 2016). Para dona Teté, para que o bairro fique perfeito ainda precisa ser feita muita coisa:

Ô siá muitas coisa, muitas coisa, esse areal aí danado, uma poeira danada que não tem quem aguente, dessas caçamba que toda vida eles diz que vem ajeitar ai, ajeita um pedacinho até acolá aí pronto, ai bota não ta tudo ajeitado, num tem nada arrumado, entra prefeito, sai prefeito, ninguém nunca arruma aqui. (SILVA, MNN, 2016).

Portanto, o diagnóstico da infraestrutura e dos serviços públicos existentes no bairro Amapá nos ajudou a compreender a situação de exclusão e segregação urbana a que os moradores da cidade são submetidos, e confirmou o que vinha sendo discutido até aqui, a inexistência do direito à cidade na realidade concreta.

Assim, no capítulo seguinte, considerando que o direito à cidade não se materializa na realidade concreta, será discutida qual a possibilidade real de realização desse direito dentro da sociedade capitalista.

6. CAPÍTULO 5 – O DIREITO À CIDADE NA SOCIEDADE CAPITALISTA: UMA UTOPIA QUE SOMENTE PODE SER ALCANÇADA EM SUA PLENITUDE ATRAVÉS DA LUTA DA POPULAÇÃO E DE UMA PROFUNDA TRANSFORMAÇÃO SOCIAL.

Uma das razões que justificam a importância desse trabalho é a quase ausência de sociólogos que escrevam sobre o Direito à Cidade, a aplicação ou não de legislações urbanas e todos os problemas que a população que reside nas cidades tem que enfrentar todos os dias, os trabalhos nessa área tem sido feitos geralmente por geógrafos e urbanistas evidenciando a necessidade de uma análise sociológica desse fenômeno.

Para Arlete Moysés Rodrigues, no que diz respeito ao Direito à Cidade e sua aplicação prática [...] **Constitui um desafio para os cientistas sociais** que analisam a dinâmica urbana, a reprodução da vida, a participação societária, a significância e o significado do Direito à Cidade **compreender o que há de utópico na aplicação da Lei [...]**” (RODRIGUES, 2004, p. 20, grifo nosso), e é exatamente a dimensão utópica do Direito à Cidade que tentarei expor aqui com base em tudo que já foi relatado anteriormente.

O termo utopia se origina das palavras gregas “*óu*” (não) e “*topos*” (lugar) cuja tradução seria “nenhum lugar”, ou seja, um lugar que não existe, assim, utopia é um ideal, ou seja, algo perfeito, desejado, geralmente oposto ao que se tem. No caso do Direito à Cidade este é utópico na medida em que depende para sua realização de um modelo de cidade igualitária, cidade perfeita, que não temos atualmente mas que desejamos alcançar. Vale ressaltar que a utopia nem sempre é alcançada, contudo, isso não quer dizer que ela não pode ser realizada.

O termo Utopia ficou conhecido depois que o inglês Thomas Morus publicou em 1516 um livro denominado de “Utopia” em que ele descrevia uma ilha imaginária em que retratava um mundo ideal para ele, sem propriedade privada, logo, totalmente diferente do mundo real da época em que estava havendo a passagem do modo de produção feudal para o modo de produção capitalista.

Se considerarmos (com base em tudo que foi exposto) a cidade como fruto de uma construção histórica, determinada pelas relações sociais, políticas e econômicas, que atualmente inserida no modo de produção capitalista, reproduz em sua estrutura e paisagem urbana toda a desigualdade e segregação inerentes a esse sistema econômico, podemos então considerar o Direito à Cidade, ou seja, o direito à uma cidade igualitária, em que todos tenham acesso à moradia, infraestrutura e serviços públicos, que garantam uma vida digna na cidade, uma utopia, ou seja, um sonho, um ideal que se deseja alcançar.

Como demonstrado no capítulo anterior, no que diz respeito a aplicação do Direito à cidade na realidade concreta, foi constatado através de observações, questionários e entrevistas que este direito não é acessado pelos moradores do bairro Amapá, em Marabá-PA, a realidade conturbada vivenciada por eles, os problemas que eles enfrentam todos os dias na cidade são comuns à outros bairros do município e a outras cidades do Brasil e do mundo.

Diante do exposto, podemos nos perguntar **qual a possibilidade real de realizar essa utopia? Ou seja, da população conquistar o Direito à cidade dentro da sociedade capitalista?**

Em primeiro lugar é importante ressaltar em relação as legislações que citamos até aqui, que as leis que juridicamente garantem direitos diversos à população, no âmbito da democracia burguesa, não passam de estratégias do Estado para mascarar a desigualdade e acalmar a população evitando uma revolta popular.

O Estatuto da Cidade por exemplo se encaixa nesse critério, pois não é de interesse do Estado (que devia ser o agente responsável pela sua aplicação) aplicar os instrumentos presentes nele, o que torna o direito à cidade presente nessa legislação uma utopia fruto do anseio social por melhores condições de vida na cidade. Assim, o Estatuto não garante por si só, qualidade de vida, ou seja, o direito à cidade para a população, por dois principais motivos:

1. Ao não contestar a propriedade privada, o Estatuto fere um dos princípios do direito à cidade sustentável: o acesso à moradia digna, pois essa somente pode ser acessada via mercado, através da compra ou aluguel, ou seja, não está ao alcance de toda a população, especialmente da classe trabalhadora.
2. A política urbana, a infraestrutura, os serviços públicos e os instrumentos contidos no Estatuto devem ser colocados em prática pelo Estado para o qual não interessa fazê-lo na medida em que este trabalha para dar sustentação ao modo de produção capitalista e não para promover o “bem comum” como ideologicamente prega a democracia burguesa.

Ou seja, o Estatuto é contraditório pois embora apresente a cidade como um bem coletivo que deve cumprir uma função social, não derruba a propriedade privada e portanto não destrói a base da desigualdade social que se expressa na cidade. Deve-se considerar que essa lei foi construída, embora sobre pressão dos movimentos sociais, em uma sociedade regida pelo modo de produção capitalista e que por isso seu texto não vai de encontro a este sistema e suas contradições.

Além disso, o Direito à Cidade para além da concepção burguesa, não deve se resumir ao acesso a infraestrutura e equipamentos públicos, deve compreender o acesso à uma vida urbana renovada, transformada, onde o valor de uso da cidade se sobreponha ao valor de troca, fator que o Estatuto por si só não dá conta.

Assim, a inclusão do Direito à Cidade no Estatuto, embora seja resultado de muita luta popular, para o Estado Burguês não passa de uma estratégia para acalmar a população, manter sua governabilidade e sustentar a ideologia burguesa que concebe a democracia como um sistema político que trabalha para o bem comum: “os poderes públicos, num país democrático, não podem decretar publicamente a segregação como tal. Assim, freqüentemente, adotam uma ideologia humanista que se transforma em utopia no sentido mais desusado, quando não em demagogia” (LEFEBVRE, 1991, p.95).

Nesse sentido, voltamos a nos perguntar se há possibilidades de mudança desse cenário objetivando o acesso da população de menor poder aquisitivo à infraestrutura e serviços públicos necessários e consequentemente à melhoria das suas condições de vida na cidade. A esse respeito, Ana Fani A. Carlos, argumenta que a possibilidade de transformação da cidade está atrelada à luta social:

... o espaço se reproduz de um lado a partir da contradição entre produção socializada e apropriação privada e de outro a partir da luta no interior da sociedade entre o que é necessário ao processo de reprodução do capital e o que a sociedade como um todo necessita. Este ponto leva-nos, necessariamente, a pensar as possibilidades de transformação do espaço e da sociedade. (...) nos permite pensar na liberdade e na possibilidade de transformação da cidade.” (CARLOS, 2011, p. 84).

Nesse sentido, assim como para Marx a superação do modo de produção capitalista dependia da luta da classe trabalhadora, o caminho para tentar transformar a cidade passa pela por essa luta e pela revolução social:

Apenas grupos, classes ou frações de classes sociais capazes de iniciativas revolucionárias podem se encarregar das, e levar até a sua plena realização, soluções para os problemas urbanos; com essas forças sociais e políticas, a cidade renovada se tornará a obra. Trata-se inicialmente de desfazer as estratégias e as ideologias dominantes na sociedade atual. (LEFEBRVE, 1991, p.111)

Desta forma, assume papel fundamental na tentativa de transformação da cidade e da realidade urbana contraditória e excludente a classe trabalhadora, especialmente os movimentos sociais urbanos e as associações de moradores que podem mobilizar a nível local (nos bairros) a população para lutar por melhor qualidade de vida na cidade, levantando a bandeira por acesso da população à infraestrutura e serviços públicos, para tal, a população tem que além de tomar consciência da segregação e exclusão a que são expostos, compreender os motivos e os responsáveis por esse processo: “Os movimentos sociais nascem da consciência das condições de vida das diversas classes. O indivíduo toma consciência de seu direito de participação nas decisões como decorrência da vida na cidade.” (CARLOS, 2011, p. 87).

Considerando que o “direito à cidade” embora, como demonstrado anteriormente, esteja previsto na Constituição Federal e no Estatuto da Cidade, não se materializa na realidade concreta urbana por não ser de interesse do Capital sua aplicabilidade e consequentemente não ser de interesse do Estado, entidade responsável pela sua aplicação, este deve ser tomado pela população através de luta:

É a luta pela cidadania, a luta por transformações sócio-econômico-espaciais. Trata-se, de fato, do inalienável direito a uma vida decente para todos, não importando o lugar em que se encontre, na cidade ou no campo. Mais do que um direito à cidade, o que está em jogo é o direito à obter da sociedade aqueles bens e serviços mínimos, sem os quais a existência não é digna. É o direito à participação numa sociedade de excluídos. (CARLOS, 2011, p. 88).

O acesso a infraestrutura e serviços públicos, moradia de qualidade e tudo o que é citado no Estatuto é importante e deve ser conquistado pela população, contudo, devemos compreender que o direito à cidade para ser alcançado em sua plenitude vai além disso, pressupõe uma transformação profunda na sociedade, a sobreposição do valor de uso sobre o valor de troca, inversão que somente será possível com a superação da propriedade privada, base do sistema capitalista e que portanto somente será derrubada através da luta da classe trabalhadora e da superação desse modo de produção excludente em sua natureza. “Nesta orientação, é possível entender o ‘direito à cidade’ como uma necessidade prática de superação da contradição do valor de uso-valor de troca, que só se resolveria na superação daquilo que funda o capitalismo: a propriedade privada.” (CARLOS, 2013, p. 108).

Logo, embora a população conseguisse ter acesso a toda a infraestrutura e serviços públicos essenciais que lhes falta hoje, como saneamento, transporte, segurança, saúde, educação e etc., ainda assim não alcançaria plenamente o Direito a Cidade na medida em que esse direito também deve agregar o direito à moradia digna, e essa está sujeita à propriedade privada, somente podendo ser acessada através do mercado, ou seja, da compra ou aluguel de uma residência.

Assim, o direito a Cidade, para além do que está aparente “[...] propõe a construção de uma nova sociedade, colocando em questão a própria sociedade urbana – suas estruturas – e a segregação como forma predominante da produção do espaço urbano capitalista.” (CARLOS, 2013, p. 109). Logo, para Lefebvre:

O direito à cidade se manifesta como forma superior dos direitos: direito à liberdade, à individualização na socialização, ao habitat e ao habitar. O direito à *obra* (à atividade participante) e o direito à *apropriação* (bem distinto do direito à propriedade) estão implicados no direito à cidade. (LEFEBVRE, 1991, p. 135, grifo do autor)

Entretanto, embora o Direito à Cidade dentro da sociedade capitalista seja ainda uma utopia que somente poderá ser alcançado plenamente através da transformação profunda da sociedade em que vivemos, transformação essa que deverá perpassar pela derrubada da propriedade privada da terra e a sobreposição do valor de uso ao valor de troca, o que somente será possível através a superação do modo de produção capitalista, pois esse se assenta e se reproduz sobre a propriedade privada e a exploração, enquanto essa transformação profunda não é efetivada, enquanto não é possível alcançar o direito à cidade em sua plenitude, cabe a população e aos movimentos sociais galgar conquistas dentro desse modo de produção mesmo, lutar para ter acesso aquilo que está e ainda não está previsto na legislação burguesa, principalmente a infraestrutura e aos serviços públicos necessários para se ter uma melhor qualidade de vida na cidade, pois: “[...] O direito à cidade não é um presente. Ele tem de ser tomado pelo movimento político.” (HARVEY, 2013, p. 34).

A cidade também é palco da luta de classes, é a luta pela apropriação da mesma, pelo seu uso, pela cidade que é vista de maneiras diferentes pelos trabalhadores e pela burguesia, aos trabalhadores é necessário ir as ruas, se manifestar, participar dos espaços de decisão,

cobrar, mostrar que querem e estão dispostos a lutar por uma cidade diferente, uma cidade inclusiva que atenda às necessidades da população e não de uma burguesia que lucra com ela.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando que a cidade é resultado das condições materiais de existência, construída historicamente a partir das relações sociais, econômicas e políticas e que o modo de produção capitalista em vigência, se funda na desigualdade e na propriedade privada, características refletidas na estrutura dessa cidade, o Direito à Cidade, tal como é apresentado na legislação, é um horizonte utópico, um desejo social que somente pode ser alcançado em sua plenitude através da transformação social e superação do modo de produção capitalista.

O caráter utópico do Direito à Cidade pode ser observado através da pesquisa realizada no bairro Amapá, no qual a população embora anseie por melhorias estruturais que lhes proporcione melhor qualidade de vida, pouco tem acesso à infraestrutura e serviços públicos necessários para obtê-la, demonstrando portanto que o Direito à Cidade não se concretiza no bairro.

Ao Estado, entidade que trabalha a favor do Capital, não interessa fornecer para toda a população urbana moradia, infraestrutura e serviços públicos necessários para uma vida digna na cidade, dessa forma os investimentos públicos são realizados em áreas habitadas por pessoas de maior poder aquisitivo e em áreas centrais e comerciais importantes para a circulação de mercadorias, reprodução do capital e valorização dos terrenos visando a especulação imobiliária (seja em áreas turísticas, de lazer, comerciais, imobiliárias de alto padrão e etc...), a não ser que seja pressionado pela população, fazendo benfeitorias em algumas áreas habitadas pela população de baixa renda com o intuito de manter a governabilidade e a ordem social vigente.

Logo, assim como os direitos trabalhistas são conquistados mediante luta da classe trabalhadora e enfrentamento da burguesia, o acesso à infraestrutura, transporte, mobilidade, saúde, educação e etc., embora estejam previstos em legislações importantes como a Constituição Federal e Estatuto da Cidade, somente podem ser minimamente alcançados através da luta da população e da ampliação da participação popular nos processos de decisão.

Considerando que o direito à cidade deve ultrapassar o acesso a infraestrutura e serviços públicos, devendo compreender também o acesso à moradia digna, e que dentro da sociedade capitalista a moradia somente pode ser acessada através do mercado, compra ou aluguel de residências, o direito à cidade se mostra um direito revolucionário, que deve questionar a propriedade privada, e sobrepor o valor de uso da cidade ao valor de troca da mesma, somente podendo ser alcançado através de uma profunda transformação social, econômica e política.

No entanto, não é porque o Direito à Cidade tal como é estabelecido no Estatuto da Cidade pode ser considerado um horizonte utópico dentro do modo de produção capitalista, devido a propriedade privada, desigualdade e segregação características fundantes desse modo de produção, que a população não deva lutar para acessar a infraestrutura e os serviços públicos necessários para uma vida digna na cidade, pelo contrário, somente através da luta pode-se mudar minimamente essa realidade cruel imposta pelo Capitalismo.

Compreende-se que o histórico de abandono e repressão do Estado para com a população de baixa renda a tem desmobilizado e jogado num estado de apatia devido não mais acreditar em mudanças, no alcance de uma vida melhor. Contudo, faz-se necessário romper essa barreira e lutar, juntar-se à movimentos sociais, fortalecer a associação de moradores, fechar rodovias, pressionar os políticos, vereadores e prefeitos eleitos muitas vezes com o voto desse mesmo povo, chamar a imprensa, usar na medida do possível a seu favor os instrumentos utilizados pelo Estado para prejudica-los.

Assim, considerando que a luta de classes também se manifesta na cidade, no espaço urbano, luta travada entre aqueles que veem diferentes usos para a cidade, entre aqueles que veem nela um valor de uso e os que veem nada mais do que um valor de troca, os que a veem com um espaço de reprodução social, e os que a concebem como uma mercadoria e espaço de reprodução do capital, o acesso à uma vida digna na cidade não pode ser alcançado individualmente, não depende somente da remuneração individual de cada pessoa, pois depende do acesso a bens e serviços coletivos, sendo necessária, portanto, uma ação coletiva da população, logo, trata-se de um direito coletivo que somente pode ser alcançado através da luta popular.

Portanto, o direito à cidade é uma utopia que, embora prevista na legislação, dada a desigualdade e a propriedade privada (que se apropria até do que deveria ser público) refletidas na cidade, características principais do modo de produção capitalista, não está dado, devendo ser conquistado pela população, assim a luta é fator imprescindível não só para sua conquista como para sua manutenção.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, José Jonas. **A cidade de Marabá sob o impacto dos projetos governamentais**. 273 páginas. Dissertação de mestrado – Universidade de São Paulo. São Paulo 2008.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 10 ago. 2016.

BRASIL. **Lei nº. 10.257, de 10 de julho de 2001**. Regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Brasília, DF, 10 jul. 2001. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10257.html>. Acesso em: 10 ago.2016.

CARLOS, Ana Fani A. Carlos. **A cidade**. 9 ed. São Paulo: Contexto, 2011. 98 páginas.

CARLOS, Ana Fani A. Carlos. **A prática espacial urbana como segregação e o “direito à cidade” como horizonte utópico**. In: VASCONCELOS, P.A; CORRÊA, R.L; PINTAUDI, S.M (Org.). **A cidade contemporânea: segregação espacial**. São Paulo: Contexto, 2013. p. 95 - 110.

CARVALHO, Wilza Clélia Fragas. **Entrevista concedida a Ellen Mayara Pereira Leite**. Marabá, 09 set. 2016. [A entrevista encontra-se transcrita no Apêndice “C” desta monografia].

DANTAS, Gabriela Cabral da Silva. **"Povoamento Brasileiro"**; *Brasil Escola*. Disponível em <<http://brasilescola.uol.com.br/historiab/povoamento-brasileiro.htm>>. Acesso em: 02 fev. 2017.

ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Boitempo, 2010. 388 páginas.

FERNANDES, Cláudio. **"Economia cafeeira e industrialização do Brasil"**; *Brasil Escola*. Disponível em <<http://brasilescola.uol.com.br/historiab/republica-cafe-industrializacao.htm>>. Acesso em: 02 fev. 2017.

HARVEY, David. **A liberdade da cidade**. In: *Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2013. p. 27 -34.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Perfil dos municípios brasileiros 2012**. Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Perfil_Municipios/2012/munic2012.pdf>. Acesso em: 07 Jan. 2017.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. 1 ed. São Paulo: Moraes, 1991. 145 páginas.
LOBATO, Mateus Monteiro; EMMI, Marília Ferreira. Migração na fronteira: um encontro de trajetórias sociais em Marabá-PA. *Caminhos de geografia* – revista online, Uberlândia, v.15, n.51, set.2014. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/view/24419/15455>>. Acesso em: 20 fev.2017.

MARABÁ (Município). **Lei orgânica do município de Marabá. Marabá, PA, 1990**. Disponível em: <http://www.maraba.pa.leg.br:8080/sapl/sapl_documentos/norma_juridica/1459_texto_integral>. Acesso em: 10 ago. 2016.

MARABÁ (Município). **Lei nº. 17.213, de 09 de outubro de 2006**. Institui o plano diretor participativo do município de Marabá, cria o conselho gestor do plano diretor e dá outras providências. Marabá, PA, 09 out. 2006. Disponível em: <http://planodiretor.maraba.pa.gov.br/files/2017/03/LEI_PLANO_DIRETOR_17213-vigente.pdf>. Acesso em: 10 Ago. 2016.

MARICATO, Ermínia. É a questão urbana, estúpido. In: *Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2013. p. 19 -26.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política, volume I, tomo I**, In: Os economistas. São Paulo: Nova cultural Ltda, 1996. Disponível em: <<http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer fontes/acer marx/ocapital-1.pdf>>. Acesso em: 17 out. 2016.

MÁXIMO, Manoel Lima. **Entrevista concedida a Ellen Mayara Pereira Leite**. Marabá, 09 set. 2016. [A entrevista encontra-se transcrita no Apêndice “B” desta monografia].

ROCHA, Maria Ivone Pinto. **Entrevista concedida a Ellen Mayara Pereira Leite**. Marabá, 09 set. 2016.

RODRIGUES, Arlete Moysés. **Estatuto da Cidade: função social da cidade e da propriedade**. Alguns aspectos sobre população urbana e espaço. Cadernos metrópole, n. 12, pp. 9-25, 2º sem.2004.

ROLNIK, Raquel. **Regulação urbanística no Brasil conquistas e desafios de um modelo em construção**. Anais do Seminário Internacional: Gestão da Terra Urbana e Habitação de Interesse Social, PUCCAMP, 2000. Disponível em:

<<http://raquelrolnik.files.wordpress.com/2009/10/regulacao-urbanistica-no-brasil.pdf>>.
Acesso em: 15 fev. 2017.

SILVA, Antônio Alves da. **Entrevista concedida a Ellen Mayara Pereira Leite**. Marabá, 09 set. 2016. [A entrevista encontra-se transcrita no Apêndice “D” desta monografia].

SILVA, Maria das Neves Neres da. **Entrevista concedida a Ellen Mayara Pereira Leite**. Marabá, 09 set. 2016. [A entrevista encontra-se transcrita no Apêndice “E” desta monografia].

SOUSA, Rainer Gonçalves. **"Independência do Brasil"**; *Brasil Escola*. Disponível em <<http://brasilescola.uol.com.br/historiab/independencia-brasil.htm>>. Acesso em: 02 fev. 2017.

SPOSITO, Maria Encarnação B. **Capitalismo e Urbanização**. 8 ed. São Paulo: Contexto, 1997. 80 páginas.

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO SEMIESTRUTURADO

FORMULÁRIO DE COLETA DE DADOS PARA TCC

IDENTIFICAÇÃO:

Nome: _____	
Sexo: ☐ Masculino ☐ Feminino	Idade: _____
Nível de instrução: ☐ Analfabeto ☐ Alfabetizado ☐ Fundamental ☐ Médio ☐ Técnico ☐ Superior Incompleto ☐ Superior Outro: _____	
Profissão: _____	

SITUAÇÃO HABITACIONAL:

Endereço: _____
Tempo de residência no bairro: _____
Situação de ocupação: ☐ Ocupada ☐ emprestada ☐ alugada(R\$ _____) ☐ própria ☐ outro _____
Possui algum documento da residência? ☐ Nenhum ☐ contrato de compra e venda ☐ Título definitivo ☐ Registro em cartório ☐ Outro: _____
Características do imóvel: ☐ Barraco ☐ Alvenaria ☐ Alvenaria revestida ☐ Madeira ☐ Mista ☐ Outro: _____
Utilização do imóvel: ☐ Residencial ☐ Residencial/Comercial
O que acha dos valores dos imóveis e dos aluguéis no bairro? _____ _____

COMPOSIÇÃO FAMILIAR:

QUANTIDADE DE PESSOAS	GRAU DE PARENTESCO

INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS:

Acessibilidade urbana: ☐ rampas ☐ calçadas niveladas ☐ ônibus com rampa e elevador ☐ outros: _____	
Mobilidade urbana: ☐ transporte público ☐ ciclovias ☐ faixa de pedestre ☐ passarela ☐ outros: _____	
Energia elétrica: ☐ tem com padrão ☐ tem sem padrão ☐ não tem	Segurança: ☐ Seguro ☐ Violento Há policiamento? ☐ Sim ☐ Não
Saneamento básico:	
Abastecimento de água: ☐ água encanada ☐ poço ☐ fonte ☐ carro pipa ☐ vizinho ☐ Rio ☐ Outro: _____	
Possui sistema de esgoto: ☐ Sim ☐ Não	Eliminação de dejetos: ☐ Rede de esgoto ☐ Fossa séptica ☐ Outro: _____
Coleta de lixo: ☐ Coleta pública ☐ Queimado ☐ Enterrado ☐ Jogado à céu aberto ☐ Outro: _____	
O lote alaga ou é atingido por enchente? ☐ Sim ☐ Não	Passa alguma grota, córrego ou vala dentro do seu lote? ☐ Sim ☐ Não

EQUIPAMENTOS PÚBLICOS EXISTENTES NO BAIRRO:

Equipamentos comunitários próximos à residência: ☐ Quadra de esportes ☐ Escola ☐ Centro comunitário ☐ Posto de policiamento ☐ Posto de saúde ☐ Praça ☐ Outros: _____	
--	--

FORMAS DE ORGANIZAÇÃO SOCIAL EXISTENTES NO BAIRRO:

☐ Associação de moradores ☐ Cooperativa ☐ Movimento Religioso ☐ Sindicato ☐ Grupo de esporte e saúde ☐ Grupo de mulheres ☐ Outros: _____

DECLARAÇÃO E ASSINATURA

Declaro para os devidos fins que de direito que são verdadeiras as informações prestadas por mim neste formulário e autorizo a utilização destas informações para fins acadêmicos.	
Data: ____/____/____	Assinatura: _____

APÊNDICE B - ENTREVISTA MANOEL LIMA MÁXIMO (MANOEL BALADEIRA)

1) O senhor pode se apresentar falando seu nome, idade e endereço.

R= eu nome é Manoel Lima Máximo, tenho 67 anos sou de 1949, a rua do Aeroporto casa 236

2) O senhor, o senhor veio para o bairro amapá, o senhor pode começar falando sobre porque o senhor veio, de onde o senhor veio, quantos anos o senhor tinha e como é que era aqui quando o senhor chegou.

R= Eu cheguei aqui eu já vinha de Araguaína, quando eu saí do Piauí fui para Araguaína, tive em Araguaína um bocado de tempo e cheguei aqui em 74, aqui esse bairro aqui era um bairro muito devagar só era mais lama, era açazal, num tinha calçamento num tinha nada aqui o Amapá né, aí daí pra cá que foi começando né, é eu conheci aqui o Amapá e Cidade Nova quase sem ninguém né.

3) Quando o senhor veio pra cá o senhor já veio morar aqui nesse local?

R= Já vim, não eu vim morar eu teve lá na, eu teve lá no KM 10, de lá eu vim pra cá, lá eu passei uns dois meses só, aí meu tempo toda vida é aqui no Amapá, aí eu vivo aqui até hoje aqui no Amapá.

4) Tem quantos anos?

R = Ah eu cheguei em 74 até hoje

5) Nunca saiu daqui?

R= nunca sai daqui, criei os filhos, a mulher morreu fiquei com os filhos tudo pequeno, hoje em dia tão tudo de maior mas nunca saí daqui do Amapá, nunca abandonei ninguém (risos)

6) Quando o senhor veio pra cá né o senhor disse que não tinha quase nada aqui né? Nem aqui nem na cidade nova

R= Tinha não, nem aqui nem na Cidade Nova, a Cidade Nova era só umas casinhas só.

7) Aqui foi área de ocupação? O senhor lembra se o pessoal entrou e ocupou?

R= Não aqui mesmo nesse alto era a rua dos alagados quando enchia o Marabá o pessoal corria aqui pra riba do alto. Daqui pro Marabá eu conheço tudo, dessa redondeza eu conheço tudo.

8) Ai, com o passar do tempo, aqui por exemplo essa área aqui onde tem o muro (muro do aeroporto) não tinha muro?

R= Não só tinha cerca, só tinha uma cerca de arame.

9) Mas já era ocupado pela população?

R= Já era ocupado, não pelo aeroporto. Lá embaixo tinha o matadouro, aqui tudo era vila, era cidade né, aqui dentro né, aí a FAB foi e tiraram o pessoal, foi indenizado, dizendo que foi indenizado, é aí foi indenizado e o pessoal saiu daí.

10) Aí, todo mundo foi indenizado?

R= Não, foi só uma parte e outros não, só foi uma parte e outros não.

11) Aí tiveram que sair de qualquer jeito?

R= Tiveram que sair de qualquer jeito.

12) Aí foi quando muraram?

R= Foi, esse muro foi feito em 90, começou no fim de agosto de 90

13) Isso aqui só foi murado mesmo lá pela década de 90?

R= foi, foi pela época de 90, foi, não que ele desacupô antes mas o muro foi feito só em 90.

14) E aí como é que foi? Tipo assim antes aqui também era uma rua que era bastante movimentada quando não tinha a ponte ali né?

R= É era porque aqui atravessava a balsa né, aqui ficava carro aqui dum lado e de outro, era o dia e a noite.

15) E aqui tinha e aí por conta dessa questão da travessia, aqui tinha comércio?

R= Tinha muito comércio, tinha a boate tinha tudo aqui no Amapá, agora acabou tudo.

16) Era bem movimentado?

R=Era bem movimentado aqui.

17) Ai acabou porque?

R= Não porque aí com esses pessoal chegar os outros foi chegando foi acabando o pessoal, os barzim que tinha foi ficando mais mole, foi acabando, a dona que tinha a boate foi mudando então né aí acabou tudo.

18) Mas o pessoal ele acabou mudando por causa, depois da construção da ponte? Que diminuiu o movimento?

R= Foi, foi por causa da ponte aí que acabou o movimento, que aqui tinha 66 canoas atravessando aqui, aí com a ponte isso aí foi diminuiu, agora só tem uns motorzim rabudim, é uns 4 e quase não passa ninguém quase por aí.

19) E aí esse pessoal que trabalhava com comércio, com boate aqui, travessia de canoinha a maioria foi embora?

R= Foi embora, mudaram tudim porque aí acabou o Amapá, foi. O primeiro canoeiro foi seu Domingos, atravessava os filhos dos ricos pra vir estudar no colégio Santa Terezinha, eles

arrudiavam por ali, ali tinha uma pontezinha, era onde o pessoal do Marabá daqui atravessava por aqui pra ir lá pro colégio Santa Terezinha, tinha uma pontezinha aí com a continuação aí caiu a ponte e nunca renovaram foi.

20) Aí atravessavam na canoinha?

R= É atravessavam na canoinha aqui.

21) Aí quando o senhor veio pra cá a transamazônica ali já existia? Já tinha sido aberta?

R= Não, a transamazônica não tinha ainda não, foi depois que eu cheguei que começou a transamazônica.

22) Quando, quando começou a abrir a transamazônica, houve alguma mudança assim no bairro, na região, veio mais gente pra cá pra essas bandas?

R= Ah aí aumentou o pessoal aumentou 100%, foi, foi.

23) Veio muita gente de fora do estado?

R= Veio muita gente de fora, do Maranhão, do Pernambuco, do Ceará, de todo lugar veio muita gente viu.

24) E na época da descoberta do ouro na serra pelada? Como é que foi pra cá?

R= Ai foi bom, foi movimento demais, o movimento foi grande, veio muita gente.

25) E aí teve muita gente que ficou aqui no bairro?

R= É tinha, tinha muita gente que saía, chegava, ficava brincando aqui, outros saía daqui e ia pra Cidade Nova, Marabá, ia pra outros lugar, mas aqui o movimento era grande demais, do pessoal do ouro.

26) E aí de lá pra cá seu Manoel, como é que, tipo assim, nessa época foi bem movimentado, então assim eu percebo que houve um impacto aqui no bairro sobre a questão dos projetos do estado né, questão de construção da transamazônica, construção da ponte que acabou fazendo com que muita gente saísse daqui porque não tinha mais como atravessar nas canoinhas né? Muita coisa foi acabando com a questão dessas construções.

R= Foi porque, é porque o bairro ficou assim quase sem movimento né, aí foi acabando até que o pessoal daqui saíram quase tudo.

27) A construção daqui também, do muro (do aeroporto), a desapropriação mandou muita gente embora.

R= Ah mandou muita gente, aqui eu acho que uma base, eu acho que mais ou menos umas 300 a 400 famílias tinha aqui.

28) E como é a questão da infraestrutura assim no bairro antes e agora, antes era, como é que era tinha alguma infraestrutura?

R= Não tinha, como agora tá melhorando mais um pouquinho mais é muito pouco né, mais a vista do que era aumentou porque já tem esses órgãos que tem aqui né, tem INSS tem tudo, Fórum tem tudo que aqui não tinha nada disso, nem uma delegacia nunca teve aqui, não teve nada, não teve uma farmácia, não tem é nada, como até agora não tem, não.

29) Aí sobre essa questão do uso da infraestrutura né, eu vou lhe perguntar algumas coisas e o senhor vai me falando:

a. Por exemplo primeiro questão de transporte né, não tem transporte dentro do bairro?

R= Tem não,

i. Quem quiser tem que ir lá pra transamazônica pra pegar o transporte?

R= é ou então pedir um táxi ou uma moto pra vir buscar aqui

ii. E agente sabe que muitas vezes a noite nem carro nem moto quer entrar aqui né?

R= é tem deles que não quer entrar aqui.

iii. Mas já teve alguma vez transporte aqui?

R= Teve, teve uma vez que tinha as combi, quando eu cheguei pra cá tinha as combi do Ariston, aí tinha as combi, tinha os táxi que fazia ponta ali na beira do rio, aí com a continuação do pessoal sair que acabou tudo, aí nunca mais veio né.

iv. Mas ônibus nunca teve?

R= Não entrou ainda umas vezes aqui mas parece que o pessoal não deu confiança aí saíram, aí não vem mais.

b. E questão de saúde, como é que é aqui no bairro?

R= Ah saúde é precária demais, tem um postinho de saúde mais é mesmo que não ter porque agente vai lá e não tem quem atenda.

i. Então tem o posto mas não tem o pessoal pra atender, medicamento tem?

R= É difícil, eu mesmo fui lá já me consultar umas duas vez, consultava mas não tinha remédio.

ii. Agora tão construindo a UPA, bem aqui né, o senhor acha que pode melhorar?

R= Ah, ai não sei mas pode dar uma melhorada também né (risos) ou melhorar ou apiorar de uma vez.

- c. **Questão de saneamento básico, tipo assim, esgoto, é um tempo desses eles estavam começando a abrir as ruas para poder colocar a questão do encanamento.**

R= já, já tem aqui, já deixaram ai.

- i. **Mas fizeram ligação pras casas?**

R= Não, ainda não.

- ii. **Também não falaram nada de quando vão fazer, se vão fazer?**

R= Não, nunca ninguém veio aqui falar nada, não.

- iii. **Então por exemplo, hoje aqui as casas no Amapá usam mais é foça.**

R= é, é mais é foça, a água tem a água da COSANPA, tem dia que vem outro dia que passa o dia sem ver a água.

- d. **E questão de tratamento de lixo, tem coleta de lixo?**

R= Num tá tendo, tá tendo vem um carro pega um dia, passa não sei quantos dias sem pegar, a rua nunca mais ninguém limpou, tá ai oh tá sujeira ai na rua ninguém limpa não.

- i. **E a questão do saneamento, eles fizeram a ligação dos canos, mas eles colocaram bueiro nas ruas? Bueiro assim pra cair a água da chuva?**

R= Tem, acolocaram aqui nessa rua mesmo, só aqui na rua do Aeroporto é.

- e. **E questão de acessibilidade, por exemplo pra idoso, pra cadeirante, questão de calçada?**

R= Não tá tendo,

- i. **Rampa pra cadeirante subir nas calçadas**

R= nunca fizeram não

- ii. **faixa de pedestres nas ruas**

R= não tem

- iii. **Mesmo aquele quebra molas**

R= Rapaz assim mais é o pessoal mesmo do bairro que faz, mas eles não, nunca fizeram não, aqui quem faz é o pessoal mesmo.

f. Iluminação pública como é que é no bairro?

R= Não tá até mais ou menos né, tem uns postes que falta luz, mas eles de vez em quando vem ajeitar.

g. Policiamento, tem policiamento no bairro?

R= Tem assim, eles tem vez que vem tem dia que vem 3, 4, 5 vez mas não é bem regular não.

i. E não tem um posto dentro do bairro?

R= Tem não, tem não.

ii. Mas como é que o senhor acha? o bairro ele é tranquilo? Ele é mais violento? Como é que tá o bairro hoje?

R= Não, ele só é mais violento por causa da droga, que tem droga demais, é o, a juventude não tem jeito, aí agente fica agoniado por causa disso né, aí agente fica até com medo, as criança, é só a criança que meche mais, começa a fumar usa é no meio da rua mesmo do bairro.

iii. Mas questão assim de é assalto?

R= Não assalto tem até pouco, não tem não, não.

iv. Violência assim mesmo de assassinato?

R= Não é difícil, é difícil, já aconteceu mas é difícil.

h. Educação no bairro como é que é? Tem escola? Atende a comunidade de fato?

R= Tá atendendo, até mais ou menos, já tem colégio.

i. Voltando pra questão do transporte, porque que vocês acham que não tem transporte público no bairro? Ônibus não entra aqui no bairro?

R= É porque só tem uma entrada

i. É complicado né? Porque por exemplo quem mora lá na rua das cacimbas pra vir de lá.

R= É longe, é longe é (risos)

j. Questão de iluminação, energia tem da CELPA não é?

R= Tem, tem.

k. A água o senhor já falou que tem da COSANPA né?

R= É, tem um poço aí (referindo-se ao poço e a fonte pública do bairro) mas agora mesmo cortaram a energia o prefeito não pagou, cortaram nós tava

bebendo água da CELPA, agora que o PINDOR (morador do bairro) tá pelejando pra ajeitar que o vereador aqui (Ubirajara) nunca ligou com nada aqui.

30) E aqui, tem assim associação de moradores aqui no bairro?

R= Tem, tem a associação de moradores que é a Ivone.

31) E como é que tá associação de moradores hoje? Ela trabalha? Tem uma atuação com a população? Reivindica os direitos?

R= Não é porque tá fraquinha ainda, agora que ela tá começando, tá fraca ainda.

32) Mas já teve alguma ação da associação assim no bairro, curso, alguma coisa do tipo?

R= tá começando, tão começando aí no mercado vei (local onde a associação instalou sua sede), tem uma, lugar das muié maiar, fazer maiação, os as crianças brincar de judô, de capoeira, tá começando agora é, na associação né, tá começando a caminhar agora.

33) E assim, como é que era aqui no tempo da ditadura militar?

R= Ah ai era meio complicado né, que eu cheguei quase nesse tempo né, aqui era perigoso demais, ai não podia dar um pulo que ai já entrava no cacete (risos)

34) E questão por exemplo, que teve a guerrilha também nessa época, a guerrilha do araguaia, é teve algum reflexo disso aqui no bairro?

R= Não que eu saiba não porque quando eu cheguei já tinha quase passado né.

35) E assim, de lá pra cá, o que que o senhor pode dizer assim que já conseguiu e que ainda falta conseguir, e o que que o senhor fala assim a respeito do bairro, por exemplo, mesmo com todos esses problemas né que foi apresentado, mas muita gente não sai daqui do bairro né? O senhor não sairia do bairro?

R= Eu mesmo só saio daqui pro cemitério (risos) é que eu gosto muito de meu bairro.

36) Então assim, mesmo com todos os problemas, mas vocês tem um amor pelo bairro? Muitos cresceram aqui, outros criaram os filhos aqui.

R= Tem um amor pelo bairro é, é minhas crianças foi tudo nascida aqui, já tem menino com mais de 30 anos, e eu não largo o Amapá.

37) E aí assim, o que o senhor acha que poderia ser feito, o que que falta do estado pra melhorar esse bairro?

R= Aqui só falta entrar um governador que olhe pra nosso bairro, um prefeito que aqui tudo que entra nenhum olha pra cá, o bairro é esquecido, nosso bairro é esquecido demais.

38) Mas em tempo de eleição vem muito político pra cá?

R= Ah ai vem todo mundo pegar na mão da gente né, só se lembra no tempo né.

39) Mas na prática já teve algum governo que fez alguma coisa pelo bairro?

R= Aqui nunca achei nenhum, desde 74 que eu moro aqui e nunca vi nenhum.

40) Então mesmo tipo assim, sendo um bairro tão antigo, mas acaba que o poder público não olha pra ele?

R= Não olha pra cá.

41) E é um bairro que tá no centro da cidade né?

R= Tá no centro da cidade, que podia olhar pro bairro mas, cê vê as lixeira que tem no bairro, ninguém olha pro bairro.

42) E assim, aqui o bairro ele era maior antes né? Ele pegava aquela parte de lá também (parte que hoje pertence a INFRAERO).

R= Pegava a de lá e a de cá do que aqui do aeroporto era daqui 4 KM tudo era rua.

43) E aquela parte de lá depois da transamazônica é amapá?

R= É Amapá também é, é Amapá, o Incra todim é Amapá é.

44) E aí assim o senhor vê alguma diferença entre aquela parte de lá e essa parte de cá?

R= A de lá tem diferença da de cá tem grande, grande mesmo.

45) O que que o senhor vê assim de diferença?

R= É porque pra lá que tem o pessoal mais rico eles olha só pra lá, pra cá pessoal pobre não oia pra nós.

46) Então pra cá, pra parte de mora o pessoal de maior poder aquisitivo, e aqui?

R= é, é e aqui só mora os pobre.

47) Então acaba que pra lá tem mais coisas?

R= Tem porque pra cá não tem nada, o que tem é só os morador mesmo.

48) E falando nisso, eu vi que construíram uma passarela ali, mas eu vejo que a maior parte do tempo que eu passo lá não tá funcionando.

R= Nunca foi terminado

49) Alguém já falou, já ouviu falar porque que aquilo ali tá ali e nunca funciona?

R= Não nunca falaram porque que não funciona não, porque todo tempo diz que é pra tal dia tá no jeito, tal dia dá pronto, e nunca foi dado pronto.

50) Então acaba que não funciona aquela passarela?

R= Não, não.

51) Então assim, aqui assim só pra finalizar, é, o que que o senhor fala assim quer resumir sobre o bairro, o que que poderia, o que que o senhor queria pro bairro pra melhorar?

R= Não, eu só queria que entrasse um prefeito bom, um vereador bom, pra olhar pra nosso bairro, ao menos pra calçar as rua, ajeitar nossa cidade porque não tem nada ajeitado.

APÊNDICE C - ENTREVISTA WILZA CLÉLIA FRAGAS CARVALHO

1) Vamos começar falando de como era quando a senhora chegou aqui, de onde a senhora veio?

R= Quando eu cheguei aqui tinha 4 casas, na época né, eu vim porcausa de uma enchente que teve em Marabá, eu não tive pai nem mãe, sou filha adotiva, esse senhor que me adotou o João Ceneima é um grande artista de Marabá, ai ele comprou um barraquim que era até de palha e o outro que ficava aqui nesse, que tinha um barraquim aqui né, umas casinha e nossa igreja, ai agente veio pra cá, aí quando a enchente passava agente retornava de volta pra Velha Marabá de novo, porque a maior enchente que teve aqui foi a de 80 e a de 57, foi uma das maior enchente que teve aqui no bairro, em Marabá.

2) E ai, então assim a população aqui o bairro começou a ficar populoso com essa vinda do pessoal da velha pra cá. Ai muita gente começou a vim e alguns começaram a ficar?

R= De lá pra cá, não, não foi assim, começou com o tiro de guerra porque eram poucas casas que tinham, ai esse pedaço aqui tudo era tiro de guerra, do exército, ai eles fornecia comida, dava alimento pra nós, tinha 1, 2, 3 umas 10 casas, ai arrente pobre né, você sabe como é a pobreza né é baixa renda, arrente vinha e pedia comida pra eles, que arrente já tava alagado né, ai eles ajudava nós, ai foi na época da guerrilha ai pegaram muito terrorista, ai na época surgiu muito terrorista, ai subindo lá onde é o Pedro Cavalcante era uma escola, ai fecharam nessa época né fecharam porque eles atacaram, ai eu tenho até medo de falar isso, mas é verdade né fia? Ai atacaram lá e fizeram um posto de saúde, tiraram eles de lá.

3) Ai começou assim, ai invadiram?

R= Ai começou a invasão

4) Ai de lá, na época não tinha nada aqui de infraestrutura era só área?

R= Não, não, nada, nada, só os terrenos né, ai vinha a pessoa limpava ai fazia um barraquim, fazia um outro ali, fazia outro acolá, era assim.

5) Não tinha transamazônica ainda?

R= Não, transamazônica já existia, não tinha era a ponte porque arrente andava pelas canoinhas, a transamazônica já existia, que eles vieram de lá né, o povo da guerrilha, vieram pela transamazônica era.

6) E quando foi que começou a ficar mais populoso aqui o bairro? A senhora lembra a época e porque que começou a aumentar o número de pessoas morando no bairro?

R= Foi em, parece que em 1974, foi, começou a chegar as pessoas né, ai começou a se localizar a invadir, fazer casas.

7) E esse povo, vinha muita gente de fora do estado?

R= Não, não, era só daqui mesmo da redondeza, gente das roça né, que tem roça aqui perto, ai vinha.

8) E aí quando foi que o bairro começou a se configurar como bairro mesmo assim, ter mais infraestrutura, o estado, o município entrar e começar a fazer alguma bem feitoria?

R= Desde depois de 1980, que surgiu ai começou vir escola, vir comércio, que nada disso tinha né, ai começou a entrar carro, é ônibus não porque isso nunca existiu aqui no bairro, era moto.

9) E quando foi que começou, quando a senhora veio pra cá ainda não tinha a travessia das canoinhas?

R= Tinha já, começou por lá a travessia de barco, não tinha ponte e não tinha, é vamos supor, até São Félix, não tem São Félix? Não tinha aquela ponte pra ir pra São Félix, ali arrente ia de balsa, aqui tinha balsa mas mais era canoa, canoa e o primeiro canoeiro foi o seu Domingos, que trazia os aluno que dos seus senhores, que na época agente chamava de seus senhores né, aí a melhor escola que tinha era o Santa Terezinha, que tinha as freiras, os padre, a coisa mais linda, eu estudei lá que me deram oportunidade pra mim estudar e limpar, se eu quisesse estudar eu tinha que limpar tudim, varrer, mas era bom demais.

10) E aí, a escola lá, então o Santa Terezinha começou por qual época? Quando a senhora chegou aqui ainda não tinha não era a escola Santa Terezinha?

R= Já, já tinha, não sei se era 73 já tinha, já porque na época eu morava em Marabá e atravessava de canoa com o seu Domingos pra vir pra escola. Ai foi dado pela irmã Thiodora ai mar é linda, morreu minha bichinha, ela que me deu, me disse olha wilza eu vou eu vou trazer você se você quiser eu vou te dar essa oportunidade, ai eu varria a minha sala e ao mesmo tempo estudava, ela era muito boa, tinha a Noquinha, olha os dedinhos (risos) linda a Noquinha linda linda, ela trabalhou muitos anos ai.

11) E a senhora lembra quando deixou de ser escola de freira, porque antes era escola católica né? Era uma escola católica.

R= isso, é porque tinha freiras, os padre.

12) E quando foi que deixou de ser? A senhora lembra mais ou menos?

R= Ah meu Deus do céu, deixa eu ver mais ou menos, minha filha tinha, deixa eu ver, ela tem 38 anos, calcula ai pra mim, minha tia tinha, deixa eu ver ela é de 79, de 90 na década de 90, não, não foi mais, foi noventa e poucos anos de 90.

13) E aqui como é que era aqui o movimento na época quando tinha um fluxo grande de travessia das canoinhas?

R= Ah era ótimo.

14) Tinha muita coisa aqui no bairro?

R= Nada.

15) Mas assim, questão de comércio?

R= Não, não, tinha não.

16) Então nunca teve assim?

R= Não, veio surgir agora, dum certo tempo pra cá que começou a surgir, aí começou a entrar os carros do areial que tem o areial aí né, aí tira a areia, é, é seixo, barro, vai acabar com nossa praia.

17) E como é que, tipo assim, a questão da construção da ponte, teve impacto aqui no bairro? Por causa da travessia das canoinhas?

R= Teve morte fã, teve morte, porque assim, é como é que dá o nome meu Deus do Céu, o que construiu e os que fazem né, o engenheiro, o engenheiro sempre tem a prioridade né, ganha mais e teve acidente com quem construiu a ponte, teve morte.

18) Então teve muito acidente na época?

R= Não, muito não, mas teve, teve, teve acidente.

19) Aí quando a ponte ficou pronta, que não tinha mais porque fazer a travessia aqui na canoinha e sim pela ponte, qual foi o impacto disso pro bairro?

R= Foi assim, foi uma calamidade, porque acabou com a travessia aqui né, e as pessoas que fazia essa redondeza todinha aqui, ia por lá e pegava transporte pra circular Marabá, Nova Marabá e outros setores, aí aqui acabou, eles ficaram muito chocados né, porque era o ganha pão deles, era a travessia deles, foi o ganha pão deles que acabou, hoje tem movimento por causa da praia né, aí as pessoas tem que ir aqui, lota e vai pra praia, mas passou isso acabou.

20) E aí o pessoal que sobrevivia disso, muitos foram embora?

R= Não, não foi nem embora, faleceu, morreu, acabou, o ganha pão e tudo.

21) E com relação a isso aqui, essa área do aeroporto, é como foi quando desocuparam essa área aí pra poder construir? Porque antes tinha gente que morava aí.

R= Não, aí, não, foi assim, tinha só um pedaço, um setorzim, um pedaço que é, é dos alagado que vinha de Marabá pra aquele pedaço lá onde tinha a igreja católica que justamente é essa que nós tem aqui infrente casa, agora aqui era cercado de arame, os aviões quando passa, até hoje, ele passa muito baixo fã, só que não era lá infrente, ele era bím aqui assim, ele aterrissava bím aqui, tá lá o portão, é bem pertim, aí você passava aqui você via o avião aterrissar, só que agora fizeram mais longe e aí fica só o portão, onde era, e na época era um telegrafo que é até um amigo meu, ele telgrafa assim tan taran ran ran ran tan, hoje tudo é no computador coisa mais linda né, e na época era tudo no, no telegrafo.

22) E quando é, mas só que mesmo assim tinha gente que morava nesse pedacinho, ali né, no pedacinho?

R= É, depois que todos nós saímos daí, ai tinha uma casa muito comprida, ai eles deram pros leproso, tinha vários leproso, não, não era a casa deles, era onde eles trazia gado, matava gado né, botava aqui, ai como acabou essas coisa, ai deixaram os leproso, ai foi botando eles lá dentro e um caia os dedo, outro tava pro cemitério, até eu tu acredita (risos) pegava comida escondida do papai e levava lá pros leproso comer, ai eles faleceram, ai acabou, tem até o cemitério, teve cemitério ai dentro, teve.

23) Tinha um a feira também aqui antigamente não tinha?

R= Não, não era feira, era um mercado aqui é, um mercadozim, não era feira é, vendia um peixinho, vendia uma coisinha, vendia outra, num é aquele mercado que agente acha que tinha, porque aqui sempre foi coisas de baixa renda, não é coisas.

24) E quando foi que acabou esse mercado, por que época? Essa época que acabou o movimento aqui?

R= Na época da ARENA, a ARENA, porque hoje você vê que hoje nós tem quantos mil candidato? PMDB, SDB, PT, e nessa época era ARENA, só tinha um partido e acabou, da ditadura, ai acabou.

25) E essa pista do aeroporto, a senhora falou que era mais pra cá né? E quando vocês começaram a ocupar essa área aqui já tinha a pista?

R= Era aqui logo, era uma pequena pista, quando ele aterrissava logo aqui, aqui perto, ai com o tempo eles levaram lá pro KM 02 pra lá, mas sempre foi bem aqui, você viu o avião passar ó, aí tu diz assim, meu Deus do céu o avião vai rá passar por cima da nossa cabeça, é bem aqui pertinho, olha na época a casa do meu pai pegou fogo, esse que me adotou né, ai ele pegou nós e nossa família, o senhor Diogo Maranhão foi quem fez, agente pegou o avião bem aqui, aqui perto do muro, aqui na entrada, ai nós fomos pra Brasília, só que o avião que agente pegou, era a Catalina, me lembro que nem hoje, o avião Catalina, quando chegou em certo lugar, ele fiiuuuuuuuuu bateu com a asa, a valença é que bateu na castanheira, ai tirarum minha mãe pela escada, nós criança tudim, pegava nós e jogava de lá pra cá, arrente vei de barco de imperatriz, agente parou em Mãe Maria, ai de Mãe Maria nós viemo pra cá, mas era bim aqui o aeroporto, agora que fizeram mais longe.

26) Então pelo que eu entendi o bairro aqui, que não era bairro antes, ele começou mais por essa vinda do pessoal ali da velha pra cá no tempo da enchente e depois foi ocupando a área aqui?

R= Não só era um povoadozim, era da velha pra cá, ocupando e pegando porque aqui ninguém vendia lote aquele que chegasse primeiro era freguês (risos).

27) Essa área aqui era do estado? Da união?

R= Não, ninguém sabe, de quem era essa área, diz que a área que agente ocupou é da INFRAERO, até hoje, até hoje nós sabemos que todas essas áreas que agente ocupa é da INFRAERO.

28) Mas aqui já titularam não foi?

R= Não, não, veio o SDU né, aquele SDU mas nunca, é só iniciaram apregaram nas coisas mas não foi a fundo.

29) E assim em relação a infraestrutura do bairro, né, asfalto, saneamento, pode falar o que que a senhora acha a respeito disso.

R= Não o que eu achei a respeito disso é, é melar rua foi o Maurino ele que veio de lá da rua das cacimba aí começou né, botar né, eu até que gostei né, porquê agente vivia na lama, aquela poeira aquela coisa toda, quer dizer que até hoje agente vive na poeira mas como antes nós vivia pior.

30) E aí questão de saneamento não tem esgoto ainda?

R= Aqui minha fia a água sai da casa do vizim, passa pra outra casa do vizim e vai embora.

31) E questão de lazer aqui no bairro? Área pública de lazer, praça?

R= Aqui não existe, não praça essas coisas, quem quiser ir pra praça se a mãe leva lá pra cidade nova mar aqui mesmo não tem.

32) E questão de transporte?

R= Esse é que não tem (risos) se você não tiver uma moto, um carro ou uma bicicleta, você tem que caminha atéeeee na parada pra pegar um transporte.

33) E aí como a senhora tava falando, como eu tava perguntando antes, porque que a senhora acha que não tem ainda esse transporte?

R= Porque nós nunca tivemos um vereador, porque quando agente quer eleger um vereador, aí aproxima quantas pessoas, fulano de tal, beltrano, cicrano e, e, e, e aí nunca consegue, aí as pessoas se divide, não eu vou votar em fulando, não eu vou votar em fulano porque eu acho que ele vai ganhar, eu vou votar no Jorge do fugão porque o Jorge do fugão também vai ganhar, aí agente quer votar no Pindor, aí as pessoa atrapalha, ei tem ooooo, não eu não vou falar o nome né, e votaram no Ubirajara, o que foi que o Ubirajara fez? Nada, botou duas placa, agente anda em placa? Não, disse que ia fazer isso e aquilo, agente quer eleger esse senhor bem aí ó, esse aí que é o senhor Pindor, mas os outros candidato não deixa, porque as pessoas se divide, e aí acaba sem, o bairro sem ter vereador.

34) Mas na época de eleição vem muita gente aqui não vem? Muito político?

R= Se tem (risos) se vem? Vem gente da liberdade, vem gente da cidade nova, vem gente de novo horizonte, vem gente de todo lugar, pra votar e pedir voto.

35) Hoje o que que a senhora acha além de transporte?

R= Aqui falta tudo, agente precisa de uma farmácia, eu trabalho com arte, se você ver meus trabalhos com arte agente não acha tem que ir na cidade nova comprar, é linha, o que você pra corte e costura, tem que ir na cidade nova, se você quer um bom alimento, supermercado aqui não tem, tem que ir atrás na cidade nova, ou então lá no, no Mateus né (risos), onde, quantos quilômetros da no Mateus hein (risos)? Um tanto e uma porrada e quem não tem transporte, tem que ir no pé, aí vim com as sacolinhas o peso nas mãos.

36) Então assim, além da infraestrutura pública, falta também comércio no bairro?

R= É, falta tudo aqui fia, tudo, comércio, farmácia, é, é materiais de construção aqui não tem, se você quiser trabalhar com construção tem que ir láaaaaa, longe né comprar, tem que ter materiais de, como é que é o nome, não padaria já surgiu, ah papelaria jamais aqui não tem, a padaria surgiu tem uns 3 dias a padaria.

37) E a educação?

R= Agora sobre educação no bairro, é muito crítico porque as vezes eu tenho até vergonha de falar porque tem muita mãe que não tem educação não tem moral, nunca foi estruturada, nunca né, ai manda os filhos pra escola pra se ver livre, o menino é dia e noite na rua, você chega aqui uma hora, duas horas, é criança correndo na rua, ai arrente não pode reclamar né, porque tem muitas pessoas que, sobre isso eu não quero falar fia.

38) Mas assim, questão de escola?

R= Não, escola tem, tem, agora saber se o menino passa ou não porque hoje, não pode reprovar uma criança, ai ele fica, quando ele chega no nível superior, ou no nível médio, ele não sabe de nada, porque ele não pode se reprovar, e quando reprova eles querem fazer do jeito deles, que adolescente você sabe como é né, eles querem, por isso que eu sai, e não quero mais trabalhar com adolescente, só com o ensino infantil.

39) Aqui no bairro tem associação não é? Associação de moradores?

R= Disse que é esse negócio ai ó, mas é pra uns e outros não.

40) Então a associação ela não atua mesmo assim com toda a população?

R= Não, não.

41) E ela é recente essa associação?

R= Antigamente era da Dona Maria da Conceição, ai existia, tinha corte e costura, tinha tudo, estudo pra criança, tinha tudo, na época da dona Maria da Conceição, ai surgiu esse, já um dia desses ai, mas é assim, é pra uns e outros não.

42) Então assim, resumindo, a senhora queria falar mais alguma coisa, sobre o bairro, é por exemplo, questão de o bairro mesmo nessas condições, muita gente ainda fica aqui e não quer sair aqui do bairro.

R= Não tu sabe porque eu não quero sair daqui? Se eu tivesse condições de sair daqui eu sairia, mas com uma condição, se eu tivesse condição de pagar uma pessoa pra cuidar de uma filha que eu tenho deficiente, mas sobre outras coisa, eu tenho essa minha menina aí, todo mundo toma conta dela, os próprio vizim ajuda, esse senhor que vem vindo bem aí ajuda, se precisar de ir no médico, esse senhor bem aí ajuda.

43) Então assim tem uma questão comunitária?

R= É nós temos um, um agrupamento, uns ajuda o outro, as veze dia de aniversário é, é dia dos pai, dia das mãe, aí tu só vê panelinha, olha leva isso aqui pra fulano, leva isso aqui pra beltrano, aí vai as cumida pra cada casa, aqui todo mundo é assim, só não os que agente ainda não conhece né, que rá tem gente de fora que trabalha, ainda não tem contato né, mas os que nós conhecemos, minino é uma delícia, é muito bom, ninguém morre de fome aqui no bairro (risos), aí já tem a beira do rio aí pra gente pescar, pegar um peixim, come com farinha, minino é bom demais.

44) Então assim, pra o bairro ficar mesmo assim perfeito digamos, o que que falta aí?

R= Tinha que ter, pra ser perfeito, rede de esgoto, farmácia, é, é, é assim um, um, um vamos supor meu Deus, o que eu queria falar, supermercado, padaria boa e transporte principalmente, e transporte principalmente.

45) Eu acho que tinha que ter uma atuação maior do governo até pra que desse estrutura pra que viesse essas outras coisa né, comércio, farmácia, porque as vezes não vem porque não tem nem estrutura, aí o pessoal não se interessa de vir pra cá.

R= Não tem, não tem, e aí as vezes os que se interessa de vir pra cá são nível baixo né, porque nós temo nível baixo, nível superior, e nível né, aí a maioria são famílias pequenas que não pode dizer que é pobre né, porque isso é feio, nós temos famílias pequena, mães que não se controla pari demais não dá conta de criar os filho, essa coisa toda.

46) Então assim o bairro mesmo com todos esses problemas mas ele é muito bom porcausa da questão da união, e acaba impedindo com que muita gente saia daqui essa questão

47) R= Ele é bom porcausa da união é.

48) E assim, só a última pergunta, tem alguma diferença, a senhora vê uma diferença grande entre aquela parte do bairro, aquela parte ali de cima né, onde tem, e essa parte daqui?

R= Tem muita diferença fia, tem porque lá é a classe média e aqui é que nem eu te expliquei, lá é classe média e aqui é classe né.

49) E aí a senhora acha que por lá ser uma classe média tem mais coisas?

R= Tem, tem estrutura, tem vamo, construções, tem casas boas, tem moradia boa, tem como pode criar tem supermercado, tem é só ainda não tem farmácia, tem banco, aqui não tem nada

disso, então é uma divisão dentro do próprio bairro, uma divisão, pra lá tem tudo, aqui falta , mas é por isso que eu separo os dois, que aqui é uma favela e lá é classe média.

50) Há uma divisão dentro do próprio bairro, a forma como é tratada uma parte.

R= É, como é tratado lá.

APÊNDICE D - ENTREVISTA ANTÔNIO ALVES DA SILVA (TÁ NA HORA)

1) Há quanto tempo o senhor mora no amapá?

R= uns oitenta e poucos anos já.

2) O senhor mora aqui desde criança?

R= Não, não moro criança não, eu vim de lá do maranhão, lá do Piauí, aí eu vim fiquei aqui, mar num, num.

3) Quando o senhor chegou aqui como é que era isso aqui?

R= Rapaz isso aqui era uma coisa que não tinha nem estrada, não tinha nada aqui, só o caminho, não tinha nada não.

4) E isso aqui o senhor ocupou foi?

R= É não ai eu comprei essa, eu comprei esse lote aqui, e aí fiz a casa fui morando, e andei ai.

5) E na época quando o senhor veio pra cá, tinha muita gente morando aqui?

R= tinha nada, aqui não tinha gente não, muito pouco, era.

6) Ai foi ficando populoso depois?

R= É ai o povo forum fazendo casa, forum fazendo rua, ai forum fazendo rua, ai não tinha rua, ai tinha essa rua aqui fizeram essa rua ai, ai naquele tempo andava ai, “rapaz como que é o nome dessa rua aqui”, ai eu digo “rapaz não sei não”, bota “rua das cacimbas” ai ficou, é ficou rua das cacimba todo tempo.

7) E aí o pessoal que veio pra cá começou a vir pra cá porque? O senhor sabe?

R= É aí você sabe que em tempo de enchente o cara vem morar por aqui ai vai morando.

8) Então a maioria da população começou a povoar aqui o bairro foi fugindo da enchente?

R= É aqui foi mais no tempo da enchente em 77, aqui era bem aí.

9) E de lá pra cá tipo assim, antigamente tinha um movimento aqui porcausa das canoinhas né?

R= É, aí tinha um movimento grande, um movimento de, de muita gente ai, comprando, vendendo e tudo ai, em 52, em 52 não em, no, sei não. Pois é eu cheguei pra cá em 52, em 52 aí não tinha nada aqui, aí eu tinha, eu comprei esse terreno aqui com duas peça de madeira, eu fiz a casa aqui e fiquei morando, todo tempo eu fiquei morando aqui.

10) E quando construíram a ponte ali da cidade nova, mudou o bairro porcausa, a população?

R= Não, ali não sei nada não, não sei como foi que afizerum não, ai com a continuação vai multiplicando, vai ajuntando o povo, vai ficando o povo, ai vai ficando, vai chegando mais gente, acostumado a chegar gente ai.

11) E hoje, como é que o senhor acha tipo assim o bairro em termo de infraestrutura, do governo, tipo assim, faz alguma coisa pelo bairro?

R= Aqui não, não tem não, agora que tão fazendo esse negócio ali, de criança, que tão fazendo ali.

12) E o que que o senhor acha que falta assim pro bairro?

R= Rapaz eu não sei não, eu não sei nem dizer porque eu, aqui falta muita coisa.

13) É um bairro muito antigo né? Tinha que ter mais coisas.

R= Aqui é antigo, muito é antigo.

14) E porque que o senhor acha que não tem mais coisas aqui no bairro?

R= É porque o povo fica assim, querendo se amarrar, era até luz, até o motor de luz aqui, já vem da usina ali o ponto de luz.

15) Então a energia aqui não é a pública? Não é da CELPA?

R= É da CELPA, ela passou ali naquele tempo, ela botô ai, era a CELPA, ai o Chamon que foi quem botou essa energia ai, disse eu vou botar a energia se eles não fizeram eles não deram fé de você.

16) E tem, aqui tem água encanada da COSANPA?

R= Tem, tem água encanada.

17) Tem escola aqui no bairro?

R= Tem, tem escola ali no bairro, ai quando foi pra botar energia aqui foi o próprio Chamon que botou, que botou energia, botou tudo aí.

18) Transporte aqui no bairro, tem? Ônibus pra se locomover aqui no bairro?

R= Tem que ir de pé, ou de carro, ou de moto, de bicicleta.

19) Como é que é a saúde aqui no bairro?

R= Rapaz a saúde aqui, hoje mermo eu tô ruim, hoje eu tô ruim danado.

20) É difícil até pra se consultar né?

R= É difícil aqui é, mar é difícil é em todo lugar é difícil, porque eu já fui muitas vezes, tem um bocado de tempo que eu nem me consulto mais porque eu não vou porque, só pra ir dizer que vai se consultar, e não consulta nada.

21) Agora assim, mesmo com tudo isso, o senhor sairia do bairro? Ou o senhor nunca sairia daqui?

R= Não daqui eu nunca sai, sai assim que eu fui lá pra Macapá.

22) Mas pra outro bairro aqui de marabá o senhor não iria?

R= Não, eu fui em Parauapebas, tinha casa lá tinha tudo lá, vendi e voltei pra cá.

APÊNDICE E - ENTREVISTA MARIA DAS NEVES NERES DA SILVA (DONA TETÉ)

1) Como era o amapá quando a senhora chegou aqui?

R= Hummm era muito bom, demais ixé! Oia tinha as casinha aqui, as casinha daqui até na beira do ri, assim de verdura, era uma feira né, era uma feira, mas siá, mais isso aqui era bom demais, vou te falar que quando nós viemo mermo morar aqui eu fazia dinheiro era com o pau cegando, eu enchia era uma caixa assim todo dia, todo dia cheia de dinheiro, cheia de dinheiro todo dia.

2) Tinha muita gente aqui né?

R= Ave Maria mermã, era bom demais naquele tempo que eu cheguei aqui era bom, o que acabou com isso foi aquela ponte acolá, aquela ponte foi que arrasou com tudo.

3) Porque antes o pessoal vinha pra cá pra atravessar nas canoinhas né?

R= Atravessava por aqui, oia aqui ficava uma fila de carro da beira do rio até aqui, ali no começo da rua das cacimba e outra fila por acolá direto, e aqui era bom demais, Deus e livre.

4) E além de venda de frutas, tinha venda de bebidas?

R= Tinha tudo, tinha tudo aqui, botequim, cabaré tinha pra todo lado (risos).

5) E de noite era mais movimentado do que de dia?

R= Era de dia, era de noite, todo tempo, tô te falando, o Afonso (esposo dela) trabalhava de pedreiro e eu ficava sozinha, o Jordan era como essa meninazinha ali, o Gilberto tava desse tamanho, ficava sozinha mais eles, passava uns 3 mês e eu ficava só com esses menino, e menino, quando ele chegava, oia todo dia eu fazia aquela caixona de dinheiro, eu tinha uma venda aqui até boa, acabou com essa doença dele, tinha depósito tinha tudo, acabou tudim com essa doença dele e, e morreu sempre, da mesma doença.

6) E aí acabou que quando construíram a ponte lá e acabou o movimento?

R= Mermã acabou, parou ai pois eita agora se adoecer uma pessoa não entra mais nenhum carro aqui, não entra mais nem carro nem nada, mas será possível, nada ai quando pensou que não ficou foi mais pior porque ai danou com o diabo dessas caçamba ai que acaba com tudo.

7) Que é as caçamba que tira areia né?

R= É que tira areia, e aí não acabou nada não, quer dizer que diminui porque também não tem mais dinheiro no mundo, tá geral, e só isso.

8) Então assim, o grande responsável por ter mudado né, e ter diminuído, diminuiu a população nessa época quando acabou, quando construíram a ponte? O pessoal foi embora daqui?

R= Diminuiu, ah foi embora muita gente, bem poucos, bem poucos são os mais vei que tinha aqui desses tempos, tudo foram embora, tudo.

9) Porque não tinha mais como viver né aqui?

R= É, tudo foram embora pro rumo da liberdade, praquelas casas novas que derum, pois é.

10) E aquela área ali que é da INFRAERO, ali tinha gente morando antes também, não tinha? Não tinha uma parte ali, da INFRAERO antes de murar?

R= Aqui aberando é? Tinha, tinha eu comprei um terreno lá, porque as inchente quando vinha aqui ai eu ficava com medo pra mim levar o Afonso lá pa cima , eu achava ruim sabe, ai eu comprei um terreno ai foi 650,00, ai fui e tirei, oia ainda hoje eu pago esse dinheiro, eu tirei 2.000,00 pra comprar esse terreno e comprar as teia e tábua pra fazer, a vagabunda de lá do banco do Bradesco, uma negona da bundona, foi e tirou foi 4.100,00, me deu 2.000,00 e ficou com 2.100,00, ainda hoje eu pago esse dinheiro, oia o Afonso nem sonhava de morrer, inda hoje eu pago esse dinheiro tu acredita minha irmã?.

11) E aí lá, quando desapropriaram foi aquela área?

R= É, arrancarum as casa tudo não derum nada, ainda derum as tábua pro Gilberto ai pro Juarez, ai eu peguei a casa lá, ai dei pro Juarez, ai Juarez fica pra tu, ai mãe eu tenho essa casinha pequenininha a senhora quer me vender essa daí porque é maior cabe minhas coisa? Ai eu não, foi no tempo que o Afonso morreu, ai eu não fica pra tu ai minino, ai ele ficou né, ai lá foi esse fole, vai arranca, num arranca, arranca, num arranca, ai cumpouco chegou um horror de gente ai e lá arrancarum tudo, ai derum as tábua, ai disse que era pra pegar um barro que era pra botar num terreno que ele tem aculá que tem um buracão pra botar, e nunca botarum, ainda hoje as tábua tá aqui, só invergando, derum o que, 10, 2 metro ou foi 3, parece que foi 2 metro de tábua, num dá pra fazer uma casa não.

12) Então nunca indenizaram o pessoal?

R= Não, não indenizaram nada, nada, nada mermo.

13) E ai com isso muita gente, mais gente foi embora do bairro também?

R= Foi, meu meninu não foi porque tá morando de casa, ta alugado, de casa alugada

14) E aí é, de lá pra cá dona Teté, como foi o bairro, foi piorando?

R= Foi, foi apiorando, uma hora ta bom outra hora tá ruim, uma hora tá mió outra hora tá pió, e tá desse jeito, e agora que tá pió mermo, porque nem dinheiro não aparece né.

15) E quando a senhora chegou aqui, já tinha a transamazônica né? Só não tinha a ponte.

R= Só não tinha a ponte.

16) E na época do garimpo a senhora tava aqui?

R= Eu tava na macaxeira, no tempo desse garimpo, ai depois que eu rim me imhora pra cá mas quando nós tava na macaxeira, mermã e nois trabaiaando na macaxeira, o Afonso, ai quando era de tarde pra culá assim, agente via aquela tochona, aquela, aquela enorme, gente ê vem oiar, assim era maior do que assim, maior aquela tochona, um fogo, uma coisa mais linda do mundo, foi o tempo que descobriu lá esse garimpo muié, foi, aquela tochona a coisa mar linda, e quando descobriu lá e pronto, ai acabou a tochona, ninguém viu mais.

17) E a senhora tava aqui na época da ditadura? Aqui no bairro na época da ditadura? Na década de 60, 70, 80? Ditadura militar?

R= Acho que não, ou tava, tava pelos mato, nós compremo essa casa aqui e sumimo pro mato, ai foi que viemo pra cá.

18) Hoje dona Teté questão de infraestrutura do bairro, como é que tá? É saneamento, transporte, educação, saúde?

R= Nada, aqui não tem nada bom, nem saúde nem nada, a pessoa faz uma consulta passa, oia uma vez eu, um plantão disse que de doutor ai, eu não sei que doutor era esse ali pro postim, fui me consultei, um bateu chapa aqui, bateu aqui, bateu aqui, ai na hora lá pra ir lá pra bicha aculá, como é o nome? Regional não, lá pro municipal, inda hoje espero, minina já ta cum mais de ano.

19) Espera o resultado?

R= É se fosse pra morrer já tinha morrido num já? Muié do céu.

20) Então assim, questão de é por exemplo, água tem da COSANPA hoje em dia né?

R= Tem mais eu não uso, não, eu uso do poço do Tumaz aqui, ele fez o poço ai diz que até comprar a bomba eu colocó ai, ai eu comprei a bomba e coloquei, mar eles botarum bem aí o coisa, mas eu não uso não.

21) E esgoto, saneamento, tem já?

R= Disse que fizeram por aí, não mas aqui nunca saiu aqui não, não pra cá não.

22) E transporte aqui no bairro?

R= Ah mermã, transporte no tempo que seu Ubirajara (riso) que ganhasse ia ter um transporte aqui bom coletivo, ia ter isso, aquilo outro, nunca, nunca vei nada, nunca apareceu nada, e nem vai aparecer, tá chegando perto de novo que é pra ele tornar a falar, a irmã dele no dia que chegou aqui eu corri e fui me deitar, eu digo ela vem falar e eu vou me deitar, pois ela entrou lá dentro, não siá porque ai, tinha meur menino ainda tava estudando aqui, ah or menino e ar menina aqui pra estudar, não vai mais prculá pra passar perigo dimais passar aculá, carro matar, vamo trazer umas professora boa pra cá, pra botar pra cá, aumentar o colégio ai, muito bem, cadê? Nunca nem ela falou mais, mais ela vem e eu to esperar ela aqui na porta.

23) Que seria o ensino médio né?

R= É, pois é, eu vou esperar ela aqui, ela vem, vem pedir voto pro irmão dela.

24) Então transporte não tem ne?

R= Tem não, transporte só quem tiver o carro, aí arrente paga, tem meu neto aí que tem um carro, agente quiser ir pum lugar que ele tiver aí ele leva agente, é.

25) Posto de saúde tem o Pedro Cavalcante. Mas como é que é lá? Tem pessoa pra consultar, médico?

R= Hora tem outra hora num tem, é assim, minha minina foi pra consultar lá, nunca, aí é só aumentando, não aí passa, agora vai passar num sei quantos dias de novo pra ir.

26) E aquela passarela que fizeram ali, funciona? Aquela que fizeram lá pro pessoal atravessar.

R= Tu sabe que parece que quase ninguém num passa ali por cima, porque acho que parece que faz é custar mais, sobe aculá, desce ali, tora ali, vai acolá, e o cara indo por aqui já sai ligeiro.

27) E questão de aqui, acessibilidade pra cadeirante, pra idoso, as calçadas, são esburacadas? São niveladas? Tem rampa pra cadeirante?

R= Aqui não tem, não aqui não tem, só aqui em casa porque tem um irmão meu ali que pe aleijado e pediu pra fazer e fizemo, bem aí, essa rampinha que tem bem aí, mas aí ele se danou pra ir embora disse que vai falar com a Zilma, Vilma, Dilma é e peitou no mundo, aí voltou e já tá lá no mesmo lugar, lá no marabá, dizendo ele que falou mas é mentira, num falou com ninguém, tu acha que fala, pobre, ruummm.

28) E dona Teté a senhora acha que tem diferença entre, dentro do bairro, assim entre aquela área de lá e essa daqui? Aquela área mais de cima.

R= Eu acho que o povo acha que tem num é? Porque daculá pra cá tudo é Amapá, pois é, mais o povo pensa que Amapá é só aqui na beira do rio, aí diz que aqui é reimoso, que agente mata, pinta e borda, tudo é mentira mermã, porque vou te falar ó lugar mais tranquilo que tem é aqui, é, pra Liberdade só vejo matou, furou, o povo não acha que é reimoso, é reimoso é aqui no Amapá, oia mermã aqui se tu quiser passar a noite todinha sentada bem na porta, a porta aberta num tem nenhum que vem dizer que tu é feia, e pra essas banda lá o ladrão chega te mata, roba pinta e borda né? Mas aqui graças a Deus se eu quiser passar a noite todinha sentada na porta você passa e não tem nem quem diga que você é feia, é desse jeito, por isso que tem gente que vai pum lugar “você mora onde”, eu moro na liberdade, moro no Marabá, eu não eu digo “eu moro no Amapá e eu me orgulho”, e eu ainda digo é assim, que não tem um lugar melhor, pois é, agente fica tranquilo ó, uma eu não gosto de tá na casa pra mim ficar trancada, eu não matei ninguém, com as porta fechada lá pra dentro, tudo trancado, num matei deixa eu matar um, aí tá certo mas eu num matei, eu gosto de ficar é escancarada aí e abre tudo, ver um tudo passar.

29) Mas assim aquela parte de lá né, tem INSS, tem...

R= Pois é tudo é Amapá, aqui ó o campo de avião, aí tudo é Amapá, daqui aberando até muito dentro tudo é Amapá.

30) Mas a senhora acha que pra lá tem mais coisa, mais infraestrutura do que aqui?

R= Tem que aqui não tem nada mermã, pra cá só tem pobre.

31) Porque que a senhora acha que pra lá tem mais?

R= É porque só tem oia, só tem é, é doutor, devogado é só o que tem ali naquela área, é só o que tem prali pe adevogado, e aqui o que que tem aqui, só cu rapado.

32) Ai acontece que fazem mais coisa pra lá do que pra cá?

R= É, é verdade, pra cá só tem mais pobre, até agora chegou essa padaria ai é até bacana sabe, essa padaria que ar menina truxerum prai.

33) Aí além de infraestrutura pública né, então falta também mais comércio? Que agora veio uma padaria pra cá que antes não tinha né?

R= É, tinha não, tinha aquela acolá, aquela padaria acarum de fazer aquela, aquela imundiça bem na frente né, que ali é que ficou feia, aquele negócio, ai não a menina alugou essa parte do Fogoió aí agora o Fogoió tá morto de arrependido porque alugou a casa, pois é ta arrependido, mas agente deu consei, moço não vai alugar a sua casa, agora tá arrependido, aí ele tem uma casa lá em cima, foi pra lá, agora já ta voltando pra cá pra morar no fundo da casa dele.

34) E assim dona Teté então assim, pra resumir né, o bairro, primeiro, só mais uma pergunta, quando a senhora, o bairro aqui, a senhora tem ideia de como ele começou? Foi o pessoal vindo da velha pra cá que começaram a ocupar? Ou a senhora não tem ideia de como o bairro começou?

R= Não siá, quando eu cheguei aqui já tinha, agora o povo fala que aqui foi começado foi mais do que lá no Marabá, é or mais véi fala, aham, pois é.

35) E outra coisa, assim, considerando o tempo que a senhora mora aqui né, é o que que a senhora acha que devia ter no bairro, o que que poderia ser feito pra melhorar o bairro?

R= Ô siá muitas coisa, muitas coisa, esse areal aí danado, uma poeira danada que não tem quem aguente, dessas caçamba que toda vida eles diz que vem ajeitar ai, ajeita um pedacinho até acolá aí pronto, ai bota não ta tudo ajeitado, num tem nada arrumado, entra prefeito, sai prefeito, ninguém nunca arruma aqui.

36) E além disso? Infraestrutura, tudo?

R= É, não tem não.

37) E mesmo com tudo isso, a senhora nunca pensou em sair daqui?

R= Eu não siá, porque eu imagino assim quando eu era mais nova que eu podia sair eu nunca saí, depois de véa, eu vou pra onde mermã, tem que ficar aqui quietinha pra morrer quieta em casa, que eu agora no dia 5 de agosto eu completei 78 ano, 78 ano aí eu vou sair pra onde mia fia? Tem que morrer quietinha aqui ná? Oia eu imagino se fosse mais nova eu já tinha feito minha casa, mas como eu tô nessa idade, quem de novo não morre de vei não escapa, eu num vou fazer que é pra não dar uma briga grande, porque eu faço lá eu morro ai o povo vão brigar porque a casa feita, bunitinha, ai um quer, outro que, vão se matar que nem matarum praulá um subrim meu, ai eu não quero isso, quem quiser quando eu morrer que quiser ajeitar que ajeite, por mim fica aí, é num é? Quem de novo não morre de véi não escapa, quem já tá com 78 ano mermã, isso é brincadeira (risos).

38) Pois é dona Teté, a senhora queria falar mais alguma coisa sobre o bairro que a senhora não falou? Que eu não lembrei?

R= Ô siá isso aqui tá muito divagar tá, muito, se ajeitasse isso daqui ao menos, essa estrada essa rua ai, é uma terra medonha, quando os carro passa ai é uma poeira mermã, uma poeira que agente falta é morrer, e é mermo que nada, um tempo teve a reunião pra tirar, mas tá a baixinha ali, a baixinha não aceitou, porque se eles saísse (o areal) ai já diminuía da venda dela, é, e ficou nisso mesmo.

39) Tem associação de moradores aqui? Associação de moradores?

R= Mermã disse que tem, eu vejo falar essa associação que disse que é o Pindor e a, eu esqueci o nome dela, aquela arribitada ela trabalha até no postim, eu esqueci o nome dela.

40) Mas ouve falar mas ainda não viu assim ação da associação?

R= Não, eles faz lá praquela, pra igreja ali, por onde era ali um açougue, lá na caixa (caixa de água) num tem? É, ali em cima encostado aquele pé de manga, pois é de vez em quando eles diz que faz lá a reunião deles lá, eu não vou nem lá.

41) A senhora não vai porque?

R= Eu não, porque pra ir só pra conversar besteira eu não gosto, num cunversam nenhuma coisa do futuro, é ninguém vê nada, não vê nada, oia ai quando foi o tempo pra arrancar essas casa vei Miguelito, vei um bocado ai, não porque não vai arrancar, vão indenizar pan, pan, cadê? Fizerum foi tirar, se num tirasse disse que jogava no chão com as coisa tudo dentro, rum, é siá.